



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 04/2023

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2023

INICIADA ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	07
ANTES DA ORDEM DO DIA	10
ORDEM DO DIA	44
ENCERRAMENTO	97

ATA N.º 04/2023ABERTURA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 -** Apreciação e votação da Ata n.º 03/2023 de 26 de junho de 2023
- 2.2 -** Leitura resumida do expediente
- 2.3 -** Pedidos de informação e esclarecimentos
- 2.4 -** Declarações de âmbito político e de interesse municipal
- 2.5 -** Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 -** Debate entre Grupos Municipais
- 3.2 -** Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município
- 3.3 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Regulamento de Utilização de Veículos do Serviço Público de Mobilidade Suave Partilhada
- 3.4 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Declaração de Retificação dos Erros Materiais constantes do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã e seu Anexo II
- 3.5 -** Apreciação e deliberação sobre a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional
- 3.6 -** Tomada de conhecimento do Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Teixoso e Sarzedo – Fornecimento de Refeições nas EB – Ano Letivo 2022/2023
- 3.7 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia na área de Educação (Prolongamento de horário em escolas e jardins de infância) – Ano Letivo 2023/2024
- 3.8 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia na área de Educação (Acompanhamento de Refeições) – Ano Letivo 2023/2024

- 3.9 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União das Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho – AAAF – Pré-Escolar e CAF – 1.º Ciclo - Ano Letivo 2023/2024 – Reforço
- 3.10 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União das Freguesias de Barco e Coutada – AAAF – Pré-Escolar e CAF – 1.º Ciclo – Ano Letivo 2023/2024
- 3.11 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de Peraboa – Funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano Letivo 2023/2024
- 3.12 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e as Juntas de Freguesia da Erada e de Cortes do Meio – Transportes Escolares – Ano Letivo 2023/2024
- 3.13 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023 – Reforço
- 3.14 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar - Ano Letivo 2023/2024
- 3.15 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel) em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Dr. João Vasco Gonçalves Baptista em substituição da Senhora Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição do Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento em substituição do Senhor Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição do Senhor Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).

Não esteve presente a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.^o Jorge Humberto Martins Simões em substituição do Senhor Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote. -----

--- Antes do início dos trabalhos, foram entregues a todos os Deputados Municipais credenciais para acesso à nova plataforma da Assembleia Municipal e um exemplar do novo Regimento aprovado na sessão ordinária de 26 de junho de 2023. -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** fez a seguinte introdução: -----

“Esta Assembleia Municipal vai ser a primeira em que iremos aplicar o novo Regimento. -----

Para facilitar a implementação do novo Regime, foi disponibilizada uma Plataforma eletrónica que permitirá a partilha de documentação e a contagem dos tempos das diferentes intervenções. ----

Foi entregue a cada membro da Assembleia Municipal as credenciais de acesso à referida Plataforma Eletrónica e E-mail institucional. -----

Para maior facilidade de utilização, foram já remetidos para o e-mail institucional dois manuais que ilustram os passos necessários para que cada membro da Assembleia Municipal possa proceder à alteração da sua password de acesso. -----

Com a criação do e-mail institucional, as convocatórias e outros documentos serão remetidos para o e-mail institucional. Caso pretenda que as mensagens recebidas neste endereço eletrónico sejam reencaminhadas automaticamente para um endereço de email que utilize com maior regularidade, envie um email para os serviços da Assembleia Municipal com essa solicitação, indicando de forma clara e explícita qual o endereço eletrónico para onde devem ser reencaminhadas as mensagens. -----

Hoje, de forma provisória, será utilizada uma solução de projeção da contagem dos tempos que, em função dos resultados e das sugestões obtidas, permitirão encontrar uma solução definitiva que permita responder às necessidades deste Órgão. -----

A Assembleia Municipal vai ter uma página web que permitirá partilhar com os nossos concidadãos a atividade deste Órgão. Brevemente, irão receber um formulário para solicitar o vosso consentimento para utilização de fotografia e outros dados de identificação.” -----

--- Relativamente à **Ordem de Trabalhos**, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que tinha sido entregue, pela União das Freguesias do Peso e Vales do Rio, um **Voto de Louvor ao Lugar nas Estrelas** num prazo que contraria o Regimento da Assembleia Municipal e, nos termos do seu n.º 3 do artigo 47.º, colocou à votação a admissão da proposta de Voto de Louvor, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- De seguida, colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi atribuída a palavra ao Senhor **Daniel Filipe Almeida Silva** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “a atribuição da habitação social, normalmente, é de acordo com os rendimentos. Isso causa um problema gravíssimo: pessoas que vivem do chamado RSI conseguem sempre e mesmo pessoas que não querem trabalhar conseguem a habitação social em detrimento de, por exemplo, pessoas com incapacidade, pessoas que estão na idade da velhice. -

É fácil resolver essa situação. Basta ajudar convenientemente as pessoas que estão com o rendimento mínimo e que querem casa a arranjam trabalho. Vivemos num país em que, lamentavelmente, a subsidiopendência não é uma escolha. É quase obrigatório por lei e pode-se manter toda uma vida – não tem fim e vemos pela história que os países que apostaram na subsidiopendência foram os que cresceram menos. -----

Outra situação: o preço médio das casas em Portugal subiu 90% entre 2015 a 2022, de acordo com o Eurostat, e a média da União Europeia foi de 48%. O Município poderia tratar do assunto com o construir mais habitação social. -----

Sobre os autocarros, aqui no município estão sempre atrasados. Nas áreas metropolitanas do Porto, de Lisboa e de Coimbra chegam a horas. Solicito ao Município que tome as medidas adequadas para que sejamos iguais aos outros. -----

Relativamente à construção no município: a Covilhã é um espaço que tem bastante natureza e estão sempre a apostar na construção. Anos atrás, a Covilhã era um sítio muito mais puro. Hoje já não. Como cidadão, solicito à Câmara que intervenha para não alterar os PDM's - e até cancelar - para evitar esta construção que, além de destruir o ambiente, está a provocar danos na natureza e está a destruir terras de cultivo que as próximas gerações irão precisar para que Portugal tenha a devida autonomia porque, ao longo de todos estes anos na União Europeia, tivemos um forte corte para sermos autossustentáveis.” -----

- Concedida a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando a nota que, quanto à habitação social, “o Município da Covilhã tem 722 habitações: cerca de 600 são para arrendamento apoiado (antigamente chamadas por habitações sociais) e as restantes para regime de arrendamento livre a preço controlado. -----

Este número significativo de habitações é uma boa herança, mas quando a herdámos já apresentava muitas debilidades e muitas deficiências. Procurámos, ao longo do tempo, proceder a arranjos e trabalhos. Montámos uma Estratégia Local de Habitação, que está em bom andamento. A nossa estatística interna, em termos de execução de projetos e de candidaturas e naquilo que é mais urgente, está na ordem dos 54% do total. -----

Dizer que, no Primeiro Direito, o Instituto de Habitação e Reabilitação assinou connosco um acordo de cerca de 5,5 milhões de euros para reabilitar 115 fogos de habitação municipal social e mais 35 fogos para renda apoiada. -----

Hoje, são parangonas diárias nos jornais os problemas da habitação, e bem, porque não é um problema nacional só nosso – é um problema mundial. Na Covilhã, logo em 2018/2019, fizemos um aturado e apurado diagnóstico no sentido de apurarmos com rigor quais eram as nossas debilidades, as nossas potencialidades nesse domínio e o que fazer. Foi com base nisso que, quando surgiu a oportunidade da Estratégia Local de Habitação se consolidar em termos de medida governamental, avançámos exatamente para a assinatura desse mesmo trabalho. -----

No âmbito do PRR, também temos 8 fogos na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário para fazer face a situações de emergência, de grave carência. -----

Há uma questão que é compreensível: destringar, esmiuçar, regulamentar até ao milímetro os candidatos ou as condições socioeconómicas dos candidatos ou aspirantes a arrendatários ou utilizadores das nossas habitações é sempre algo que tem que existir, tem que haver critérios e o Regulamento tem funcionado. -----

O que há a fazer é aquilo que estamos a fazer: atuar com vigor no sentido de conseguirmos mais habitações, disponibilizar mais habitações a quem mais delas necessita e apoiar e incentivar também a reabilitação urbana. Para esse efeito, muito recentemente aprovámos, na penúltima reunião de Câmara, medidas fundamentais que visam exatamente incentivar, incrementar a regeneração, a reabilitação ou a revitalização urbana. Isso já tinha vindo por via das ARU's. Fomos dos primeiros municípios em Portugal a criar ARU's no centro histórico da cidade, que depois foi sofrendo algumas alterações ao longo do tempo, mas também nos núcleos populacionais urbanos espalhados por todo o Concelho e isso, já por si, representa um incentivo a essa mesma reabilitação. -----

Propusemos, e não de vir aqui à Assembleia, reduzir em metade as taxas e licenças que têm a ver com a construção, colocando o acento tónico na reabilitação. Estamos a incentivar, não a construção nova - e obviamente não a podemos impedir -, mas sim o reabilitar. -----

Atrasos nos autocarros – A implementação desta nova concessão não tem sido fácil. Teve as suas dificuldades. Estamos a afinar, a exigir e estamos em permanente contacto com os responsáveis da concessão no sentido de vir repor e fazer cumprir o contrato. O contrato passa também por cumprir os horários que estão estipulados.” -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto um segundo período de “Intervenção do Público” no qual intervieram dois munícipes. -----

- A Senhora **Isabel Pombo**, após cumprimentar todos os presentes, usou da palavra para dizer, na qualidade de porta-voz do grupo de ginástica “Covilhã para todos”, que havia já quase 14 anos que estavam a usufruir de um espaço no Complexo Desportivo. Explicou que, na altura da Covid-19, foi-lhes retirada a “salinha”, tendo os utentes sido colocados no pavilhão do INATEL, sendo que, neste momento, não têm sala e os 175 alunos (100 séniores da parte da manhã) estão a fazer as suas aulas na rua, ao frio. -----

Questionou a razão pela qual o espaço no Complexo Desportivo foi atribuído ao INEM, espaço que tinha sido melhorado por solicitação do grupo. Referiu que mereciam mais dignidade e solicitou que o espaço fosse devolvido ao grupo para a realização das suas atividades. -----

Alertou ainda que o Complexo Desportivo estava a ser utilizado para fins não desportivos, degradando-se a cada momento, dando o exemplo da relva. -----

Terminou dizendo: “adoramos os nossos professores; gostamos das aulas... Deixem-nos ser felizes. É isso que vimos aqui pedir. Se não ficar resolvido, viremos sempre até que nos resolvam o nosso problema.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu o facto de ter trazido esta questão e respondeu que a Câmara Municipal tinha “o máximo de respeito por toda a gente em geral e em particular com os nossos séniores. -----

Não consubstancia falta de respeito o não termos conseguido ainda persuadir a quem de direito no sentido de deixarem aquelas instalações para que vocês, e bem, as utilizem para a finalidade que referiu. Merecem, de facto, ter um espaço para que possam usufruir com essa finalidade. ----

Obviamente que a relva é sempre também um problema complicado. Se utilizamos o da relva temos o Sporting da Covilhã e outras agremiações a dizer que andamos a destruir e a retirar condições de trabalho aos jogadores, aos desportistas que ali pretendem usar a relva; se não a usamos é porque não a usamos. Mas têm razão: a relva deve ser utilizada e temos que arranjar forma e maneira de equilibrarmos as coisas. -----

No início da pandemia, foi necessário deslocalizar o INEM para aquele sítio por razões óbvias e justificáveis. E, naquela altura, a prática do desporto e das atividades afins também ficou “confinada”. -----

Aquela utilização já passa a mais e o que lhes posso dizer é que, seguramente, esse assunto vai ser posto “em pratos limpos””. -----

Terminou dizendo que iriam “colocar a questão definitivamente aos responsáveis do INEM de Coimbra e dar-lhes um prazo razoável para que todos vós possam usufruir, como é de elementar justiça, desse mesmo espaço, sem necessidade de cá ter de voltar numa próxima Assembleia. Falarei diretamente convosco assim que tenha alguma solução.” -----

- O Senhor **Guilherme Alberto**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que vem habitualmente à Assembleia Municipal para ouvir e perceber o estado do Município, mas que hoje vinha expor as suas preocupações e as de “muitos jovens do nosso Concelho”. -----

Referiu que o Município da Covilhã: -----

- “Perdeu, em 10 anos, mais de 5 mil habitantes por não ter capacidade de fixar as famílias, especialmente os jovens; -----

- Na área da mobilidade, oferece um serviço de transportes públicos insuficiente, incapaz de servir as necessidades dos nossos concidadãos. Por exemplo, com um novo ano escolar a começar, como vão os alunos do nosso Concelho deslocar-se para a escola? -----
- Quando se fala em Desporto, não apresenta respostas. O Complexo Desportivo encontra-se num estado lastimável e pouco proveitoso em dias chuvosos que em nada dignifica aqueles que representam a cidade; -----
- Temos ciclovias, se é que as podemos chamar disso, que não passam de um simples balde de tinta espalhado pelo alcatrão; -----
- Supostos postos de bicicletas elétricas – Vazios, pois as mesmas não saíram do armazém da Câmara; -----
- Abundam infraestruturas gastas e deterioradas: passeios degradados a necessitarem de intervenção; estradas degradadas e consecutivamente remendadas quando deveriam ser realcatoadas; sinalética deficiente...; -----
- Eixo TCT esburacado e deteriorado com bermas por limpar. Precisa de ser passada a limpo com alcatrão e marcações novas em todo o troço.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu “a declaração política de um representante da Juventude Social Democrata que acabou de intervir. Tomo muito boa nota dessa declaração política.” -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 03/2023 DE 26 DE JUNHO DE 2023

--- Submetida à apreciação e não tendo havido inscrições, a **Ata n.º 03/2023 de 26 de junho de 2023**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Dr. João Vasco Gonçalves Baptista (CDU – PCP/PEV), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento (PPD/PSD), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Joana Patrício Campos (Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis), José Carlos Varandas Neves Matos (Presidente da Junta de Freguesia do Dominguiço), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa), Pedro Nuno Cunha Leitão (Presidente da União das Freguesias

de Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e António Manuel Pais Carriço (Presidente da União das Freguesias do Teixoso e Sarzedo). -----

Não votou ainda o Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) por se encontrar ausente da sala. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email da WOOL a agradecer o Voto de Louvor aprovado na sessão da Assembleia Municipal da Covilhã de 26 de junho de 2023 -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta colocada ao Sr. Ministro das Finanças sobre o atendimento presencial só por marcação -----
- Email da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela a remeter, para conhecimento, emails sobre o pagamento dos reembolsos aos proprietários com prejuízos derivados do incêndio 2022 --
- Email da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela a remeter, para conhecimento, documentos da Comissão -----
- Ofício do Sporting Clube da Covilhã a agradecer o Voto de Louvor aprovado na sessão da Assembleia Municipal da Covilhã de 26 de junho de 2023 -----
- Email da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela a remeter, para conhecimento, relatório dos "Guardiões da Serra da Estrela" sobre incêndios de 2022 -----
- Email da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela a remeter, para conhecimento, RELATÓRIO-INCÊNDIOS 2002 da responsabilidade da Câmara Municipal da Covilhã -----
- Email da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela a remeter, para conhecimento, relatório do ICNF.

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** que, após cumprimentar todos os presentes, questionou “em que estado está a resposta aos inúmeros requerimentos submetidos por esta bancada que o Código do Procedimento Administrativo determina serem respondidos no prazo de 10 dias e que não foi cumprido há largos meses e, nalguns casos, há mais de um ano. -----

A segunda questão é se tem previsão estimada de quando entrará a transmissão *online* das assembleias municipais.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** informou que a segunda questão iria ser respondida no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou abordando o ano letivo dizendo que “iniciou na passada sexta-feira, dia 15 de setembro, e desde esse dia tenho sido abordado na rua por alunos, encarregados de educação, professores e auxiliares da ação educativa. -----

Nestes últimos 10 dias tenho sentido quase que o “muro das lamentações” e naturalmente, não estando obrigado ao sigilo das mesmas, sinto-me na obrigação de as transmitir. -----

Todos nos congratulamos e aplaudimos a introdução da gratuitidade dos transportes escolares e pergunta-se então: -----

- Por que não está a medida implementada e a funcionar atempadamente? -----
- Por que não estão os passes nas mãos dos alunos em tempo útil? -----

Ainda que alguns não os tenham solicitado em data oportuna e que alguns outros não tenham efetuado a sua inscrição na plataforma corretamente, será que aqueles que cumpriram todos os requisitos têm o passe na sua mão? Não. -----

Todos os dias chegam novos passes às escolas. Há encarregados de educação a socorrerem-se dos serviços da Câmara Municipal queixando-se que não sabem utilizar a plataforma *online* ou que não têm os meios técnicos para efetuarem a inscrição em casa. Talvez nestas fases a criação de um “gabinete de crise” se justificava. -----

Como não há passes, os alunos estão a pagar bilhetes, o que implica o dispêndio de 1,85€ por cada viagem. Se tiver aulas de manhã e de tarde e se for almoçar a casa, tem um custo diário de 7,40€. Inaceitável! -----

A escola pública é obrigatória até à maioridade. Será que essa imposição legal não pode ser transmitida aos motoristas? E se alguma dúvida se lhes suscita, que solicitem os cartões de estudante aos utilizadores dos transportes. -----

A fazer fé no que me transmitiram os alunos, os alunos dos cursos profissionais não estão abrangidos pelos passes escolares gratuitos e têm que os suportar, mas a maioria dos alunos não têm qualquer remuneração por essa via profissionalizante. -----

Pugna-se assim para que esses alunos sejam abrangidos pela gratuidade dos transportes. -----

Voltaremos ao tema.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu que *“Num quadro de tempo restrito de intervenção, aprovado em sede de regimento pela maioria PS e PSD, torna-se difícil qualquer abordagem política mais aprofundada.* -----

Trago, ainda assim, à Assembleia Municipal, a relevância de um inquérito público promovido pelo DN, JN e TSF, que contraria os comentadores e os órgãos de comunicação da classe dominante, que diariamente nos entram em casa. -----

Questionados se o governo deveria avançar com uma nova taxa sobre os lucros extraordinários da banca, 79% dos inquiridos responderam que sim. -----

Esta expressiva opinião vem de encontro à proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República de se pôr os lucros dos bancos a pagar o aumento das taxas de juro que penalizam as prestações das habitações e o funcionamento das pequenas e médias empresas. -----

Esta proposta foi rejeitada pelo voto contra do PS e IL e a abstenção do PSD e Chega. -----

Na questão relativa ao aumento das rendas e qual deveria ser a atitude do governo, 68% responderam que o governo deveria suspender a lei em vigor fixando um teto máximo de aumento das rendas. -----

O PCP apresentou na Assembleia da República a proposta para se impedir aumentos das rendas superiores a 0,43%. -----

A proposta foi rejeitada pelo voto contra do PS, PSD e IL. O Chega absteve-se. -----

Perante a pergunta se o Governo e o Banco de Portugal deveriam ter um papel mais ativo para se tentar diminuir o fosso entre os juros cobrados a quem pede empréstimo e os juros pagos a quem tem depósitos, 90% respondeu que sim. -----

O PCP já tinha proposto na AR um spread máximo de 0,25 a ser implementado pela CGD para o crédito à habitação. -----

A proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD e IL e a abstenção do Chega. -----

Questionados, ainda, sobre a melhor solução para se ajudar os alunos a suportar as propinas no ensino superior, 45% responderam torná-lo gratuito e 34% a redução do seu valor. -----

O PCP já tinha proposto na AR a eliminação das propinas, taxas e emolumentos. -----

A proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD, IL e Chega. -----

Que conclusão se pode retirar? -----

Que quem vive do seu trabalho quer direito à habitação, controlo da especulação e dos lucros colossais da banca e o fim das propinas. -----

Tudo propostas que o PCP fez e faz e que PS, PSD, Chega e Iniciativa Liberal chumbam. -----

Mas o que estes números mostram é que esses partidos não chumbam apenas propostas ao PCP. -

Estes números mostram que PS, PSD, Chega e IL **rejeitam as soluções que o país exige**, entregando-o aos interesses de **uma absoluta minoria** (que vive do rentismo, parasita o nosso trabalho e que se apropria das nossas vidas) **a quem esses partidos obedecem**. -----

Mas, a principal conclusão a retirar é que PS, PSD, Chega e IL **são essa minoria absoluta.**” (Doc.01)

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “Nenhum outro partido governou tanto tempo em Portugal como o PS. -----

Se considerarmos os tempos da governação de Mário Soares (1976-1978 e 1983-1985), de António Guterres (1995-2002), de José Sócrates (2005-2011) e de António Costa (desde 2015 até hoje), compreenderemos a forma como formataram com as suas políticas o essencial do modelo económico e social do país. -----

Ao longo destes anos, lideraram a Esquerda que sobredimensionou o Estado, colonizou a administração, bateu recordes de despesa pública e carga fiscal, obrigou a resgastes sucessivos, degradou mesmo assim a capacidade e eficiência dos serviços públicos essenciais, reduziu os rendimentos disponíveis das famílias, comprometeu a competitividade das empresas, minou as escolas com ideologia, comprometeu a autoridade de professores, das famílias e das forças de segurança e assumiu, o preconceito em relação à propriedade e à iniciativa privada. -----

Aos dias de hoje, e antes que a maioria socialista nos apresente hoje aqui a sua versão romântica da história actual, acuse a oposição de tacticismo, de alarmismos e/ou de desconhecimento das medidas e políticas em vigor, olhemos com exigência para o dia-a-dia do nosso país: -----

Urgências do SNS onde há doentes que esperam mais de 10 horas, 16 horas no caso mais mediático na semana passada no Hospital de Loures. -----

Profissionais do SNS em greves. -----

Tribunais em greves. -----

No ensino, professores, funcionários e assistentes em greves. -----

Escolas fragilizadas pelas ideologias. Alunos impossibilitados de escolherem a sua escola, libertando o acesso e privilegiando a diferenciação pela qualidade. -----

Tribunais parados resultado não só das greves, mas também da falta de materiais amplamente reclamadas. -----

Valores recorde de dívida pública, despesa pública e carga fiscal, reduzindo mesmo assim a qualidade e a eficácia dos serviços públicos. -----

O atraso na implementação das medidas e linhas do PRR. Em Outubro, a pouco menos de um ano e sem reprogramação, teremos executado apenas 17% deste grande plano. -----

Reparemos nas ruas do nosso país. Não seria correcto da nossa parte compararmos com outros tempos nesta matéria tão delicada ousar de comparações, mas atentem ao número de pessoas a viver sem tecto, nas ruas das nossas cidades. -----

Se Passos convidou os jovens a emigrar, Costa escancarou-lhes as portas. A onda de emigração não para de aumentar. Recentemente foi notícia que Portugal é o segundo país europeu a pagar pior aos jovens, apenas ultrapassado pela Grécia. E no exacto oposto do que deve ser o normal funcionamento de um elevador social, a classe média vem minguando em número e nos rendimentos. -----

Qualquer empregador que queira aumentar salários, é confrontado com um encargo totalmente desproporcionado, ponderado o benefício para o trabalhador e aquilo que o Estado confisca. Para um salário bruto de 2000 euros, uma empresa abre mão de 2475 euros, ficando o Estado com 45% deste montante. -----

Ultrapassaria certamente o tempo que nos cabe com exemplos desta falência do Estado. Importa-nos não deixar ninguém de fora e no mesmo tempo fazer crescer e diferenciar Portugal. -----

O nosso país não pode ser ultrapassado por países que só conheceram o que é a democracia muito recentemente. -----

Queremos agora, olhando ao pouco tempo que nos resta, reflectir sobre a nossa cidade e as políticas em vigor. -----

De festas e certames, nada a melhorar. Ruas cheias, comunidade envolvida, associações comprometidas com o sucesso. Opinião pública favorável, com exceção no que se refere ao ruído – tema aliás amplamente discutido em diversas reuniões. Mas não foi para uma comissão de festas que fomos eleitos. São importantes, são. Movimenta a economia, sim. Mas não se devem esgotar nelas mesmas as acções e políticas do executivo. -----

Estamos preocupados e alertas para o ordenamento do nosso território. Com a expansão de áreas de parques solares na nossa cidade e da ocupação de solos agrícolas. São investimentos importantes, o reforço da nossa capacidade da produção de energia mais limpa e sustentável. Importa assegurar que a protecção do território, de contrapartidas públicas aos investimentos. ---

A este propósito, olhando para aquilo que seriam projectos de construção na nossa cidade, sem que para o caso interesse reflectir sobre o peso urbanístico, das infraestruturas e serviços públicos que deveriam ser exigidos, como o caso dos projectos junto ao data center, seria relevante

acautelar que projectos que não avancem nos próximos anos garantam contudo a estabilização dos solos, as drenagens, os passeios públicos e limpezas das vias, para mitigar o impacto negativos destes empreendimentos adiados na sua construção. -----

Falando em infraestruturas e, sendo este um dos eixos essenciais sufragados pelo PS nestas últimas eleições autárquicas, onde estão as obras prometidas para a construção do pavilhão desportivo multiusos ou o complexo de piscinas. Aliás, onde estão iniciadas e concluídas as obras de recuperação do referido Pavilhão do INATEL amplamente faladas? -----

Termino com uma referência positiva ao recente anúncio da criação da ULS da Cova da Beira. Medida que diversos governos referiram e que o Partido Socialista avançou em decreto. Queremos acreditar que o diálogo da Câmara juntamente com outros municípios fará com que os interesses desta oportunidade não se percam e de nos organizarmos também ao nível desta oferta.” (Doc.02 com as alterações introduzidas durante a leitura do mesmo) -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu ““o nosso clima está a implodir mais depressa do que conseguimos aguentar, com fenómenos meteorológicos extremos a atingir todos os cantos do planeta.” As palavras são de António Guterres no passado dia 6 de setembro. -----

Nesta mesma data, a Organização Meteorológica Mundial e o Serviço Climático Europeu Copérnico anunciaram que a Terra viveu este ano o Verão mais quente jamais registado no Hemisfério Norte, onde este calor, secas, inundações e incêndios atingiram a Ásia, a Europa e a América do Norte durante este período em proporções dramáticas e sem precedentes. -----

Os extremos meteorológicos custaram vidas humanas, danos para as economias e para o ambiente e a nossa pode ser a próxima porta. -----

Na Europa e pela localização geográfica, Portugal é o país mais exposto às alterações climáticas e irá ter consequências mais rápidas dos seus efeitos. -----

Estamos todos a perceber onde é que chegamos? Estamos todos a atuar ativamente para mudar ou cada um vai apontando o dedo para o vizinho do lado porque o vizinho faz pior do que eu? Todos somos poucos para atuar já e já vamos tarde. -----

A Covilhã avançou agora com a criação do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima com metas que incluíam o objetivo de chegar à neutralidade climática até 2050. O programa foi apresentado recentemente com dados vagos, alguns errados e insuficientes, com metas a mandar o problema para a geração seguinte. -----

Apresenta a análise que demonstra que, neste Concelho, os transportes são os que apresentam maiores consumos de energia e emissões de CO2. Mas, não foi aprovado um Plano de Mobilidade, há cerca de 1 ano, com autocarros 100% movidos a gásóleo?! -----

É sugerida a implementação de um sistema integrado de gestão de energia para edifícios e infraestruturas municipais, bem como a certificação energética desses edifícios e da habitação

social ou da otimização dos contratos de eletricidade. Não estamos em 2023? E as metas são para 2050?! -----

Ainda é sugerido o planeamento de novas áreas verdes, a gestão e o ordenamento da floresta e do território. Mas não estamos em 2023? Os 10 anos passados foram para fazer o levantamento?! Onde está a Covilhã? Só agora é que acordou para as alterações climáticas, quando há municípios que já têm, há anos, todos os transportes públicos com viaturas elétricas e a hidrogénio? E vamos lá com a ocupação de solos agrícolas, alguns dentro da malha urbana; com painéis fotovoltaicos, quando temos milhares de hectares de terras abandonadas muito mais aptas para o efeito?! -----

E os resíduos? A sua recolha e o seu tratamento? É com taxas de 11% que lá vamos, quando há municípios que já fazem a recolha desta separação de resíduos porta a porta (Porto, Valongo, Póvoa do Varzim, ...)?! -----

Onde está a Covilhã nas redes europeias das *Smart Cities*? O Fundão já lá está há muitos anos. Dos *Zero Waste Cities*, do sistema *LIFE PAYT* e tantos outros? -----

Mais uma vez, chegamos tarde. Andamos a reboque de tudo o que é feito “em cima do joelho”, sem qualquer planeamento a médio e longo prazo. Há anos que o alertamos e os anos perdidos já não são recuperados.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** Após os cumprimentos feitos, iniciou a sua intervenção dizendo que, em “início de mais um ano letivo quero, em nome do Partido Socialista e creio de toda a Assembleia Municipal, saudar toda a comunidade ubiana e os caloiros em especial que agora chegam à nossa cidade. Desejar-lhes um momento feliz no seu ano de caloiro, mas sobretudo no seu percurso académico na nossa cidade e na nossa academia. -----

A Covilhã é hoje, sem dúvida, uma cidade universitária de excelência. Tem uma das universidades jovens mais prestigiadas a nível nacional e internacional. Os números de colocação dos caloiros indicam que já há mais de 90% dos alunos que vêm para aqui por primeira opção. Vêm para aqui, em primeiro lugar, porque encontram e reconhecem a qualidade do ensino da nossa universidade, mas também porque encontram na Covilhã um sítio aprazível e agradável para viverem e para desenvolverem a sua formação académica. E muitos deles acabam por encontrar aqui as oportunidades de trabalho que depois os levam a fixar e a constituir família. -----

Saudar também toda a comunidade escolar do nosso concelho, desde os professores aos auxiliares da ação educativa, aos alunos e a toda a equipa que gere este sistema de educação. Desejar as maiores felicidades porque o sucesso deste trabalho é garantidamente o sucesso e o futuro risonho dos alunos que hoje formamos. -----

Na Educação e no sistema de educação em que a Covilhã e o Município têm apostado, temos aproveitado a oportunidade para requalificar as escolas, pese embora aquilo que ainda há para fazer. Hoje, o ano letivo inicia-se com escolas mais requalificadas, com mais estabilidade, onde as áreas de enriquecimento curricular funcionam desde o primeiro ano e, não escamoteando aquilo que são as dificuldades que têm existido todos os anos (e que não são exclusivas da Covilhã) no âmbito do transporte escolar, a verdade é que a informação, que é pública e já transmitida pelo

Senhor Presidente da Câmara, é de que há um trabalho estreito entre as escolas, entre a empresa e entre os serviços do Município para as ultrapassar. -----

O que é importante é que este é um ano letivo que inicia de forma diferente do ano passado no que respeita ao transporte escolar. Pela primeira vez na história da Covilhã, o transporte escolar é gratuito para todos os alunos independentemente da sua condição social e da sua localização no concelho da Covilhã. -----

Também independentemente dos problemas pontuais, que reconhecemos, creio que isso é uma boa notícia e creio que tudo será resolvido no curto prazo para que possa resultar positivamente.

Quero dar uma nota muito breve de uma ação que decorreu recentemente: a apresentação do programa da desfibrilhação pública no concelho da Covilhã. É absolutamente notável e muito relevante esta ação para a qual todos deveríamos estar mais atentos porque, quando acontecem estes episódios de saúde, o tempo de reação é crítico e hoje, na Covilhã, sabemos que estamos todos mais preparados e melhor equipados com esta ação do Município e quero por isso felicitar, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, todo o Executivo Municipal por esta ação. -----

Termino com um breve comentário das intervenções que me antecederam sobre o estado do país.

Dos avisos de notícias, a economia do país cresceu 6,8% no ano passado. É o crescimento mais elevado desde 1987. Nos últimos 8 anos, desde 2015, Portugal cresceu acima da zona euro durante 7 anos à exceção do ano da pandemia, como é compreensível. -----

Senhor Deputado Nuno Reis, sem prejuízo de reconhecer alguma realidade naquilo que disse, nomeadamente naquilo que é o desmantelamento dos serviços públicos, diria que esse facto e essa verdade vem provavelmente - e sobretudo, quando analisamos os números -, daquilo que foram os anos da governação da Direita, nomeadamente dos governos em que fez parte o partido que o Senhor representa (ataque às pensões, ataque à Função Pública, ataque aos serviços). -----

O Partido Socialista e os governos que tem liderado, tem procurado construir um estado mais robusto, com maior capacidade de resposta às pessoas. Os números assim o indicam, nomeadamente os números da exclusão social e da pobreza, que reduziram em todo o aspeto.” -

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 - “MOÇÃO -----

Utilização do Pavilhão do Unidos do Tortosendo por parte da Escola Básica 2/3 do Tortosendo -

A Assembleia de Freguesia de Tortosendo, no dia 18 de setembro, aprovou uma moção que visou a utilização temporária, por parte da Escola Básica 2/3 do Tortosendo, do pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo para a prática das aulas de Educação Física, em espaço fechado. ----

Como é por todos sabido, as crianças que frequentam a Escola Básica do Tortosendo, não têm condições condignas para a prática do desporto. -----

Esta utilização tem como objetivo a prática das aulas de Educação Física e Desporto Escolar, em espaço fechado até a construção deste equipamento no recinto da escola, que possa permitir aos alunos a prática desportiva o ano todo independentemente das condições climatéricas. -----

O Pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo, é um espaço com todas as conformidades, que acolhe vários desportos federados, auditado anualmente e que está apto, para receber todos os alunos da Escola Básica 2/3 do Tortosendo. -----

A construção deste equipamento é de real importância para os alunos desta escola, para a comunidade escolar e para toda a freguesia mas até esta obra estar consumada, deverá a Escola EB 2/3 do Tortosendo utilizar, provisoriamente, o pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo para a prática das aulas de Educação Física, pelo que vem a Junta de Freguesia de Tortosendo associar-se à Moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Tortosendo e apresentá-la nesta Assembleia Municipal para sua aprovação.” (Doc.03) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, justificou a moção apresentada pelo “facto de os alunos da Escola EB 2/3 há muitos anos que não têm um pavilhão para terem aulas de Educação Física e a construção desse pavilhão é promessa adiada e uma realidade que vai sendo adiada ano após ano. A Moção vai à Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia também a subscreve no sentido de o pavilhão do Unidos, que fica ao lado da Escola, poder vir a ser utilizado para as aulas de Educação Física da EB 2/3 do Tortosendo.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Presidente da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio)**: Após cumprimentar todos os presentes e referindo que é também Presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, onde está inserida esta situação do pavilhão, alertou para o facto de que “é de extrema necessidade a construção do pavilhão na C + S da EB 2/3 do Tortosendo. É uma luta que tem sido levada a cabo por todos os professores, alunos, pais e até por todo o corpo diretivo, incluindo a Câmara Municipal. -----

A situação do pavilhão do Unidos é uma solução viável com algumas condicionantes. Temos que alertar que existe a entrada principal da Vila do Tortosendo junto do pavilhão e, portanto, é preciso que sejam garantidas as medidas de segurança para que as crianças possam ultrapassar este degrau que é muito complicado e que pode trazer alguns dissabores a todos. -----

Quero que reflitam sobre este ponto. Todos os pais, e isso já foi discutido na escola há bem pouco tempo, vão alertar a Câmara Municipal e a Direção do Agrupamento para que a situação seja

minimizada, para colocação da GNR ou de alguém que fique a cortar o trânsito para que as crianças possam circular e se dirigir ao pavilhão.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Saudar esta preocupação da Junta de Freguesia do Tortosendo, sabendo que o assunto está a ser tratado entre o Agrupamento e a Delegação Regional de Educação porque, de facto, existe essa vontade por parte do Agrupamento de resolver este problema que já se arrasta há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos que os alunos da escola não têm uma infraestrutura desportiva que dê resposta à atividade quer de Educação Física, quer do Desporto Escolar. -----

Recordar que a Escola não tem um pavilhão hoje a funcionar, mas já teve um pavilhão incluído no Orçamento de Estado. O concurso já estava a decorrer aquando até da construção do pavilhão na Escola da Serra da Gardunha e, por intervenção do então Presidente da Câmara, do Presidente do Unidos e do Senhor Presidente da Junta, esse concurso foi anulado, prejudicando os alunos durante 20 anos. -----

Dizer também que, sendo vontade dos profissionais de Educação Física ultrapassar as dificuldades que têm - porque não têm condições de trabalho na escola e têm de encontrar de forma criativa outras atividades e outros espaços -, equacionou-se (e bem) a utilização do pavilhão do Unidos, enquanto pavilhão próximo da escola e que pode ser utilizado. Como é evidente, depende muito da autorização e da concordância da Delegação Regional do Centro porque implica o aluguer, implica verbas e implica depois uma negociação da vontade da Delegação Regional, a orçamentação das verbas para o ano letivo, etc. para que, através eventualmente da Câmara Municipal, se possa fazer o pagamento da renda ao Unidos. -----

Mas esta solução tem de ser uma solução provisória porque a escola continua a necessitar de uma infraestrutura desportiva, no mínimo coberta. -----

Aquilo que quero e desejo é que esta não seja uma solução que “empurre com a barriga para a frente” aquilo que é o desejo da escola de ter as suas próprias instalações para desenvolver as atividades no âmbito da Educação Física e do Desporto Escolar.” -----

- **Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS)** lembrou que, “em relação a esta Moção, o Partido Socialista em diversos fóruns tem vindo a sinalizar e a exigir aos sucessivos Governos da República a construção do pavilhão da Escola do Tortosendo. -----

O Partido Socialista, desde que seja possível e compatível a utilização do pavilhão do Unidos pela Escola, não vê também qualquer inconveniente. Aliás, temos a informação que essa solução já está a ser trabalhada pelo Agrupamento, pela Câmara Municipal em conjunto com a Associação do Unidos do Tortosendo. -----

A nosso ver, esta Moção não pode deixar de ser interpretada como uma tentativa serôdia de aproveitamento e colheita de dividendos políticos de uma medida cuja implementação já está a ser equacionada pelos responsáveis da Escola, do Município e da Associação e agora quer aqui ser apropriada pela Junta de Freguesia. -----

Portanto, Senhor Presidente, este palco não é seu.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** tomou a palavra para dizer que “se alguém se tem debatido pela construção deste pavilhão tem sido a Junta de Freguesia do Tortosendo ao longo dos anos e acho, em primeiro lugar, estranho e questiono como é que alguém tem informação sobre o que está a ser feito nesse âmbito que nós, o conjunto dos deputados municipais eleitos aqui presentes, não temos, ou pelo menos não recebemos até hoje. E o Partido Socialista vir dizer que tem essa informação é no mínimo estranho, porque os restantes eleitos não têm essa informação. Em segundo, acho que devíamos todos pugnar por uma solução para as crianças e os alunos do Tortosendo em vez de estarmos a tentar tirar louvores e dividendos políticos, com ataques ou não a forças e eleitos autárquicos.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo)** referiu que “o Senhor Deputado Reis Silva está a aproveitar o tempo da sua intervenção para dizer inverdades. -----

Fazia parte do Executivo e vir dizer que a Junta de Freguesia foi contra a construção do pavilhão é uma mentira que tem que ser aqui desmascarada nas palavras que foram aqui ditas. -----

Mais: o Senhor Deputado Reis Silva devia dizer aqui que a Moção não foi aprovada na Assembleia de Freguesia por unanimidade porque o elemento da bancada do Partido Comunista não a aprovou. -----

Dizer à Senhora Deputada Joana Sardinha, que veio aqui dizer que há um aproveitamento da Junta de Freguesia do Tortosendo, é bom que saiba que o texto que aqui vem foi trabalhado em conjunto pela Junta de Freguesia e pela bancada do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia do Tortosendo. Se não se entendem internamente, é bom que saibam que a proposta que aqui vem mereceu acordo de todas as bancadas na Assembleia de Freguesia do Tortosendo.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 2 abstenções (CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votou o Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) por se encontrar ausente da sala. -----

- O Senhor Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa “creio que em nome de todos os Grupos Municipais. Gostávamos de sugerir à Mesa que, embora a discussão destes documentos seja feita um a um, a votação possa ser feita globalmente no final de toda a discussão para evitar que alguém, por exemplo, tenha que se ausentar por alguns segundos para necessidades básicas humanas e leve falta por não estar aqui.”-

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, “se se ausentarem, avisamos.” -----

2.5.2 - “VOTO DE LOUVOR -----

Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado -----

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, que durante 16 anos assumiu a liderança da Entidade Regional Turismo do Centro de Portugal, desenvolvendo um vasto trabalho de promoção e valorização do nosso território, desenvolvido em conjunto com as equipas que o acompanharam, cessando funções no dia de hoje. -----

Pessoa afável, dedicada e com visão de futuro, foi o rosto do desenvolvimento turístico da região centro, com especial atenção para a zona da Serra da Estrela e toda a região interior, tendo, por exemplo, solicitado a suspensão do pagamento de portagens nas ex-Scut, para incrementar o turismo na região no pós pandemia. -----

De entre as várias iniciativas e outros projetos desenvolvidos na nossa zona, com vista à promoção do nosso território, destaca-se a recente integração da New Hand Lab na Rede Nacional de Turismo Industrial, a realização do Fórum “Vê Portugal” no nosso território ou a escolha de uma empresa (Lobby Productions) sediada no nosso concelho para ser a produtora das várias campanhas publicitárias de promoção da região centro. -----

Também recentemente tinha visitado vários locais do nosso concelho e trabalhado em conjunto com vários parceiros, institucionais e privados, de modo a potenciar o nosso turismo. -----

Por tudo isto e pelo trabalho de excelência realizado em prol do turismo do centro, da nossa região e também do nosso concelho, é apresentado o presente voto de louvor.” (Doc.04) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- O Senhor **Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que o “Voto de Louvor foi enviado nos termos do novo Regimento para a Mesa da Assembleia. -----

Aproveito para dizer Senhor Presidente que agradeço que me marque já falta porque depois de almoço não vou estar presente por viajar para fora da Covilhã e faço um apelo aos principais responsáveis da elaboração do novo Regimento: a Assembleia é soberana. Sinceramente, 90% das pessoas que estão aqui presentes não concordam com esta situação. Conversem sobre isto, porque penso que não está bem.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “a Assembleia aprovou o Regimento. O Regimento pode ser sempre alterado, mas é a Assembleia que decide. Portanto, se houver uma maioria que proponha uma alteração ao Regimento, obviamente.” -----

- O Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez uma interpelação à Mesa para esclarecer que “não é uma questão de Regimento; é uma questão de Lei. E é a única coisa que a gente não consegue alterar aqui – só na Assembleia da República. -----

O que diz a Lei é que qualquer falta a uma votação é falta na Assembleia.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que “o que se pode fazer e que as bancadas já sugeriram é para que as votações sejam feitas por atacado no final.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.3 - “Voto de Louvor à Prof.ª Carolina Pires, proprietária do Lugar nas Estrelas pelo prémio Melhor Alojamento na 4.ª edição dos Prémios Internacionais Starlight -----

A União das Freguesias do Peso e Vales do Rio apresenta um voto de louvor ao Lugar nas Estrelas, na pessoa da sua proprietária, Carolina Pires, pela promoção da nossa freguesia e concelho no âmbito do Turismo. -----

Com organização da Fundação Starlight, os Prémios Internacionais Starlight (International Starlight Awards) procuram distinguir as instituições, associações, administrações e empresas públicas ou privadas, ou indivíduos, dentro ou fora de território certificado Starlight, em quatro categorias: Astroturismo, Educação e Difusão da Astronomia, Iluminação Inteligente e Inovação, e Melhor Alojamento Starlight. -----

Foi nesta última categoria que o Lugar nas Estrelas, localizado na aldeia do Peso, concelho da Covilhã, se destacou, sendo a única entidade portuguesa na lista de premiados. Situado no Peso, onde as condições para apreciar o céu escuro são excelentes, o alojamento promove diversas atividades de observação do céu noturno, incentivando os seus hóspedes a olhar para cima e explorar as estrelas. -----

São estas iniciativas que promovem as nossas Aldeias em especial a União das Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

Após a sua aprovação propomos que seja dado conhecimento aos próprios.” (Doc.05) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.4 - “Moção -----

Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação -----

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. -----

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias. -----

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector. -----

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. -----

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 25 de Setembro de 2023 delibera: -----

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que

decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----

- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes; -----

- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.” (Doc.06) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): “Para além dos considerandos, aponta para a aprovação de três medidas: a redução das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro; exigir do Governo a fixação do aumento das rendas de casa, fixando-o em 0.43%; e exigir do Governo a concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação de cada município.” -----

- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD): “Esta moção basicamente o que propõe, para sermos claros, é que, numa situação de inflação nacional na ordem dos 10% (mais ou menos) e um teto máximo imaginemos de aumento das rendas em 2%, os senhorios fiquem a perder 8% da sua receita. É isto que estamos aqui a votar neste momento. -----

O PSD acha, defende e contrapropõe aqui nesta Assembleia é que em vez de estabelecermos um teto máximo dos preços das rendas que pode prejudicar os próprios proprietários, que se deva sim reduzir o imposto cobrado nas rendas feitas em Portugal porque um senhorio paga 28% ao Estado daquilo que recebe. -----

Se diminuirmos o imposto em vez de aumentar e estabelecermos um teto, ganha o arrendatário, ganham os inquilinos e ganha toda a gente. Aquilo que se perde é obviamente a cobrança de impostos para o Estado.” -----

- Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS): (Doc.07) “O PCP, mais uma vez vem colocar para apreciação e votação nesta assembleia um documento, populista e demagógico sobre um tema central da vida dos portugueses e sobre o qual o Governo do Partido Socialista se assume como principal responsável e impulsionador dos principais avanços que se têm dado nesta matéria. -----

Uma vez mais esquece ou faz-se esquecido que foi por iniciativa e responsabilidade do Governo do PS que Portugal tem hoje uma Lei de Bases da Habitação, a Lei 83/2019, de 3 de setembro; -----

Que tem sido o PS, contra a vontade da direita e da esquerda demagógica, o único a promover e a incentivar a elaboração das Estratégias Locais de Habitação, como as Cartas Municipais de Habitação, ou a promoção (através do IHRU e das autarquias) de uma bolsa pública de habitação a rendas acessíveis; -----

Que tem sido o PS a promover medidas que mitiguem as dificuldades criadas pela subida exorbitante das taxas de juro que nos têm sido impostas pelo Banco Central Europeu, entidade, diga-se, com quem o PCP deveria mostrar aqui a sua indignação e não ao Governo por mais uma vez estar a apoiar os portugueses. -----

O mesmo PCP da Covilhã que evidencia esta falta de memória, lembrou-se agora de apresentar este documento, num momento em que o Conselho de Ministros acabou de deliberar, na passada 5ª feira, 21/9, no sentido, de reforçar os apoios à habitação com medidas para mitigação do aumento dos juros e das rendas. Pelo que esta moção, o que demonstra é uma enorme falta de oportunidade e sentido político. -----

A única explicação é tratar-se de um documento policopiado na direção central do partido com indicações para que seja apresentado em todas as assembleias locais, pelos seus eleitos locais, não contando nem antevendo naturalmente as medidas que o Governo tem vindo a tomar e que recentemente tomou. -----

Mas os portugueses não esquecerão, eles sabem que não é com o PCP - com os seus preconceitos ideológicos e cristalização temporal - que o problema da habitação se resolve, mas sim que é o PS que cá estará para tomar as decisões que forem necessárias. -----

Por tal e em face do exposto, a bancada do Partido Socialista não tem outra decisão possível que não a de votar contra a Moção do PCP, porque a mesma não defende os portugueses.” -----

- Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo):

“Quando foi apresentada a proposta pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia do Tortosendo acerca do Pavilhão, a bancada do Partido Comunista questionou o eleito do Partido Socialista que apresentou essa moção se o eleito tinha contactado o Senhor Ministro da Educação para saber qual a implicação dessa moção, o que essa moção traria para a vida do País. -----

No sentido de poder ter a minha intenção de voto, gostaria de perguntar ao Deputado Reis Silva se questionou o Senhor Primeiro-Ministro antes de trazer aqui esta moção, qual é a implicação que esta moção tem e qual a conversa que teve com o Senhor Primeiro-Ministro para trazer aqui esta moção.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): *“Quanto à intervenção do PSD e à solução que procurou aqui encontrar, é evidente que discordamos da solução apresentada. Reafirmamos que a lei das rendas está afeta aos valores da inflação e, como é evidente, no País, hoje as famílias, os trabalhadores com rendimentos reduzidos estão a ter dificuldade e pensamos que justificava a intervenção do Governo na fixação de um limite máximo para o aumento das rendas.* -----

Assim como a questão da redução do valor das prestações e de colocar os bancos a suportar com os seus lucros o aumento das taxas de juro. Tem a ver essencialmente com aquilo que é um princípio que é de justiça. Quando os bancos necessitaram de serem apoiados, lá estiveram os contribuintes (via Governo) a introduzir dinheiro nos bancos. Neste momento são os bancos que estão a esmifrar as famílias, o Governo não intervém e, na nossa opinião, deveria intervir via Caixa

Geral de Depósitos (banco do Estado) fixando o *spread* em 0.25, o que iria limitar de certa forma também a atuação do resto da banca privada. -----

É evidente que a medida não é populista. Penso que o Governo não deveria andar a mitigar as dificuldades que existem no País porque aquilo que veio o Governo a propor, nas tais medidas aprovadas na quinta-feira, não foi mais do que uma medida de dilação, ou seja, de “empurrar para a frente” o pagamento das prestações, dos juros do empréstimo e do capital. Ou seja, não é grande medida porque, como dizemos, “o tiro foi dado ao lado” e deveria ter sido dado sobre quem está, de facto, a beneficiar hoje com o aumento das taxas de juro. -----

É evidente que foi o Banco Central Europeu, mas o País também lá tem os seus representantes... e dizer que a culpa é dos outros quando naquilo que o Banco Central Europeu manda, o Governo obedece. É assim também com outros organismos da União Europeia e quem fica prejudicado é o nosso País, são as pessoas, são os trabalhadores, são aqueles que mais necessitam do apoio do Governo. -----

Aqui não há preconceitos ideológicos. Há, de facto, que encontrar soluções que sejam soluções para os problemas das pessoas e não andar a mitigar ou a dar uma outra cobertura a esconder o problema.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **rejeitada por maioria com 35 votos contra (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI's), 3 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força” e os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesias de Barco e Coutada e de Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e 2 votos a favor (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Presidente da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho):** “Na qualidade de Deputado Independente, abstive-me nesta votação. Concordo em tudo aquilo que foi dito sobre a habitação. É um problema que vai arrasar o País se não for intervencionado a tempo e, portanto, nada me custaria votar favoravelmente a não ser que a mistura destas situações com situações nacionais em nada abonam a Assembleia Municipal. -----

Apesar do Senhor Deputado Reis Silva poder ter vocações mais elevadas na Assembleia da República, faz aqui uma perda de tempo enorme porque aquilo que está aqui a debater não vai mudar nada a situação nacional, nem as prestações aos bancos, nem aquilo que se diga na Assembleia da República. -----

Esta perda de tempo, este envolvimento sempre dos partidos nacionais aqui contra as situações locais é uma absoluta perda de tempo. Significa aqui um teatro jornalístico que não tem absolutamente nada de interessante. -----

Se propusesse a questão em questões locais de aumento da habitação para pessoas carenciadas, da perspectiva que temos num plano de habitação local para pessoas que estão constantemente a virem às Juntas com dificuldades, ... Só por isso me absteve, senão votava favoravelmente.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Confirmou-se nesta votação a minha intervenção inicial em que o PS, PSD e agora junta-se o CDS aqui na Assembleia Municipal rejeitam as soluções que interessam ao País e estão aqui, de facto, a defender os interesses de uma absoluta minoria de gente que vive do rentismo, que parasitam no trabalho, que se apropriam das nossas vidas em que os seus partidos obedecem.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do Partido Social Democrata naturalmente vota contra porque não só estes princípios vão contra os nossos princípios ideológicos, mas porque é uma medida que iria prejudicar aqueles que querem arrendar casa e não uma medida que iria ajudar aqueles que precisam e que precisam de ter mais salários para ter melhores condições e que precisam sobretudo de preços mais baixos. -----

Contrariamente ao que foi aqui feito e dito, apresentámos uma solução concreta que não foi discutida sequer. Com esta não concordamos pelas razões já explanadas que acreditamos que vai só criar mais um problema em vez de resolver outro. Mas não atacamos os outros com base no seu sentido de voto.” -----

2.5.5 - “Recomendação – Implementação do Plano de Mobilidade da Covilhã -----

No seguimento das várias intervenções feitas nesta Assembleia Municipal, pela Bancada do PSD, ultrapassados que estão os prazos de implementação do actual Plano de Mobilidade da Covilhã e após a contestação pública dos cidadãos da Covilhã no passado dia 07 de julho, vem esta bancada apresentar a presente recomendação: -----

Face ao exposto recomendamos: -----

- *A revisão imediata do tarifário praticado nos lugares à superfície definidos no plano de mobilidade -----*
- *A revisão, atualização e aumento das linhas/percursos/rotas dos autocarros por forma a servirem melhor as necessidades dos Cidadãos -----*
- *A criação de mais pontos carregamento dos diversos tipos de passes -----*
- *A Substituição imediata dos abrigos de passageiros -----*
- *A revisão imediata do tarifário praticado no estacionamento dos vários silos auto -----*
- *O aumento do número disponível de avenças nos Silos Auto -----*
- *A alteração da tipologia de alguns autocarros por forma a serem mais compatíveis com as dimensões das rodovias, vias e caminhos. -----*

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 25 de Setembro de 2023 aprove esta recomendação por forma a que a mesma seja implementada pelo executivo camarário.” (Doc.08) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.09)** “A recomendação que, hoje, a bancada do PSD apresenta nesta Assembleia Municipal são as angústias dos covilhanenses, traduzidas num documento. -----

Porque a nossa missão é ouvir os nossos concidadãos e representá-los, neste órgão, apresentamos, dentro daquilo que é a implementação do plano de mobilidade da Covilhã as seguintes recomendações. -----

1ª – A revisão imediata do tarifário praticado nos lugares à superfície definidos no plano de mobilidade -----

A par de se poder questionar o pagamento do estacionamento à superfície numa cidade com a dimensão da Covilhã, questionamos claramente o tarifário que se vai praticar nestes lugares de estacionamento. -----

Estamos a falar de preços incomportáveis tendo em conta que o salário médio dos Covilhanenses está abaixo da média nacional. Estamos a falar de valores desajustados e inclusivamente superiores aos praticados em outras cidades do país mas também da região. -----

2ª – A revisão, atualização e aumento das linhas/percursos/rotas dos autocarros por forma a servirem melhor as necessidades dos Cidadãos -----

Esta foi a gota de água que levou ao desespero dos covilhanenses. As rotas já não eram as melhores mas a alternativa imposta pelo famoso plano de mobilidade transformou a vida cotidiana dos cidadãos num inferno. Conclusão: face à pressão mediática as linhas antigas foram repostas e os cidadãos ficaram sem o melhoramento prometido. Aqui, uma vez mais, não andámos para a frente, andámos para trás. -----

3ª – A criação de mais pontos de carregamento dos diversos tipos de passes -----

4ª – A substituição imediata dos abrigos de passageiros -----

O Sr. Presidente da Câmara prometeu, olhos nos olhos, aos covilhanenses que iria exigir à concessionária a mudança imediata dos abrigos. Até à data nada aconteceu. Os covilhanenses, com o atual estado do clima, já sentiram na pele o que são ou não são estes abrigos. -----

5ª – A revisão imediata do tarifário praticado no estacionamento dos vários silos-auto. -----

Para além de continuarmos sem o silo-auto do Sporting, não existindo previsão de abertura, o tarifário praticado nestes espaços é no mínimo surreal. -----

A Covilhã tem aos dias de hoje um tarifário, de estacionamento coberto, digno de qualquer capital europeia.... efectivamente só nos falta ser uma capital europeia. -----

6ª – O aumento do número disponível de avenças nos Silos Auto. -----

Estamos condicionados com o número reduzido de avenças disponíveis, para compra, no silo auto do pelourinho. É inacreditável que à data de hoje as avenças estejam esgotadas e exista uma fila de espera a aguardar desistências. Sim, ouviram bem, desistências porque em momento algum a TRANSDEV está a ponderar o aumento das mesmas. -----

E por último... -----

7ª – A alteração da tipologia de alguns autocarros por forma a serem mais compatíveis com as dimensões das rodovias, vias e caminhos. -----

Para terminar a minha intervenção relembro a todos que na última Assembleia Municipal estávamos com 5 meses de execução do Plano de Mobilidade, o descontentamento dos Covilhanenses crescia e a oposição à direita fazia o seu trabalho: alertar para todas as incoerências do plano, para os problemas e dificuldades que obviamente iriam gerar. -----

Nessa mesma Assembleia o sr. Presidente de Câmara só proferiu uma frase relativamente a este assunto e passo a citar: “Sra. Deputada, relativamente ao plano de mobilidade isto não é como começa é como acaba”, fim de citação. -----

A frase pareceu-lhe feliz, imagino, e fez sorrir a bancada do partido socialista, o objetivo era descredibilizar todos os alertas da oposição e menorizar as angústias já manifestadas pelos covilhanenses. -----

Bastaram 11 dias para os Covilhanenses lhe responderem, Sr. Presidente. 11 dias depois os Paços do Concelho são invadidos por cidadãos desesperados, perante um executivo que não os ouve, numa situação inédita na história da democracia covilhanense. -----

Sim, Dr. Vítor Pereira foi no seu mandato que isto aconteceu, sim, sr.(s) Deputados do Partido Socialista foi convosco no poder que isto aconteceu e sim Sr. Chefe de Gabinete Dr. Hélio Fazendeiro foi por causa do fantástico plano de mobilidade que a CMC foi invadida. -----

Foi invadida e apareceu em horário nobre nas principais televisões portuguesas. Todo um país assistiu: de um lado um povo revoltado e do outro lado um “homem só” a prometer aquilo que sabe à partida que não vai conseguir cumprir. Prova disso foi a promessa de que tudo estaria resolvido até ao final de Agosto. -----

É óbvio que os ultimatos feitos à concessionária pouco ou nada farão e este plano vai acabar pior do que começou. -----

Sr. Presidente é agora que vai começar a ouvir-nos e a dar-nos razão ou continuará a tomar só boa nota e a esperar tranquilamente pela próxima invasão à Câmara pelos Covilhanenses, aqueles que prometeu ouvir, proteger e defender.” -----

- Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”): “Foi-me transmitido, ao longo destes dias após o início do ano escolar, que os encarregados de educação se queixam quase unanimemente que os horários dos transportes não estão a ser compatíveis com os horários escolares, ao contrário daquilo que acontecia, para além dos autocarros que em muitas situações

estão cheios e continuam a deixar os alunos nas paragens e a chegar de forma mais tardia ao início das aulas. Se calhar faria algum sentido que, para além daquilo que já foi aqui transmitido que estará menos bem, se tenha também em consideração o problema dos horários e se dê nota disso à transportadora.” -----

- **Dr. Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Tomo esta intervenção para manifestar o sentido de voto da bancada do Partido Socialista contra a recomendação apresentada pelo PSD. -----

Esta é uma recomendação em que o PSD recomenda apenas para se fazer notícia, cavalgando na onda populista, demagógica e irresponsável de promover o medo e a contestação social sobre o Sistema de Mobilidade da Covilhã, procurando recolher com isso dividendos políticos e partidários numa atitude em política que o Partido Socialista não se revê nem compactua. -----

Populista sim, Senhora Deputada. É populista quando recomenda a substituição de abrigos quando publicamente o Senhor Presidente da Câmara já o exigiu; -----

É populista quando recomenda que sejam aumentados os números de avença quando, sobre esta matéria, também o Senhor Presidente já informou publicamente que os atuais constrangimentos decorrem da indisponibilidade de utilização do Silo do Sporting; -----

É populista porque recomenda o aumento do número de postos de venda e carregamento de passes quando já foi dito nesta Assembleia, na vossa presença, que a concessionária irá colocar postos de venda em todas as Juntas de Freguesia que assim se mostrem disponíveis; -----

É populista porque recomenda a redução tarifária no estacionamento quando as tarifas são as mesmas. Imagine-se: as mesmas de quando vigorava o PSD na Covilhã. -----

Esta recomendação não é apenas de populismo. É de desonestidade política por parte de um partido que se deveria apresentar como alternativa credível.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Concordando com as recomendações que aqui são feitas porque parece-me que são justas, os problemas existem, é necessário tomar medidas e não basta expressar a intenção. É necessário concretizar. -----

Aquilo que acontece é que não se concretiza. Continua-se a “empurrar para a frente”. -----

A acrescentar a estas medidas, na ata de 6 de março de 2020 (página 66), na apresentação que foi feita do Plano de Mobilidade aqui nesta sala, chamou-me a atenção que existe um acordo ou pelo menos foi dito nessa altura que já existia um acordo com a CIMBSE sobre a possibilidade de quem possui passe no Município (no Concelho) e que utiliza outras transportadoras poderia ter a possibilidade de transitar gratuitamente na concessão da Covilhã. -----

Daquilo que sei e pelo conhecimento que tenho de quem utiliza o transporte da Auto Transportes, pagando um passe de Casegas para a Covilhã de 111,00€, onde é que está a aplicação do tal PART da redução tarifária? Mas neste caso concreto, já tentou utilizar e não consegue utilizar porque a transportadora e os motoristas não deixam. -----

Isso está no documento que nos foi apresentado. O Senhor Presidente da Câmara disse e afirmou que já existia esse acordo com a CIMBSE. Senhor Presidente da Câmara, é só concretizá-lo.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Demagogia e populismo talvez seja, na última Assembleia, o PSD ter avisado dos problemas de estacionamento, das carreiras, dos tarifários, do Presidente da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso (o presidente da maior Junta de Freguesia Socialista do Concelho da Covilhã) a avisar das cabines e do estado em que estavam para talvez os senhores e as senhoras cidadãs covilhanenses idosos estarem ao sol e à chuva à espera do autocarro... -----

Talvez demagogia e populismo seja avisar disto, mas depois a seguir responderam-nos nesta “Casa” que era mentira e que não havia problema nenhum. Semanas depois está a Câmara Municipal a tentar corrigir o estacionamento, as carreiras, os tarifários e as cabines que avisámos que tinham problemas. -----

Demagogia e populismo, que eu saiba, não é isto. Mas também não é mentira. Não gosto de chamar demagogia e populismo a qualquer pessoa que berra e que venha a esta Assembleia a parecer o Senhor André Ventura. Chamo de falta de seriedade, ao admitir os erros e os avisos que a Oposição construtivamente aqui faz. -----

Já que falamos em demagogia e populismo, talvez uma coisa que possa ser considerada como tal seja fazer notícia dizendo “fizemos um ultimato à empresa concessionária. A empresa é má. A empresa faz asneira”. Mas foi esta a Câmara Municipal que contratou e escolheu essa empresa. Não fomos nós. Talvez demagogia e populismo seja assinar um acordo, apertar as mãos com uma empresa e, a seguir, dizer que a empresa é que está mal, quando foram os senhores que a escolheram. -----

Gostava, antes de terminar, de perguntar ao Senhor Presidente: o que é que sente, tendo um órgão de soberania sido invadido na sua presidência e o Senhor Presidente da Câmara ter ficado a responder aos legítimos anseios dos Covilhanenses nesse espaço sozinho com os Vereadores da Oposição porque os seus fugiram pela porta de cima? Como é que sente sozinho nos Paços do Concelho a responder aos cidadãos sem ter os seus colegas ao lado? -----

Para terminar e já que falaram nos tarifários cobrados na Covilhã: em Lisboa cobram-se 3,20€ por 4 horas numa zona de estacionamento; na Covilhã, pelo mesmo tempo 4,45€. Mais 1,25€. -----

Em Viseu, cobram-se 2,50€ face a estes 4,45€ da Covilhã. Na Covilhã, pelo mesmo período que em Viseu em zonas não centrais 3,10€. -----

Nos silos auto, em Lisboa são 3,00€, na Covilhã 3,45€; e em Viseu 1,50€ e na Covilhã pelo mesmo, equiparando a Viseu, 2,30€. -----

Os preços das avenças dos silos: 24 horas para residentes em Viseu são 20,00€; na Covilhã, com 30% de desconto, são 54,55€. Nos estacionamentos da Universidade da Beira Interior são 60,00€ uma avença anual e do Município, para profissionais não residentes dos silos, são 77,90€ por ano.

Se isto não responde aos preços, não sei o que mais possa responder.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação** foi **rejeitada por maioria com 24 votos contra (PS e DMI's), 4 abstenções (Senhores Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Ferro, Peraboa, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 12 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo).** -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.6 - “Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional -----

A história do serviço postal e dos CTT, dilui-se em grande parte da história de Portugal. -----

A sua origem remonta a 1520 quando o Rei D. Manuel I criou o primeiro serviço de correio público de Portugal e o cargo de Correio-Mor do Reino. -----

Desde então o Serviço de Correio Público tem permitido encurtar distâncias e garantir um serviço público de correio que cumpre a missão de aproximar pessoas e entidades e promover a coesão territorial. -----

Essa missão está hoje colocada em causa face às falhas e deficiências da operação que se fazem sentir, sobretudo nos territórios de baixa densidade e nas aldeias mais afastadas dos centros urbanos. -----

O serviço público de correios é ainda o meio pelo qual grande parte dessas populações recebe a sua pensão de reforma, recebe a marcação de consultas e exames médicos, as faturas de água e luz, as notícias da família e outras comunicações postais relevantes. -----

A informação que estas populações nos transmitem - ampliadas pelos seus legítimos representantes das Juntas de Freguesia - relatam situações inacreditáveis às quais não podemos ficar indiferentes e que não respeitam os requisitos mínimos de serviço público, como sejam erros de destinatários, interrupções de distribuição que chegam aos 30 dias, marcações de exames médicos que chegam já depois da data do exame, avisos de corte de fornecimento que nalguns casos chegam já depois da tentativa de corte por parte do fornecedor do serviço. -----

A Lei Postal - Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, faz o enquadramento regulamentar aplicável da prestação do serviço postal universal (SU), que deve assegurar a satisfação de padrões adequados de qualidade, nomeadamente no que se refere a prazos de entrega, regularidade e fiabilidade do serviço. -----

Os CTT, enquanto entidade concessionária da prestação do SU, estão obrigados a prestar os serviços que integram o SU de acordo com os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho fixados pela entidade reguladora (ANACOM). -----

Esses parâmetros de qualidade de serviços e objetivos de desempenho são apurados no período correspondente ao ano civil e o cumprimento ou incumprimento dos mesmos é apurado globalmente para a área geográfica de todo o país e não a nível regional ou de centro de distribuição. -----

Considerando as deficiências apontadas e as obrigações legais de serviço parece-nos essencial que se proceda a uma alteração dos parâmetros de avaliação de desempenho de qualidade de serviços, nomeadamente no que respeita à área geográfica considerada. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, exorta o Governo e a Assembleia da República a proceder às alterações legais necessárias para que os parâmetros de avaliação do desempenho de qualidade de serviço público de correios dos CTT seja avaliada com base nos resultados dos serviços regionais de distribuição e não com base na área de todo o território nacional continental e, subsequentemente, se intensifique a fiscalização do cumprimento dessas obrigações pela entidade reguladora, ANACOM. -----

Sendo aprovada, esta Moção deverá ser enviada ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro da Economia.” (Doc.10) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Apenas dar a nota que é, mais uma vez, o tema e o assunto que creio nos une a todos, que tem a ver com a qualidade do serviço público postal prestado sobretudo nas nossas freguesias e aldeias, com um prejuízo adicional que me lembrava muito bem uma pessoa neste fim-de-semana, que não está vertido nesta moção: é que o atraso verificado nos Correios é um fator decisivo, por exemplo, para reduzir a credibilidade dos jornais que são distribuídos. -----

Isto é, os semanários que são distribuídos e que chegam à casa das pessoas de pouco servem quando chegam duas semanas, três semanas ou um mês depois. Há aqui até um dano colateral feito na imprensa regional e na imprensa local e entendemos que é necessário tomarmos uma posição política (já não é a primeira que fazemos) e deixo à consideração e à discussão da Assembleia esta moção.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A Assembleia Municipal já aprovou aqui uma moção ou duas sobre os CTT’s e a necessidade de haver, de facto, uma alteração. Recebemos algumas respostas que penso que são mais “não resposta” do que “resposta” no sentido da resolução do problema. -----

Para nós, e para marcarmos de certa forma aquilo que pensamos, o problema não reside na alteração dos indicadores de avaliação do serviço que é prestado pela empresa, mas a resolução deste problema resolve-se com o regresso da concessão à área pública para que, de facto, o serviço público seja exercido e cumprido pelos CTT's." -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento "Covilhã Tem Força" e DMI's) e 2 abstenções (CDU – PCP/PEV).** --

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** "A bancada do PSD votou a favor porque concorda integralmente com o teor desta moção e também concordamos com a necessidade de discussão do âmbito em que deve estar o serviço de Correios. -----

Ainda assim, cumpre-nos sublinhar que não chega discutir isto, mas também deixar aqui o desafio à Assembleia para que no futuro também possa tomar posição sobre os postos de distribuição dos próprios semanários do Concelho da Covilhã em particular. Ficámos a ver esta semana que o *Notícias da Covilhã* não tem qualquer distribuição a Sul do Tortosendo, deixando 60% do Concelho da Covilhã sem nenhum posto que receba o semanário do nosso Concelho." -----

2.5.7 - "Regulamento de Transmissão em Direto das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã -----

----- **ARTIGO 1.º** -----

----- **(Objeto)** -----

O presente regulamento tem por objeto a captação e transmissão áudio e vídeo, em direto e online, das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã, conforme previsto no artigo 68.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

----- **ARTIGO 2.º** -----

----- **(Definição)** -----

Entende-se por "transmissão em direto" a captação das reuniões públicas da Assembleia Municipal através de meios técnicos eletrónicos e a transmissão do áudio e vídeo captados, em tempo real, através da internet, por forma a que referida transmissão seja visionada no sítio institucional do Município na internet. -----

-----**ARTIGO 3.º**-----

-----**(Meios de Recolha e Transmissão)**-----

1 - Os meios de recolha e transmissão de áudio e vídeo das reuniões da Assembleia Municipal deverão ser da exclusiva responsabilidade do Município, estando os mesmos vedados a qualquer entidade exterior. -----

2 - Aos membros de órgãos da comunicação social é permitida a cobertura das reuniões nos termos estatutários e legais aplicáveis, em coordenação com os serviços municipais responsáveis pela Comunicação da Autarquia. -----

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, é proibida qualquer outra transmissão de áudio e vídeo das reuniões sem prévia autorização da Mesa da Assembleia que, para o efeito, pode auscultar o Plenário. -----

-----**ARTIGO 4.º**-----

-----**(Direitos dos Intervinentes)**-----

1 - O Município da Covilhã salvaguarda a observância do princípio da legitimidade e da participação individual, segundo o qual, e por regra, só com o consentimento da pessoa em causa pode ser levado a cabo o tratamento de dados a si respeitantes, nos termos do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável. -----

2 - O consentimento a que se refere o número anterior deve ser prestado pelos eleitos, funcionários e cidadãos que estejam no exercício de funções ou do direito à participação, mesmo que este se traduza apenas na mera presença ou assistência nas reuniões da Assembleia Municipal. -----

-----**ARTIGO 5.º**-----

-----**(Transmissão de Deputados Municipais e Membros da Câmara Municipal)**-----

1 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal devem ser devidamente informados que as reuniões da Assembleia Municipal são transmitidas em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados. -----

2 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto das suas participações nas reuniões da Assembleia Municipal, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo I ao presente regulamento. -----

3 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros. -----

4 - A não concessão de consentimento a que se refere o presente artigo não implica qualquer limitação ao exercício das funções de Deputado Municipal ou membro da Câmara Municipal. -----

5 - Sempre que um Deputado Municipal pretenda intervir na reunião e não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção. -----

6 - Caso tal se afigure necessário, a Mesa da Assembleia Municipal deve proceder a uma reorganização dos lugares dos Deputados Municipais, assegurando um espaço no plenário destinado aos Deputados Municipais que tenham manifestado o seu não consentimento à transmissão, por forma a que a sua imagem não seja transmitida. -----

-----**ARTIGO 6.º**-----

-----**(Transmissão de Funcionários e Não-Eleitos)**-----

1 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, devem ser devidamente informados que estas são transmitidas em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados. -----

2 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto das suas participações nas reuniões da Assembleia Municipal, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo II ao presente regulamento. -----

3 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros. -----

4 - Sempre que a palavra seja concedida a um não-eleito, ao qual se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, e este não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção. --

-----**ARTIGO 7.º**-----

-----**(Transmissão do Público)**-----

1 - Todos os cidadãos que participem nas reuniões da Assembleia Municipal, quer através de intervenção ou pela mera presença, devem ser devidamente informados que a reunião é transmitida em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados. -----

2 - Os cidadãos manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto da sua participação na reunião, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo II ao presente regulamento. -----

3 - Os cidadãos interessados em participar são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros. -----

4 - A não concessão de consentimento a que se refere o presente artigo não implica qualquer limitação ao exercício do direito à participação dos munícipes nas reuniões da Assembleia Municipal. -----

5 - Sempre que um cidadão pretenda intervir na reunião e não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção. -----

6 - A Mesa da Assembleia pode alterar a ordem de intervenção dos cidadãos no sentido de intervirem consecutivamente aqueles que não autorizaram a transmissão, por forma a que a suspensão da transmissão da reunião seja contínua. -----

7 - Deve ser assegurado um espaço destinado aos cidadãos que pretendam assistir à reunião e que, previamente, tenham manifestado o seu não consentimento à transmissão, por forma a que a sua imagem não seja transmitida. -----

8 - Sem prejuízo dos restantes números deste artigo, a transmissão das reuniões deve evitar o visionamento da área reservada ao público. -----

----- **ARTIGO 8.º** -----

----- **(Suspensão e Proibição da Transmissão das Reuniões)** -----

1 - Sempre que as circunstâncias e o teor das intervenções o exijam e, nomeadamente, sempre que do facto possa resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro dos intervenientes, a Mesa da Assembleia Municipal poderá, no decurso da reunião, ordenar a suspensão da transmissão áudio e vídeo. -----

2 - A suspensão prevista no número anterior será feita sem prejuízo das limitações técnicas dos meios de captação e transmissão utilizados e da normal prossecução dos trabalhos da Assembleia Municipal. -----

3 - A Assembleia Municipal pode, em qualquer momento, deliberar fundamentadamente a não transmissão da respetiva reunião. -----

----- **ARTIGO 9.º** -----

----- **(Entrada em Vigor)** -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação. -----

----- **ANEXO I** -----

----- **(a que se refere o nº 2 do artigo 5.º)** -----

Eu(nome completo), portador(a) do cartão de cidadão/bilhete de identidade nº, válido até/...../....., residente em, declaro que: -----

1 - Autorizo a captação, utilização e divulgação de imagens e áudio (som) obtidas durante a realização de reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã, a ocorrer até ao término do mandato

autárquico em 2025, renunciando, desde já, a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar. -----

2 - As imagens, fotografias e áudio (som) poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital, magnético, tecido, plástico, entre outros) e integrados em qualquer outro material (fotografia, desenho, ilustração, pintura, vídeo, animação, entre outros) conhecidos ou que venha a existir, bem como através de qualquer meio de comunicação utilizado pelo Município, exclusivamente para os efeitos decorrentes da ação do Município da Covilhã, designadamente a recolha e divulgação de imagem/vídeo/áudio em publicações municipais, no sítio institucional do Município na internet e para a transmissão em direto ou diferido das reuniões dos órgãos municipais através de plataformas digitais e para integração do arquivo municipal. -----

3 - Tomo conhecimento do facto de as imagens, fotografias e áudio (som), uma vez disponibilizadas online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros. -----

4 - Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados, tomo conhecimento dos direitos de consulta, acesso, retificação, atualização, oposição ou apagamento dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do registo, mediante comunicação, para o efeito, para o e-mail , dirigido a -----

5 - Mais, tomo conhecimento que a conservação de dados será feita pelo Município da Covilhã, entidade que respeita a sua conservação, garantias de sigilo e confidencialidade preconizados ou RGPD, pelos prazos legalmente e regularmente estipulados. -----

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai assinada por mim. -----

Covilhã, de de -----

Assinatura (conforme CC ou BI): -----

----- ANEXO II -----

----- (a que se refere o nº 2 do artigo 6.º) -----

Eu(nome completo), portador(a) do cartão de cidadão/bilhete de identidade nº , válido até /..... /....., residente em, declaro que: -----

1 - Autorizo a captação, utilização e divulgação de imagens e áudio (som) obtidas durante a realização de reunião da Assembleia Municipal da Covilhã do dia /..... /....., renunciando, desde já, a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar. -----

2 - As imagens, fotografias e áudio (som) poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital, magnético, tecido, plástico, entre outros) e integrados em qualquer outro material (fotografia, desenho, ilustração, pintura, vídeo, animação, entre outros) conhecidos ou que venha a existir, bem como através de qualquer meio de comunicação utilizado pelo Município, exclusivamente para os efeitos decorrentes da ação do Município da Covilhã, designadamente a recolha e divulgação de imagem/vídeo/áudio em publicações municipais, no sítio institucional do Município na internet e para a transmissão em

direto ou diferido das reuniões dos órgãos municipais através de plataformas digitais e para integração do arquivo municipal. -----

3 - Tomo conhecimento do facto de as imagens, fotografias e áudio (som), uma vez disponibilizadas online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros. -----

4 - Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados, tomo conhecimento dos direitos de consulta, acesso, retificação, atualização, oposição ou apagamento dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do registo, mediante comunicação, para o efeito, para o e-mail , dirigido a -----

5 - Mais, tomo conhecimento que a conservação de dados será feita pelo Município da Covilhã, entidade que respeita a sua conservação, garantias de sigilo e confidencialidade preconizados ou RGPD, pelos prazos legalmente e regularmente estipulados. -----

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai assinada por mim. -----
Covilhã, de de -----

Assinatura (conforme CC ou BI):” (Doc.11) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Aprovamos na sessão de Junho um novo Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã. Um novo regimento que, conforme tive oportunidade de referir na altura, resulta em diversas vantagens, desde oferecer mais momentos de debate até conferir maior transparência ao processo deliberativo. Uma dessas mais valias que este regimento prevê, consensual entre todos os grupos com representação neste plenário, é a possibilidade da transmissão online das nossas reuniões. -----

Para o Partido Socialista, que votou várias vezes contra propostas de deliberação para um streaming sem regras, este sempre foi o caminho. -----

Conforme sempre afirmamos, era antes de mais fundamental fazer constar regimentalmente a possibilidade das transmissões online, algo que fizemos em Junho, para agora definir em regulamento os parâmetros sobre os quais tal se deve processar. -----

Desde que garantidos todos os direitos conferidos pela lei, em particular pelo Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), a transmissão via streaming é uma ferramenta fundamental tanto em termos de publicitação dos trabalhos da Assembleia Municipal como em termos de aproximação aos nossos concidadãos. -----

Este regulamento que hoje apresentamos, naturalmente baseado em regulamentos existentes noutras assembleias, tem a particularidade essencial de ir de encontro a preocupações levantadas pela Comissão Nacional de Proteção Dados em pareceres recentemente emitidos, sendo a principal das quais a obrigatoriedade de todos os intervenientes terem de consentir que a sua imagem e som sejam transmitidos. -----

Segundo a CNPD, entidade responsável por controlar e fiscalizar o cumprimento do RGPD, o consentimento prévio e expresso de todas as pessoas abrangidas pela filmagem e transmissão aparece como única condição suscetível de legitimar o streaming. Desta forma, é para o Grupo Municipal do Partido Socialista crucial que tal obrigatoriedade esteja prevista neste regulamento.

Estamos em crer que as transmissões online das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã configurarão um significativo passo evolutivo na nossa política local e por isso contamos com a eficiência do executivo e dos serviços para que tal já possa estar implementado com a maior brevidade possível.” (Doc.12 com as alterações introduzidas durante a leitura do mesmo) -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “7 anos depois, finalmente, aprovamos aqui a transmissão online das reuniões da Assembleia Municipal. -----

Foram precisos 6 anos e meio para se fazer um regulamento e sinto-me quase como se estivéssemos em 2020 a aprovar termos Wifi na cidade. É a mesma coisa de estarmos contentes por conseguir fazer uma coisa que a maior parte das Assembleias Municipais já faz desde que surgiram estas ferramentas. E, com certeza, votaremos a favor. -----

Gostamos de saber que, 7 anos depois, o Partido Socialista soma a vontade de aumentar a transparência das reuniões da Assembleia Municipal, mas fazemos agora um repto: que sejam também estendidas às reuniões de Câmara estas preocupações de transparência, porque é nas reuniões de Câmara, que são quinzenais, que de facto se discute do ponto de vista executivo o quotidiano da cidade. Portanto, se há preocupações de transparência, de concretização, de aproximar os eleitos dos eleitores, será incompreensível se ainda durante este ano não existir já da parte da Câmara Municipal da Covilhã, a partir de agora, a transmissão online. -----

Não é preciso alterar nem regimentos (essa é também uma desculpa esfarrapada), nem é preciso alterar lei. Já está o estudo feito pelos vistos. Já receberam os pareceres todos da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que demoraram 6 anos a ler. Já está tudo estudado. Será que é agora em 2023, 10 anos depois de este Executivo estar em funções, que os Covilhanenses vão poder assistir às reuniões de Câmara online ou não?” -----

--- Colocado à votação, o **Regulamento de Transmissão em Direto das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD naturalmente que vota favoravelmente este Regulamento, e não tem nada a opor quanto ao seu conteúdo sequer. Parece-nos de todo correto que possa aumentar a democracia e a transparência no Município, tal como defendemos aqui há vários anos, mas o repto que deixamos à Assembleia Municipal em particular é que isto não sirva para mais um constante adiamento para a implementação da transmissão online destas sessões porque lembramos que antes discutíamos esta implementação com várias moções que aqui trouxemos com a bancada do CDS e foram chumbadas com a desculpa de que tinha que entrar no Regimento. Entrou no Regimento. Agora temos um Regulamento. A seguir vamos ter os pedidos de autorização e respetivas autorizações por parte de cada pessoa que está nesta Assembleia. Façamo-lo o quanto antes para não demorar mais. -----

Agora será que vamos ter talvez uma desculpa qualquer: que há outro parecer, ou alguma nova lei que vai ser discutida e entrar em vigor?” -----

2.5.8 - “VOTO DE LOUVOR -----

José Luís Mendes -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal propõe um voto de louvor ao Seleccionador Nacional de Futsal Sub 19 José Luís Mendes. -----

Tal como divulgado por alguns tabloides, o primeiro título europeu da Seleção Nacional de Futsal Sub-19 tem “dedo” covilhanense, uma vez que o seu treinador é natural da “cidade-neve”. -----

José Luís Mendes conduziu, no passado dia 10 de setembro, a Seleção Nacional Sub-19 de Futsal ao primeiro título de campeão europeu da categoria. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Covilhã quer assim evidenciar este feito. -----

Tal facto justifica que esta Assembleia Municipal se congratule pelo êxito alcançado e aprove um voto de louvor ao Seleccionador Covilhanense, alargado aos seus atletas. -----

Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao próprio. -----

Estes dois votos de louvor pretendem ainda que este reconhecimento se traduza num estímulo para continuarem a melhorar o seu desempenho (cada um deles na sua área desportiva), a dignificarem o desporto e a representarem tão condignamente não só o país, mas também o Concelho da Covilhã.” (Doc.13 apresentado pela Deputada Municipal Dra. Joana Filipa Real Sardinha - PS) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor** foi **aprovado por unanimidade**, seguindo-se uma salva de palmas. -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.9 - “VOTO DE LOUVOR A SAMUEL BARATA -----

Foi com grande orgulho que observámos a notícia do feito de mais um Covilhanense. -----

***Samuel Barata**, 30 anos e natural da Covilhã, fez no passado dia 10 do presente mês um excelente resultado nos 10 quilómetros, ao percorrer a distância em 27.45 minutos em Brasov, na Roménia, apesar do record não ser homologado pelas entidades oficiais por um erro na medição dos 25m da distância da prova.* -----

Mas este não foi o único feito do atleta, que terminou a prova na 7.ª posição, sendo o primeiro não queniano a cortar a meta. Samuel Barata passou os 5 km de prova em 13m33s, fazendo cair a melhor marca nacional nesta distância, que pertencia a Paulo Guerra desde 1996. -----

A marca obtida por Samuel Barata aos 10 km é a 3.ª melhor europeia do ano e a 8.ª melhor europeia de sempre. -----

A Federação Portuguesa de Atletismo convocou o atleta, que será o único português a competir nos Campeonatos do Mundo de Estrada, na distância de meia maratona, prova que se realiza em Riga nos dias 30 de setembro e 01 de outubro. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã quer assim evidenciar este feito. -----

A excelente prestação de Samuel Barata para além de ter sido de excelência, eleva o nome da Covilhã até aos altos patamares do desporto e é fruto de muito trabalho, perseverança e resiliência para ultrapassar os inúmeros obstáculos que todo o desporto de alta competição tem. -----

Como reconhecimento do seu trajeto, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve a sua conquista. ----

*Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao atleta.” (Doc.14 apresentado pela Deputada Municipal **Dra. Joana Filipa Real Sardinha - PS**)* -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor** foi **aprovado por unanimidade**, seguindo-se uma salva de palmas. -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.10 - “Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Luís Manuel Santos Silva Patrão, de 68 anos. -----

Nascido na Covilhã e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, teve um notável percurso profissional e político, tendo desempenhado funções relevantes na vida da Juventude Socialista, do Partido Socialista e do País. -----

Exerceu funções de deputado nas II e VII Legislaturas, foi Chefe de Gabinete dos Primeiros-Ministros dos XII e XVII Governos Constitucionais, foi Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000, foi Presidente do Turismo de Portugal entre 2006 e 2011 e foi ainda Secretário Nacional para a Administração e membro da Comissão Permanente do PS desde 2014. -----

Foi, pois, um distinto covilhanense que ao longo da sua vida defendeu os interesses da Covilhã e que, com a discrição que o caracterizava, se afirmou pela competência, ponderação, dedicação e integridade. -----

A título de reconhecimento pelo apoio que sempre deu à Covilhã, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo da Bancada do Partido Socialista” (**Doc.15**) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra) e Carlos do Carmo Martins (Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso) por se encontrarem ausentes da sala. -----

A presente sessão foi interrompida pelas 12:55 horas para almoço e reiniciou pelas 14:30 horas. -

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do Partido Socialista indicou como temas para discussão a “Habitação” e o “Turismo”. -----

3.1.1 – HABITAÇÃO -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** fez a seguinte apresentação do tema: **(Doc.16)** -----

“Sr. Presidente, por economia de tempo, cumprimento na sua pessoa todos os presentes nesta Assembleia, -----

Neste novo modelo de funcionamento da Assembleia Municipal da Covilhã, onde o espaço para o debate toma parte e dá oportunidade aos representantes políticos apresentar soluções para os Covilhanenses, a bancada do Partido Socialista não poderia deixar de propor como primeiro tema de debate a “Habitação”. -----

Convicto que a resolução do problema da Habitação passa por mais e melhor habitação, num sistema habitacional alargado, protegido de fenómenos especulativos onde a Habitação pública deve ocupar papel central na resolução de situações de carência social, mas também como bitola para um preço de arrendamento justo e adequado à realidade social e económica dos portugueses, em especial para os mais jovens, onde poucas serão as soluções com resultados imediatos. -----

A Habitação em Portugal é nos últimos tempos tema de debate público e político, fruto da pressão num mercado habitacional desregulado, onde o parque habitacional envelhecido se traduz muitas vezes em condições indignas onde muitos portugueses vivem, acentuando assimetrias e desigualdades sociais. -----

Um debate, muitas vezes centrado numa realidade vivida em grandes centros urbanos, mas que em boa verdade afeta de igual forma concelhos como o da Covilhã com especificidades e desafios próprios, fruto de um concelho em crescimento. -----

Nomeadamente: -----

- Um concelho onde o louvável crescimento da Universidade da Beira Interior em número de alunos acrescenta uma pressão no mercado habitacional, nomeadamente no mercado de arrendamento. -----

- Um concelho com uma forte atividade turística, onde leva a cada vez mais investimento no âmbito do alojamento local, induzindo uma maior pressão sobre o mercado habitacional, através de aumento de preços e uma maior escassez de oferta de habitação familiar. -----

- Uma população idosa, onde grande parte reside em habitações degradadas e muitas vezes inadaptadas às limitações de mobilidade decorrentes da idade. -----

- Uma realidade demográfica onde se verifica um crescimento acentuado de agregados unipessoais. -----

- Uma procura, cada vez mais elevada por parte de cidadãos estrangeiros, entre eles nómadas digitais, que escolhem a Covilhã como concelho para uma nova vida. -----

- Um concelho onde a sua realidade económica confere a existência de 25% dos profissionais por conta de outrem com formação superior. -----

São alguns dos fatores que assumem a Habitação como um desafio amplo, estrutural e de complexidade elevada não só pela diversidade de fatores socioeconómicos, como também a consciência de um elevado investimento financeiro necessário, onde muitas vezes as soluções -----

demoram tempo a serem executadas. -----

São por isso necessárias soluções integradas, onde setor público, setor social, proprietários e setor privado, estejam empenhados na criação de um sistema de habitação alargado com uma oferta crescente de habitação, diversificada e adequada à capacidade financeira de cada família. -----

E é aqui, Senhores e Senhoras Deputados, com soluções integradas que registamos uma Covilhã e o Executivo do Partido Socialista, e apesar da complexidade referida, apresentar resultados no imediato, e com humildade e empenho, comprometer-se com mais e melhor habitação para os Covilhanenses no futuro. -----

Se pelo lado do setor privado, a dinâmica de construção habitacional é visível desde a zona do Jardim das Artes, à Rua Mário Soares, passando pela Quinta das Rosas, pela Rua Cidade do Fundão, pelo Centro Histórico entre outras ruas, zonas e freguesias, a confiança de investimento denotada em obra, é sinónimo de um concelho atrativo onde quem investe vê um concelho em crescimento.

Um crescimento sustentado, quando anunciados novos investimentos no parque habitacional da Covilhã, como por exemplo a requalificação do Bairro da Alegria ou a Torre de Santo António, reforçam que hoje a Covilhã dá garantias a quem investe. Assume a Covilhã como um concelho de futuro. -----

Por outro lado, no setor social, é com enorme reconhecimento, que vemos ser alargada a oferta para a população idosa com a reabilitação e requalificação do antigo hospital por parte da Santa Casa da Misericórdia, num investimento aprovado no âmbito do PRR, de 2,4 milhões de euros, que irá ter a capacidade para 74 utentes. -----

Um reconhecimento extensível ao Centro Social de Vales do Rio pela recente notícia, de aprovação da candidatura ao PRR para a construção de uma nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, que vai permitir a oferta de 26 novas camas, num investimento em cerca de 1,3 Milhões de euros.

Se o setor social e o setor privado dão estas e outras provas de investimento, o setor público, através do Município da Covilhã tem concretizado também o seu compromisso. -----

Um compromisso transversal no apoio e colaboração para o investimento do setor social e setor privado, mas também no compromisso visível de cuidar e aumentar o parque habitacional público na Covilhã. -----

Esta realidade não é de hoje, e certamente também não se esgotará amanhã. A Habitação é uma prioridade para o Partido Socialista da Covilhã onde muito trabalho se tem desenvolvido, e onde a Estratégia Local de Habitação que entre reabilitação, reconstrução e construção habitacional prevê um investimento de 15 milhões de euros no parque habitacional do município, é porventura, o melhor exemplo dessa mesma prioridade. -----

Aquilo que para alguns eram promessas eleitoralistas, começa agora a ter resultados práticos, onde a beneficiação de 20 habitações no bairro social da Quinta da Alâmpada, num investimento superior a meio milhão de euros, é uma realidade. -----

Mas também o compromisso no investimento de 7,4 milhões de euros que irão dar à Covilhã 40 novos fogos habitacionais em renda acessível, resultante do protocolo celebrado com a CIM Beiras

e Serra da Estrela, com financiamento também através do PRR. -----

Às quais se somam 18 fogos habitacionais a atribuir a famílias carenciadas em regime de renda apoiada, ou ainda 8 fogos destinados a alojamento urgente e temporário, integrados na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, com vista à inclusão social e combate às desigualdades. -----

Um compromisso do Executivo Municipal com mais Habitação no concelho da Covilhã, quando recentemente anunciou que em breve iremos votar nesta assembleia um regulamento que propõe a redução para 50% das taxas urbanísticas fora das 28 áreas ARU's, e para 25% dentro das áreas ARU. É mais um exemplo da visão integrada para investimento na habitação do concelho da Covilhã, não só para resolver as carências habitacionais, mas também para tornar a Habitação como fator de fixação de novas famílias no concelho da Covilhã. -----

Antes de terminar, e como referido no início, um dos fatores que mais influencia o aumento das rendas da Covilhã, prende-se pela elevada procura decorrente do sustentado e louvável crescimento em número de alunos da Universidade da Beira Interior. Atualmente a UBI tem perto de 9000 alunos, com uma oferta de habitação pública através das suas residências estudantis com capacidade para 800 camas. Quando ambicionado um crescimento de mais 3000 alunos até 2030, conforme vertido no Plano Estratégico da UBI, e com um aumento previsto de apenas 24 novas camas, a capacidade de resposta das suas residências irá diminuir para perto de 7%. Uma percentagem particularmente baixa e que merece reflexão e a ponderação de investimento em mais residências universitárias como fator diferenciador e captação de novos alunos, mas também como fator regulação do mercado de arrendamento na Covilhã. -----

Senhores e Senhoras Deputadas, termino com um desafio. -----

É tempo para um debate alargado, onde todas as forças políticas presentes nesta assembleia devem dar o seu contributo para um tema central na vida presente e futura dos covilhanenses.” --

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “As épocas de crise, e neste momento falamos de uma época de crise de habitação, criam sempre novas visões dos problemas e obrigam-nos nitidamente a “sair da caixa”. -----

Acho que temos em mãos a possibilidade de pensar cada vez mais no nosso centro histórico e de fazer algo para que o mesmo possa ser revitalizado, recuperado e a habitação, se calhar, é um dos grandes motores que tem que ser utilizado para que isso efetivamente aconteça. -----

A cidade cada vez mais se deslocaliza para a parte de baixo. Todos nos queixamos que a parte mais histórica, a parte antiga da cidade, não tem gente e que está despovoada. As pessoas vêm única e exclusivamente à procura dos serviços que ainda cá se mantêm ou à procura dos eventos que ainda cá se processam. Mas, se calhar, uma das possibilidades que a nossa cidade tem, e neste momento tem em mãos e o deveria fazer e equacionar, é realmente este lado habitacional. -----

Claro que temos sempre o problema da habitação mais envelhecida. Teremos sempre o problema

de que os edifícios não têm, não oferecem e não conseguem oferecer as mesmas condições das mobilidades necessárias e pensamos nos elevadores cada vez mais necessários a pessoas com mais fraca mobilidade. No entanto, haverá sempre soluções que cada vez são mais e aquilo que gostaria realmente de deixar aqui como repto e como linha de pensamento era que se aproveitasse esta oportunidade para recuperar e revitalizar o nosso centro histórico através da habitação.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A intervenção do Deputado do Partido Socialista disse que está aberto o debate - e está -, mas com um peso diferente nas intervenções e na possibilidade de termos condições iguais no próprio debate. Sendo assim, e levando em conta o tempo, só referia aqui alguns números sobre habitação, construção de edifícios no conjunto da Covilhã, aproveitando o resultado da Pordata, fonte de onde foram retirados esses números. -----

Dizer que, na década 2011/2021, se construíram 465 edifícios, atrás da Guarda (que apresenta 526) e à frente do Fundão (que apresenta 461) e de Belmonte (com 120). Temos um total de 22 mil edifícios, mas com 50% dos edifícios com mais de 40 anos, o que nos faz, de facto, trazer a este debate o estado daquilo que já foi aqui referido dos centros históricos. -----

Recordava aqui a apresentação que as crianças fizeram na última Assembleia Municipal, em que referiram a necessidade de espaço, da criação de pátios verdes e de pátios desportivos no centro da cidade e aquilo que se verifica é que o licenciamento para a habitação familiar, em 2022, situou-se nos 46 edifícios, dos quais 44 para novos edifícios e 2 para ampliações, alterações e reconstruções. Portanto, quando se fala aqui muitas vezes nos números e que a cidade está toda a reconstruir, a ampliar e a recuperar, os números oficiais que se encontram disponíveis demonstram que os números não batem bem com o discurso que se apresenta. -----

Temos, de facto, 3207 edifícios que necessitam de médias e grandes reparações. Necessitam de intervenção e isso dá-nos uma imagem do parque habitacional que temos.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Recordo que este Executivo está em funções há 10 anos. Ainda não havia *netflix* em Portugal, não havia *uber*, não havia *Waze*, os nossos *headphones* tinham todos fios quando o Senhor Presidente foi eleito presidente de câmara. -----

O mundo mudou. Dez anos passaram e, do ponto de vista habitacional, aquilo que esta Câmara tem para apresentar são diagnósticos. Neste momento, a própria Carta Municipal em aprovação, das 200 páginas, 160 são com diagnósticos. E, 10 anos depois, a única coisa que temos é diagnóstico. -----

Mas vale a pena perguntar como é que pode ter-se uma política de habitação de futuro quando nem sequer se conseguiu rever o PDM! O nosso PDM é de 1.ª geração! E o que é que está escrito agora na Carta da Habitação, depois de nos terem dito que o PDM está quase, quase, quase...? Que a fase da revisão do PDM está numa fase inicial. Ainda estamos numa fase inicial! Um PDM que é de 99! As outras cidades estão com PDM's de 3.ª geração e estamos aqui a discutir uma Carta e uma estratégia de habitação e nem o principal instrumento urbanístico que a cidade tem conseguimos rever! -----

Mas vale a pena ler a Carta Municipal de Habitação que os senhores aprovaram. Diz lá que se vai manter a trajetória de diminuição e envelhecimento da população. Diz lá que o índice de envelhecimento da população vai duplicar. Ou seja, os senhores esperam resolver o problema da habitação com o envelhecimento da população: vamos perder população, portanto não temos que resolver o problema habitacional. -----

Aliás, a vossa Carta Municipal diz lá que não é um problema de oferta. Então, como é que vamos conseguir baixar preços habitacionais sem dar e criar oferta privada por um lado, pública por outros (com habitação social), sem alterarmos os fatores da equação da lei da oferta e da procura? Não vai ser possível. -----

É bom que o tema tenha sido trazido aqui com certeza e é mérito de quem o trouxe aqui. É bom que o tema possa ser discutido, mas era tão mais útil se pudessemos estar a discutir Habitação com um PDM revisto ou com um regulamento municipal já aprovado com estratégia e financiamento, em vez de virmos para a Carta Municipal e depois de termos aprovada a estratégia municipal depois de 10 anos de executivo socialista.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Este, de facto, é um debate necessário e urgente no Município e ouvir o Senhor Deputado Pedro Bernardo era quase estar a ver de viva voz o que está colocado na Carta Municipal da Habitação porque referiu todos os diagnósticos que estão feitos nessa Carta. -----

Mas existem algumas questões que ficam obviamente por esclarecer. A primeira delas: falamos da recuperação do edificado, mas não há nada que nos diga o que é que vai acontecer com as casas ou o que é que está a acontecer com o edificado de casas em ruínas pertencentes à Câmara Municipal e de que forma elas vão ser recuperadas e de que forma é que o financiamento para essa mesma recuperação está feito. -----

Aquilo que percebemos também é que é mais uma carta de intenções com algumas medidas, poucas, convenhamos, no imediato porque depois é um plano até 2032. Mas as medidas do imediato, que estão colocadas nessa mesma carta de intenções, conseguem evitar o que se passou há duas semanas, nesta mesma cidade, em que uma idosa foi encontrada em casa morta por uma parede da casa lhe ter caído de cima? Estas é que são as respostas que precisamos dar no dia-a-dia das pessoas que vivem nessas casas que estão em condições de insalubridade. -----

Fazer aqui uma recordatória: o Senhor Presidente já hoje disse, e bem, que uma das boas heranças foi a habitação social que herdou quando chegou à Câmara, o que significa que houve uma visão relativamente à habitação social e que foi começada a ser feita bastante cedo. O que será normal é que o tempo venha a deteriorar e que seja necessário fazer a recuperação e, nesse aspeto, temos que dar o louvor à Câmara por estar a fazer essa mesma recuperação que se considerava necessária nas habitações sociais. -----

De quaisquer das formas, é normal que o nosso problema habitacional no município não seja tanto mais grave quando foi atenuado pela diminuição da população porque senão gostaríamos de saber em que ponto é que estávamos. -----

Porque foi referido hoje também como uma solução de futuro, dizer que a proposta recentemente

aprovada pelo Governo da diminuição das rendas da habitação é um “atirar com a barriga para a frente” um problema que depois logo se vê de como é que se resolve porque o que a medida diz é: se a taxa de juro for de 5%, as pessoas durante 2 anos pagam 3,5% e o valor que deixarem de pagar, pagarão passados esses 2 anos com juros de 5%, isto partindo do pressuposto que a taxa de juro Euribor irá decrescer (sem termos essa certeza). Significa que isto não é mais do que uma medida eleitoralista!” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Quando lançámos este tema a debate foi com a expectativa que, dentro daquilo que é a reflexão que certamente cada partido tem internamente, aproveitassem este tempo para apresentar propostas e a verdade é que neste debate foram apresentadas zero propostas por parte da Oposição do Partido Socialista, zero contributos para resolver o problema da habitação na Covilhã. -----

Quando se fala em diagnósticos, e é verdade que são eles necessários, aquilo que me cumpre dizer é que eles são importantes para tomarmos decisões e isso não invalida que se tenham tomado decisões e se tenha efetuado trabalho ao longo dos últimos anos. -----

Quando o Senhor Deputado do “Covilhã Tem Força” referiu que a reabilitação do centro histórico é uma necessidade, é verdade e é verdade que medidas como o agravamento do IMI, medidas como a da questão da diminuição das taxas urbanísticas em espaços ARU são estratégias fundamentais exatamente para promover a reabilitação do centro histórico não só da Covilhã, mas nos núcleos urbanos de todo o Concelho. -----

Em termos daquilo que é o trabalho e a referência por parte do CDS ao diagnóstico da evolução da população, e não queria estar a centrar muito o debate na Carta Municipal da Habitação, também nesse mesmo documento podemos constatar aquilo que é a contínua procura por parte dos fluxos migratórios que escolhem a Covilhã para viver e isto é algo que está a acontecer neste momento na Covilhã. Também como aqui o Senhor Deputado do PCP referia, são números e esses números obrigam-nos a ter essa tal reflexão e a ter essa tal necessidade de soluções aproximadas.

Quanto àquilo que foi a reflexão por parte do PSD, que não deixou de ser apenas e só uma reflexão, em relação à habitação social, quando se diz que não foi feito nada ao longo dos últimos anos do Partido Socialista no governo da Covilhã, aquilo que convém relembrar foi as intervenções seja no âmbito da eficiência energética, seja no âmbito daquilo que era restabelecer a condição digna a quem habita na habitação social da Covilhã. Foi um trabalho que não foi feito agora. Não esperamos pela Estratégia Local de Habitação para que fossem implementados. Isso é mérito do Executivo e de toda a equipa que trabalha diariamente com o Executivo na resolução deste problema. -----

Em relação àquilo que é o parque habitacional e das propriedades do Executivo Municipal, na Carta Municipal de Habitação vem claro o destino que vão ter, vem assumido um compromisso a curto, médio e longo prazo para resolver o problema ao ter essa questão das habitações devolutas por parte do Município disponíveis para os Covilhanenses.” -----

3.1.2 – TURISMO -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez a seguinte apresentação do tema: **(Doc.17)** -----

“Nestes primeiros “Debates entre Grupos Municipais”, espaço de confronto de ideias criado pelo novo Regimento, o Partido Socialista traz para discussão um tema central da atualidade a nível nacional, a Habitação, e um tema que, além de fundamental motor de desenvolvimento do país, tão relevante é para nós enquanto covilhanenses: o Turismo. -----

Penso que seja aqui consensual que vivemos num Portugal com drásticas desigualdades territoriais, em que o turismo infelizmente também acompanha essa tendência. Em 2022, e segundo o Instituto Nacional de Estatística, dos 45 municípios com mais de 200.000 dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, apenas 3 se situam no interior: Évora, Covilhã e Viseu. -

Depois do profundo golpe que significou a pandemia para este setor, tudo indica que em 2023 o nosso concelho vá atingir novos máximos, crescendo em relação aos valores de 2019 e, muito provavelmente, ultrapassando as 300.000 dormidas. Dos 3 municípios do interior que mencionei anteriormente é mesmo o que mais cresce e isso será com certeza razão para nos deixar a todos satisfeitos. -----

A Serra da Estrela é, e será sempre, o nosso ex libris e naturalmente será em grande parte sobre ela este debate. Mas não é de menorizar a evolução que a própria cidade tem tido nos últimos anos, apresentando cada vez mais razões para ser devidamente visitada. A Arte Urbana que invadiu as nossas ruas, e que se renova ano após ano, é já uma marca distintiva da Covilhã, sendo de inteira justiça salientar o papel que o movimento Wool tem tido em criar e recriar este autêntico museu a céu aberto. O novo Museu da Covilhã, resultado de uma candidatura de 500.000€ e participado a 85%, é outro caso de inquestionável sucesso. Aberto ao público há pouco mais de 2 anos, e premiado em diversas ocasiões incluindo com o título de “Melhor Museu do Ano”, o mais alto galardão atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia, recebeu já mais de 15.000 pessoas que o visitaram e levaram conhecimentos da Covilhã para os quatro cantos do Mundo. -----

É por isso com a maior das expectativas que também olhamos para o projeto “Covilhã, História entre Ribeiras” que o município está a levar a cabo em parceria com o Museu de Lanifícios e o New Hand Lab. cremos que esta candidatura, num valor global de cerca de 480.000€, permitirá potenciar a riqueza das nossas ribeiras, criando assim mais uma relevante oferta turística para a nossa cidade. -----

E não é só no núcleo urbano do concelho que se tem procurado investir no turismo. A candidatura de turismo mineiro, apresentada conjuntamente pelos municípios da Covilhã e Fundão e com investimento previsto de cerca de 600.000€, é prova disso, consistindo numa oportunidade única para reconhecer devidamente o papel que as Minas da Panasqueira tiveram e continuam a ter na história da Covilhã. -----

Para o Grupo Municipal do Partido Socialista o turismo é fulcral na estratégia de desenvolvimento da Covilhã. Foi por isso com regozijo que vimos o Fórum de Turismo Interno, “Vê Portugal”, realizar-se este ano na nossa cidade, e nele ouvir o executivo anunciar a criação do Conselho Municipal do

Turismo, no que se pretende que seja uma nova plataforma de debate de ideias e que permita aproximar os intervenientes do setor. -----

O “Vê Portugal” na Covilhã, em que os vários intervenientes destacaram o peso da marca “Serra da Estrela”, serviu também para reabrir o debate da organização do Turismo em Portugal. Para nós, urge corrigir o erro cometido em 2013 que retirou à Serra da Estrela a autonomia fundamental ao seu desenvolvimento, criando para tal um polo específico que priorize o aumento da sua atratividade. Pergunto: Estamos juntos nessa luta? -----

Centremos então o debate na Serra da Estrela. Há 10 anos a Covilhã deixou de viver de costas para ela e começou a apostar na sua valorização turística. -----

Criaram-se 4 miradouros com vistas panorâmicas únicas, num investimento superior a 600.000€, que hoje são paragens obrigatórias para quem quer que nos visite. Apostou-se no regresso de eventos, como a Volta a Portugal em bicicleta, que levam a serra até casa das pessoas. Homologaram-se mais de 200km de percursos pedestres que se encontram devidamente sinalizados para que os amantes da natureza deles possam usufruir em segurança (recordo que em 2013 não havia nem um centímetro de percurso homologado). -----

Quer isto dizer que está tudo feito? Não. Há muito por fazer, obviamente que sim. Não temos problemas para resolver? Claro que temos. Há que saber antes de mais reconhecê-los e falar deles sem tabus. -----

Em vários fins-de-semana de época alta defrontamo-nos com um problema novo: o intenso trânsito nos acessos à torre. Eu estive lá e admito, se fosse um simples turista vindo do litoral, tão depressa não voltaria. Horas de fila desde o Miradouro do Covão até ao alto, para dar a volta à rotunda e voltar para baixo, porque naturalmente não havia lugar para deixar o carro. -----

Penso que estes debates devem servir sobretudo para falar sobre os problemas e discutir soluções para os mesmos. Deixo-vos o repto para apresentarem as vossas ideias e propostas para mitigar este obstáculo ao desenvolvimento turístico. -----

O que defendem para o alto da torre? Criar mais zonas de estacionamento? Ou são a favor do corte de trânsito rodoviário entre os Piornos e a Lagoa Comprida? Ou defendem que se pague para subir à Torre? -----

Recentemente o governo instou a Turistrela a apresentar um projeto para potenciar o turismo no maciço central. Qual a vossa opinião sobre esse projeto? São a favor dos teleféricos como forma única de acesso à Torre? Ou como forma complementar? Ou são contra os teleféricos? -----

Faço-vos este desafio de dizerem aqui o que defendem para o desenvolvimento da nossa serra. Não desperdicemos a oportunidade de expor as nossas ideias e de as colocar a debate. Só assim chegaremos à melhor solução.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Esta indicação dos temas de debate parece-me claramente uma mais-valia porque é sempre da discussão que nasce a luz. -----

Ao contrário do que já foi aqui defendido, com todo o respeito, nem sempre tem que se apresentar soluções até porque o confronto de ideias, se calhar, é que nos permite às vezes chegar às soluções. Cada um transmite o que tiver para transmitir e, se calhar, naquele momento não tem propriamente uma solução, mas isso não invalida que a mesma não surja através do confronto de ideias. -----

Sempre achei, e já o disseram aqui, que andámos sempre de costas voltadas para a nossa Serra e temos que deixar de o fazer de uma vez por todas. Não sei qual é que é a solução para se lá chegar mais ou menos rapidamente, se com teleféricos, com mais ou menos miradouros, mas acho que a aposta do turismo da Serra tem que passar por uma aposta do turismo da saúde. Não é por acaso que temos ali um sanatório, não é por acaso que há uma zona que se chama “Penhas da Saúde” e temo-nos esquecido sempre disso. Acho que essa aposta tem que ser feita. -----

Passámos por uma pandemia que nos trouxe graves problemas no âmbito respiratório e por que não dizermos “vamos também pegar nessa pandemia que nos assolou e fazer com que as pessoas nos visitem, passem cá tempo” até porque o ar puro continua a ser cada vez mais uma procura constante. Penso que o ar puro cada vez mais pode ser uma mais-valia no que diz respeito ao confronto com as praias, com o campo ou outra coisa qualquer. -----

Tenhamos a coragem de apostar nesse turismo da saúde.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O PCP defende uma política para o turismo que:

- Privilegie a diversificação da oferta de produtos turísticos com a integração do turismo em espaço rural, patrimonial, ambiental, cultural, gastronómico e vitivinicultura, contrariando a tendência atual da oferta de um único produto; -----
- Aposte na requalificação dos núcleos urbanos das cidades, vilas e aldeias e na manutenção do seu património arquitetónico e paisagístico, incentivando a requalificação das habitações tradicionais abrindo-lhes as portas para a prática do turismo rural, agroturismo e turismo de habitação; -----
- Reforce a divulgação de percursos pedestres também na vertente da Educação e da sensibilização ambiental com a observação e preservação da fauna e flora autóctone; ----
- Aposte na divulgação e comercialização dos produtos regionais endógenos e certificados, como o queijo da Serra, os enchidos, o pão, o mel, o vinho, a fruta da altitude, a castanha, entre outros; -----
- Promova a qualidade rica e diversificada gastronomia regional; -----
- Reduza a pressão automóvel no Maciço Central na Serra da Estrela com a implementação de sistemas de transporte alternativos não poluentes, condição para preservar os valores

naturais existentes, dando mais tempo aos visitantes para tomarem contato com os lugares típicos e o exotismo da fauna e da flora; -----

- Desenvolva as sinergias entre os diversos agentes de desenvolvimento locais e regionais, tendo exclusivamente em vista o desenvolvimento de um turismo diversificado, amigo do ambiente e que potencie o património paisagístico e cultural; -----
- Aposte numa campanha de marketing de turismo a nível nacional e internacional que promova aquilo que a região tem de melhor, mostrando o que ela realmente tem.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Em boa hora se escolheu o tema do Turismo. Fui o primeiro covilhanense a ser Secretário de Estado do Turismo e ser candidato à Câmara Municipal da Covilhã. Tenho a certeza absoluta de que não serei o último que, nas próximas eleições, o atual Secretário de Estado do Turismo, contra várias das correntes aqui, será o candidato à Câmara. E poderemos então discutir por que é que não foi repostado o polo de turismo da Serra da Estrela quando tem um Secretário de Estado de Turismo da Covilhã e tem a anterior Secretária de Estado do Turismo do PS da Guarda. Poderemos também perguntar por que é que eram as scut’s que iriam resolver o problema e a abolição das portagens e por que é que não se fala disso hoje quando temos um Secretário de Estado do Turismo da Covilhã do Partido Socialista e tivemos uma anterior Secretária de Estado do Turismo que é do Partido Socialista da Guarda. –

Cá estaremos para fazer esses debates contínuos sobre o Turismo. -----

Sobre o polo de turismo da Serra da Estrela não estamos todos juntos, de facto. Bastou a identificação de como o turismo está a crescer. Cresceu muito mais sem o polo de turismo do que com ele. Não precisamos de políticos enfiados em polos de turismo, a gastar orçamentos para viajarem em feiras. Precisamos de liberdade para o setor privado prosperar e para o turismo crescer. -----

Se formos olhar para os números, o turismo na Serra da Estrela teve mais, com mais lucro, rentabilidade e projeção sem o polo de turismo do que com ele. Portanto, não. Não estamos nessa mesma linha e, aliás, hoje votou-se um louvor ao Dr. Pedro Machado, Presidente da Região de Turismo do Centro, que albergou o polo de turismo da Serra da Estrela e o louvor que lhe é feito é pelo trabalho que foi feito e, aqui no fórum do turismo interno na Covilhã, ninguém andou a falar da falta que faziam 18 regiões de turismo em Portugal para promover um só país. -----

Ideias... -----

O maior museu do mundo de arte urbana é aqui. É uma marca e tem que ser promovida. Não basta ter cá. É preciso promover e com criatividade. Era o que eu faria. Em vez de gastar dinheiro a trazer telenovelas para aqui, marketing digital. É muito mais bem gasto esse dinheiro do que, como se viu, a ver uma telenovela chamada “A Serra” e que ninguém conseguia identificar onde é que estavam e quem estava. -----

Uma agenda cultural e turística, 365 dias por ano – Tem que existir, mas tem que estar organizada e acessível. Não temos uma agenda, não temos uma app, não podemos comprar bilhetes, não está fácil, não está organizado. Por mérito de muita gente e de vários governos de vários quadrantes e

de vários executivos, não somos só a porta de entrada da Serra da Estrela. Mas precisamos de trabalhar um pouco mais para passarmos dessa condição de porta de entrada.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Realmente, os números na Serra da Estrela cresceram nos últimos anos. Foi um dos méritos mais apontados aqui e de que os números realmente do turismo cresceram tenha sido por tanta influência da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Vamos então aos problemas. -----

Não há investimento em infraestruturas na Serra da Estrela. Estamos a falar de 4 mil adultos, mas não sei se se recordam que metade das Penhas da Saúde pura e simplesmente não tem saneamento básico. O Plano de Ordenamento não existe. Neste momento, mexe-se no PDM a pedido dos privados e as Penhas da Saúde estão esquecidas. Tem lá umas placas das ruas e isso realmente temos, mas não há investimento em infraestruturas. Tem algum investimento para apresentar nos últimos 10 anos em infraestruturas nas Penhas da Saúde? Pura e simplesmente não existe! -----

Dizemos e enchemos a boca de que somos a principal porta de acesso à Serra da Estrela. Mas também aquela que tem a estrada em pior estado, com bermas desniveladas em 20 cm. Aquilo que se faz lá é passar, “pinta” o chamado alcatrão para remendar os buracos. Vão a Seia. Vão a Manteigas que tiveram o azar com o incêndio, mas o estado e o tempo que têm e quando foi a última vez em que ela foi recuperada? E a da Covilhã? E a de Seia? Quando é que foi a última intervenção na estrada 339? -----

Qual é o investimento? Quatro miradouros. Muito bem. Sou o primeiro a aplaudir. -----

Vamos aos percursos pedestres. Abrimos qualquer telemóvel e há 10 anos que temos o *green tracks* – aplicação da Câmara Municipal de Manteigas – com os percursos em português, inglês, francês, ... e os turistas chegam cá e imediatamente abrem isto, com geolocalização e sabem onde estão. A Câmara da Covilhã está em que geração? Na 0.4 ou 0.5? Eles já estão na 3.0! Vamos à página da Câmara e, ao abrirmos o percurso, aparece uma página em pdf em português. É isso que queremos? É esse turismo que tem para mostrar?! -----

Vamos às propostas: -----

- Implementação do plano de ordenamento; -----
- Renovação das redes elétricas – Foi aprovada aqui uma moção na última Assembleia, apresentada por mim e aprovada por unanimidade, de renovação das redes elétrica, de telecomunicações e com a criação de ciclovias. Já se avançou alguma coisa nesse ponto?” ----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Confesso que a questão dos debates é uma experiência nova. Vim sem uma intervenção preparada para ouvir as propostas que tinham para apresentar. Apresentaram algumas propostas. Alguns dos partidos foram realistas. -----

O PCP, além das propostas que apresentou, só não percebo como é que pode dizer que temos uma política de oferta de produto único quando temos uma candidatura ao turismo mineiro, as ribeiras, os percursos pedestres, arte urbana, ... Produto único acho que não é. -----

Em relação ao turismo da Serra da Estrela, à região de turismo, realmente não concordamos. O facto de o turismo estar a crescer não significa que a sub-região aqui não crescesse muito mais e serei sempre da opinião que estar próximo da decisão é sempre melhor do que ter a decisão em Coimbra. Dificilmente me convencerão do contrário. -----

Quanto ao PSD, diria que não o ouvi falar de turismo. Ouvi-o falar das Penhas da Saúde e depois vir a criticar acima de tudo. Mas ficámos a saber que a principal proposta que o PSD tem para o turismo, e que é bom anotar, é melhorar a estrada principal da Covilhã para a Serra que ainda por cima é uma estrada nacional.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “estes dois temas são temas cruciais e muito importantes. Tivemos aqui abordagens interessantíssimas. Por um lado, temos o Partido Socialista a fazer uma leitura correta, fidedigna e factual. Também o ilustre representante do CDS aqui trouxe factos, mas para tentar obnubilar o positivo que temos em termos de turismo. Veio com manobras e com cunhos de renda, com a habilidade política que lhe é reconhecida, tentar criar uma cortina de fumo para esconder aquilo que de bom temos feito no turismo aqui no Concelho. -----

Depois, temos a visão rude, um pouco a roçar o trauliteiro, por parte do PSD com “coisitas”. A aplicação é ir à aplicação do Turismo de Portugal que é boa e que está lá. O Senhor só vê uma e a gente só vê o que quer. -----

Secretários de Estado à parte. Lembrar que a cultura é relevantíssima como polo de atração para a nossa cidade. Disse, e bem, o Senhor Deputado, que o Wool é uma grande mais-valia que deve ser potenciada. -----

Falar de turismo na nossa região é falar na Covilhã e os números são indesmentíveis e muito expressivos. Em 10 anos: aumentámos em 100 mil dormidas; aumentámos em 60 mil de hóspedes; a estadia média hoje é de 1,8 quando há 10 anos atrás era praticamente inexistente. Não sou eu que o digo. São os dados do Turismo de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística onde o Senhor Deputado foi “beber a fonte”. -----

Depois, temos uma coisa muito importante: os proveitos. Hoje em dia tudo passa por esse crivo muito importante e por sopesar a importância da economia nas atividades que desenvolvemos e esta é uma das nossas grandes atividades. -----

A verdade é que em 2013 tínhamos quase 9 milhões de euros de proveitos em termos de turismo e hoje temos 17,5. Duplicámos em 10 anos. Acrescento, àquilo que de positivo disse o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, estes dados que são indesmentíveis. -----

Somos a potência turística do interior de Portugal. Depois de Évora, só a Covilhã apresenta números tão expressivos, tão relevantes e com proveitos desta magnitude como o conseguimos fazer. Isto está mais do que patente nas estatísticas. -----

Dir-me-ão alguns “então e os privados?”. Claro que sim! Queremos incentivar esta atividade na ótica privada, desde logo, que é muito importante e relevante (cria emprego, riqueza, dinâmica, traz pessoas), mas também na ótica pública, com as condições de atratividade que criamos já referidas (miradouros, percursos pedestres, patrocínio e parceria que temos com o Wool, a nossa agenda cultural, o sermos Cidade Criativa da Unesco em Design, ...).” -----

--- Tendo esgotado o seu tempo de intervenção, não se pronunciou sobre o tema da habitação. --

3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** fez a apresentação do documento dizendo: “Relativamente à habitação, assunto que tem um particular enfoque nas questões relacionadas com a informação escrita, salientar alguns aspetos e ao mesmo tempo esclarecer aquilo que julgo ser um equívoco por parte do Deputado Reis Silva. -----

Nas estatísticas que consultou à requalificação nos centros históricos, designadamente o da Covilhã, convém ter presente que há requalificações sem controlo prévio, ou seja, não têm que ir à Câmara Municipal. Não indo à Câmara Municipal, não são objeto de registo estatístico. Mas basta sairmos e percorrermos o centro histórico e vemos as ruas. -----

Se me perguntarem se estou conformado, se chega, se é suficiente, se estou satisfeito, ... Não. Estou inconformado e acho que devemos fazer mais e melhor. Todos podemos fazer mais e melhor a esse propósito. Uma coisa é certa: aquilo que está feito é indesmentível, real, concreto e factual. Aliás, o Wool vai pintando em fachadas de prédios que foram requalificados. -----

O Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, quando era Vereador na Câmara Municipal, mostrou-se muito espantado por que é que nós, estando em 2020 ou quase 2021 (se não estou em erro), tínhamos feito diagnósticos em 2018 e 2019. A verdade é que foi isso que fizemos antes de se pensar e de se sonhar que iríamos ter hoje na ordem do dia o problema da habitação com a intensidade com que temos. Fizemos este diagnóstico e foi com base nele que fomos ao encontro das grandes dificuldades que temos tido no nosso Concelho. -----

Quando falei na boa herança, a boa herança é o conjunto significativo, indesmentível e generoso de termos construído no passado, por quem me antecedeu, habitação social. Mas a verdade é que ela já apresentava muita degradação e não tínhamos dinheiro, como sabem, nem para pagar as rendas ao banco quanto mais para reabilitar. -----

Não somos ingratos nem podemos apagar a história. A história está feita. Temos 700 habitações. Agora estamos a preservar e a melhorar. Já investimos mais de 2 milhões de euros em habitação

social sempre que podemos lançar mão de ferramentas e de meios financeiros para o fazer. Continuamos atentos, vigilantes e atuantes nesse domínio. -----

É verdade também que os números são indesmentíveis. Celebrámos com o IHRU um acordo de quase 5,5 milhões de euros para reabilitar e que estamos a pôr em marcha. Vamos avançar e estamos já com uma taxa de execução bastante avançada (mais de 50%) no que diz respeito à criação de 150 novos fogos. E vamos prosseguir noutras frentes para aproveitar e rentabilizar, como sempre o fizemos ao longo dos mandatos, os fundos comunitários. -----

Já concluímos procedimentos e obras já feitas e a fazer no Bairro da Alâmpada, no Bairro da Biquinha, na Rua Nova do Souto (Tortosendo), para não citar uma caterva de situações que estão em andamento. -----

Em suma, dizer, relativamente à habitação, que a Covilhã continua a liderar na região os níveis de construção e de reconstrução, por iniciativa privada também. Não afirmamos só aquilo que fazemos publicamente, mas também aquilo que é feito pelo privado. Temos orgulho nos privados que empreendem na Covilhã. Chamamos e temos muito prazer que venham para a Covilhã reconstruir, requalificar e construir de novo. -----

A Câmara Municipal, desde 2013, tem investido fortemente no parque habitacional, como já vos disse: manutenção das habitações sociais; requalificação em eficiência energética; Carta Municipal da Habitação (estamos a trabalhar nela); estamos a executar com uma elevadíssima taxa a Estratégia Local de Habitação... estamos a criar condições para que os Covilhanenses morem com dignidade e isso é o mais importante. -----

Já vos falei de manhã nos 8 fogos da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nos 89 fogos de habitação acessível e tudo isto porque queremos, de facto, um futuro mais risonho e é aquilo que queremos deixar às gerações vindouras. Queremos uma habitação mais inclusiva, mais diversificada; termos arrendamento mais acessível; uma habitação mais digna, mais condigna e mais segura. Depois não venham aqui com populismos porque infelizmente faleceu uma senhora, de uma parede que lhe terá caído em cima, como se isso fosse imputável à Câmara Municipal. É um argumento desgraçado. -----

O que queremos é valorizar a habitação e prosseguir esse mesmo trabalho. -----

Não fujo aos problemas, à realidade e às dificuldades. Falou-se aqui, com muito populismo, com muita deturpação e manipulação, relativamente àquilo que é o problema da mobilidade na Covilhã. -----

Não se podem esquecer que estamos a inovar do ponto de vista daquilo que é uma concessão. É uma concessão integrada que tem: o estacionamento à superfície e em subterrâneo; os elevadores e funiculares; os transportes; a mobilidade suave com trotinetas e bicicletas que ainda cá não estão. É fácil fazer demagogia: *“estão a gastar uma fortuna comensurável em faixas para circular esses veículos de mobilidade suave”*. Quando os lá virem circular quero ver o que os Senhores vão dizer. Hão de arranjar maneira de maldizer aquilo que se vai fazer relativamente a essa matéria. –

As tarifas que estão a ser praticadas no Concelho da Covilhã, no que diz respeito a transportes e a parqueamentos, são aquelas que há 3 anos estavam em vigor, atualizadas com a inflação. Isso é uma realidade absolutamente indesmentível. -----

Eu também queria, gostava e desejava, como Presidente da Câmara e como decisor, que toda a gente tivesse acesso a tudo de forma gratuita, mas a verdade é que é prestado um serviço e é despendido dinheiro público e isso tem que ter uma contrapartida e tem que ser pago algo para que tenha sustentabilidade. -----

Posso-vos dar muitos exemplos. Podemos discutir isso e até fazer uma sessão ou reunião especial sobre isso para vos demonstrar com toda a clareza que os nossos preços nem são os mais elevados, nem são aqueles que mais penalizam, do ponto de vista monetário, os nossos concidadãos. Pedimos meças a outros municípios de igual dimensão (uns no litoral, outros no interior) que, tendo que prestar o serviço que prestamos, pratiquem taxas diferentes das nossas. -----

Continuamos, à superfície, a praticar a gratuidade no primeiro veículo; o segundo e terceiro veículo têm um preço simbólico e irrisório por ano. Nos parqueamentos em subterrâneo temos um valor que anda abaixo da média daquilo que se pratica no país. -----

Ajuste dos horários – fizemos o esforço todo e não tenho medo de enfrentar as pessoas quando elas têm razão. Efetivamente, tinham razão no que diz respeito aos horários. Fez-se uma alteração abrupta com um aviso em cima da hora e as pessoas tinham razão para se indignarem e protestarem. E fizeram-no até de uma forma muito correta e educada. Enfrentei as pessoas e não preciso de guarda-costas. Aliás, a polícia está sempre nas manifestações e pedi para que saíssem da sala. Estou à vontade porque sou do Povo, tenho origem humilde e sei o que custa a vida, ao contrário de outros que nasceram em berço de ouro. -----

Não tenho problema em reconhecer as dificuldades. Estamos a fazer ajustes e afinamentos. -----

Abrigos de passageiros – ainda na semana passada, com o Senhor Eng.º Vieira, estivemos reunidos com os homens que hão de fazer os novos abrigos. Vão ser mais bonitos, vão ter mais lugares para as pessoas se sentarem e mais conforto (não entrará nem tanto calor nem tanto vento), a informação vai ficar mais visível porque estes abrigos não se compaginam com uma cidade como a nossa que é uma cidade cosmopolita, a mais importante cidade do interior de Portugal e temos que a afirmar como tal e não andarmos a passar o tempo a apouca-la. -----

Trabalhamos todos os dias para melhorar e é esse trabalho que vamos continuar a fazer. E não há estudantes que fiquem a pé, nem estudantes que fiquem sem transporte, sendo certo que, no que diz respeito aos profissionais, quem promove a formação profissional já inclui 100% da gratuidade do respetivo transporte.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo):** “Já aqui demos os parabéns pelo facto de ter sido lançado o concurso do posto territorial da GNR. Gostaríamos de saber qual o seu ponto de situação. -----

No dia 14 de julho de 2023, a Câmara Municipal celebrou o contrato de empreitada da execução do novo pavimento do Belo Zêzere, com um prazo de execução de 45 dias. Gostaríamos de saber para quando o início da obra. -----

O Senhor Presidente contactou-me em junho ou julho para eu ser paciente na questão que diz respeito aos parques infantis, que não podiam ser nem em julho nem em agosto, mas disse que até final de setembro eles estariam instalados. Estamos no dia 25 e gostaríamos de saber se até ao final deste mês conseguirá instalar os parques infantis na nossa freguesia. -----

Porque no dia 16 de setembro as chuvas intensas alertaram-nos, uma vez mais, para a imperativa necessidade do arranjo da Avenida Montes Hermínios, também gostaríamos de saber qual o ponto de situação. -----

Estas chuvas intensas trouxeram-nos outra vez os problemas na Urbanização da Claraboia e no Bairro do Cabeço. São situações recorrentes quando chove muito. Já foi apresentada, pelos serviços técnicos, a forma de resolução desta situação. Saber como está essa situação. -----

Agradecer aqui à Câmara Municipal e às Águas da Covilhã pelo facto de ter sido retirado o ecoponto na entrada do Tortosendo, junto ao cruzamento do antigo externato. Acabou-se ali uma lixeira. É um bom exemplo e acho que é uma forma que deve ser olhada no sentido de acabar com o eco lixo na entrada do Parque Industrial. Não podemos continuar a ter na entrada do Parque Industrial do Tortosendo uma lixeira a céu aberto. É uma má imagem a quem visita aquela Zona Industrial do Concelho da Covilhã. -----

Em fevereiro, foi também lançado o concurso para um projeto da creche e jardim-de-infância da Zona Industrial do Tortosendo. Saber como está esse processo e se a construção desta nova creche levará ao encerramento de algum jardim-de-infância na nossa freguesia. -----

Por último, uma vez que a Câmara Municipal garantiu aqui que iriam ser construídos até ao final deste ano, saber qual o ponto de situação da construção de passeios desde a rotunda dos Lagares até à Zona Industrial do Tortosendo.” -----

- Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Presidente da União das freguesias do Peso e Vales do Rio):
“Após a conclusão do Aviso Público do PRR para a Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, viu este Município aprovadas 5 candidaturas nas seguintes IPSS's: Centro Social e Cultural de Verdelhos, Centro Social Nossa Senhora da Conceição, Cezir Afetos na Boidobra, Centro Social de Vales do Rio e Centro Social Comunitário do Peso. -----

Esses investimentos perfazem um montante global no Concelho da Covilhã de 3.813.484 € (todos financiados pelo PRR a 100%. -----

Estes investimentos são muito importantes para as freguesias onde estão inseridos, para o Concelho da Covilhã e para a região, pois vai criar mais cerca de 100 postos de trabalho e criar novas vagas em ERPI, centro de dia e SAD. -----

Alertar que estas candidaturas foram formatadas com orçamentos de 2021 e de 2022 que implicam, como sabem, que os cadernos de encargo sejam atualizados. Alerto ainda que nestas candidaturas estão contemplados os respetivos equipamentos. Chegou a hora de chamar a

Câmara Municipal para a sua contribuição, como tem sido apanágio nos últimos 10 anos em relação às obras que são feitas pelas IPSS's na construção das ERPI's, com um apoio efetivo para que possamos conseguir que estas 5 instituições consigam levar para a frente os seus investimentos. -----

Por fim, fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- Para quando está prevista a instalação de carregadores elétricos no Peso e Vales do Rio? ----
- Em relação à mobilidade verde, onde foram contempladas várias IPSS's do Concelho da Covilhã, para quando o apoio que ficou prometido aqui nesta Assembleia Municipal? -----

Quero também agradecer a obra feita na Rua do Verde. Deixou de ser necessário andar de barco. Finalmente todas as pessoas podem transitar quando há chuvas, uma obra há muito desejada e que foi agora concretizada, assim como o alcatroamento da Rua da Barroca e suas ligações.” -----

- **Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Presidente da Junta de Freguesia do Ferro):** “Parece que finalmente vamos dar início às obras de alargamento do pontão da nossa freguesia – da EM 506. Saber o que está previsto depois da conclusão das obras do mesmo e do ponto de situação relativamente ao Parque das Oliveiras, uma obra que também foi anunciada.” -----

- Concedida a palavra para responder às questões levantadas, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que quanto “às obras que temos para fazer, que estão previstas e que estão orçamentadas/a orçamentar, estaríamos aqui um par de horas.” -----

Relativamente ao Belo Zêzere, referiu que já tinha sido adjudicado e que iria arrancar a qualquer momento, assim como os parques infantis. -----

“A creche da Zona Industrial do Tortosendo está a aguardar a boa vontade da Segurança Social e, só para vos dar nota, custa 1 milhão e meio de euros. Não é despesa, é investimento. Tudo o que for para as crianças, jovens, ensino, educação, ... é sempre um investimento. -----

Quartel da Guarda Nacional Republicana – ficou deserto. Apareceu, uns minutos depois de terminar o concurso, um valor compaginável e compatível com o valor base do concurso, mas a culpa não é nossa. Estamos numa situação complicada que é: há muita coisa para fazer, felizmente, a nível nacional (e o PRR assim o impõe) e depois funciona a lei da oferta e da procura, sendo certo que há inflação que faz com que os preços disparem e acresce a cobiça de quem, sabendo que já tem lucro fazendo com o valor base que lançamos para concurso, ainda quer ir mais além. -----

Tivemos esse revés e já dei instruções ao Departamento de Obras e Planeamento para subir substancialmente o valor base do concurso e já está em fase de lançamento o novo concurso. Não queria deixar de ser Presidente desta Câmara Municipal e deste Concelho sem que as obras, pelo menos, estivessem quase concluídas (se terminadas, melhor ainda). Sei que o Senhor Presidente da Junta tem o mesmo sentimento, também está no último mandato. -----

Limpezas – Esse é um velho problema. Porque falámos hoje em turismo, quanto mais limpa estiver, melhor é a sua imagem do ponto de vista turístico. No caso em apreço, estamos a falar de uma

zona industrial onde também não gosto de ver monos. Sei que está a ser executado um projeto, não de “atirar o lixo para debaixo do tapete”, mas no sentido de, pelo menos, não ter aquele impacto visual. -----

Passeios – É para executar. -----

No que diz respeito às IPSS's, é a prova provada de que o Plano de Revitalização da Serra da Estrela está a funcionar. Tivemos 407 mil euros para a Cezir Afetos; quase 1 milhão de euros para o Centro Social Comunitário do Peso; quase 1 milhão de euros ao Centro Social Nossa Senhora da Conceição, em Vila do Carvalho; ao Centro Social Cultural de Verdelhos mais 600 mil euros (totaliza 3 milhões de euros). Quando dizem que nada viram do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, temos aqui um efeito colateral positivo daquilo que é o Plano. -----

Os projetos dos pontões estão prontos, adjudicados e é para avançar. Vamos ter que acertar consigo e com a sua vizinha de território como é que havemos de completar aquele T, desde a ponte de Alvares até à rotunda e depois de Peraboa até à ponte Pedrinha, mas isso é para o próximo Orçamento. -----

Montes Hermínios – Palavra dada, palavra honrada. Honro a palavra que dou. Disse que iria ser inscrito no próximo Orçamento, e vai ser.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “O ponto que está aqui em causa - apreciação da informação escrita -, penso que ela não aconteceu porque o Senhor Presidente fez questão de utilizar o tempo para responder aos temas de discussão aqui (respeito isso, como é lógico, porque ficaram aqui muitas coisas em aberto, quer quanto à habitação quer quanto ao turismo). O Senhor Presidente fez essa opção. -----

Dizer apenas que, quando se colocam muitas coisas aqui em causa, não se quer colocar em causa o que possa ter feito ou possa não ter feito. Naturalmente subscrevemos sempre aquilo que é feito e que seja bem feito. Não temos nada contra, antes pelo contrário. -----

Penso também que a Oposição, aquilo que faz é levantar as questões, é colocar “os dedos na ferida”, mas é para isso que ela existe senão não faria sentido nenhum estarmos aqui porque então afinaríamos todos pelo mesmo diapasão e viríamos só enaltecer o que está feito. -----

Não vimos aqui só pintar quadros negros. Não. Vimos falar das coisas. Referir novamente que é da discussão que nasce luz e que as coisas podem, através dos confrontos de ideias, fazer-se melhor. Se às vezes não se trazer aqui os temas e os problemas, os mesmos nunca seriam garantidamente solucionados.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “acabou de despender a teoria geral da Oposição. Ela existe efetivamente para perguntar, questionar e acicatar, para permanentemente estar vigilante e atenta porque uma boa Oposição faz um bom poder e o poder está indissociavelmente ligado à Oposição. Não há poder sem Oposição, a não ser nas ditaduras, como é óbvio, e vivemos numa democracia. -----

Agradeço sempre muito as questões que colocam, sobretudo aquelas que são feitas com espírito crítico positivo e construtivo. Cá estamos para responder e estou a responder, com toda a naturalidade, aquilo que efetivamente já fizemos e que tencionamos fazer. Muitas vezes, a Oposição tenta ou quer ofuscar aquilo que foi feito. É o papel dela. Mas a verdade é que também cabe ao poder lembrar aquilo que foi feito e sobretudo aquilo que se quer fazer porque o que já está feito, feito está, e o que queremos é prosseguir e fazer esse trabalho em sã convivência e em sã cooperação com a crítica construtiva da Oposição.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.18** com as alterações introduzidas na leitura do mesmo) *“Tendo em conta o nosso tempo de intervenção e do tempo de resposta do Presidente da Câmara às nossas questões, mordaza imposta pelo PS e PSD nesta Assembleia Municipal, e lido com atenção o documento que nos foi enviado, temos cinco questões que consideramos pertinentes neste momento.* -----

1 – A constituição da Comissão Organizadora das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. -----

Recordamos que foi aprovada uma moção nesta Assembleia Municipal para a sua constituição. --

Recordamos que o Sr Presidente afirmou que tinha a mesma perspetiva e que, talvez como metodologia de trabalho, assim o entendemos, estava a procurar um cidadão para presidir à Comissão. -----

Desde já nos disponibilizamos, no quadro da participação dos partidos políticos e no âmbito dos direitos da oposição, a participar nesta comissão, reservando-nos o direito de concordar ou discordar do cidadão convidado por V.Ex^ª. -----

Aproveitamos a oportunidade para sugerirmos ao Sr Presidente consensualizar a escolha com a consulta prévia aos partidos inseridos no Estatuto do Direito de Oposição. -----

A questão que se coloca é – quando é que concretiza a constituição da Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974? Convém que seja antes do 25 de abril. --

2 – Ano letivo 2023 – 2024 -----

Recordar aqui uma questão que me parece que funcionou mal e penso que é necessário encontrar alguma forma de agilizar isto. -----

Solicito para resposta imediata informação sobre a implementação dos auxílios económicos no 1º CEB. -----

Recordo que no relatório de atividades de 2022, os serviços de educação informavam que tinham previsto auxílios com uma despesa de 6.520,00 € e que só tinham executado 256,00 €. -----

Recordo, ainda, que tinham previsto 508 apoios a crianças inseridas no escalão 1 e 2 do abono de família e que só 24 é que beneficiaram. -----

O que fez a Câmara Municipal, através dos serviços de educação, para fazer chegar o direito das crianças às famílias no presente ano letivo? -----

Vai a Câmara Municipal descentralizar nas Juntas de Freguesia ou nos Agrupamentos de Escolas a verba relativa aos auxílios económicos? Ou criar kits específicos para o 2.º e 1.º escalão e fazer chegar os kits às escolas? -----

3 – Estrada Municipal 509 – EN 339 – Unhais da Serra – Nave de Santo António -----

No Plano e Orçamento para 2023 o Executivo tem para a requalificação deste troço o montante de 200.000€, numa despesa plurianual (2023-2025) de 1.400 mil €. -----

A questão que coloco é – qual o grau de execução? que trabalhos já foram realizados e que montante já foi executado? -----

4 – Tribunal de Trabalho da Covilhã e a Casa dos Magistrados -----

As últimas notícias é a de instalação de outros serviços (registo civil, registo predial) na Casa dos Magistrados. -----

Para além da delegação da Ordem dos Advogados já anteriormente anunciada. -----

Anunciaram-se projetos e verbas para requalificação do edifício para instalação do Tribunal de Trabalho. -----

Afinal onde vai funcionar o Tribunal de Trabalho em condições dignas para os utentes e trabalhadores? -----

5 – Para a falta de iluminação na Rua Cidade do Fundão e o necessário controlo ou dissuasão do excesso de velocidade que se registam constantemente na Alameda Pêro da Covilhã e Alameda Europa, principalmente durante a noite. O que pensa fazer?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o excesso de velocidade tem a ver, desde logo, com civismo e com segurança que não impende essa obrigação sobre o Município. É sobre as entidades policiais. Não me estou a escudar, nem a “sacudir água do capote”, mas aquilo que podemos é tentar, de alguma maneira, regular o trânsito. Mas não há sinais, nem lombas que combatam a falta de civismo. -----

Casa dos Magistrados/Tribunal – Na semana passada, tivemos a visita do Senhor Secretário de Estado da Justiça, que tutela o Instituto dos Registos e Notariado, e veio à Covilhã, por um lado, saber em que pé e como é que estão a correr os trabalhos do BUpi, ou seja, do cadastro que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Concelho, da região e do país. -----

Por outro lado, também veio dizer que as Conservatórias do Registo Civil, instaladas atualmente no Palácio da Justiça, serão deslocalizadas para a Casa dos Magistrados, bem como a mais conhecida Conservatória do Registo Predial (como sabem não é só o predial: é o automóvel, são as aeronaves, o comercial, etc.). Vão ocupar o rés-do-chão da casa mais a norte e todo o 1.º andar das duas casas, sendo que a Ordem dos Advogados está bem instalada, nada teve a opor e teve a concordância recíproca de Magistrados, do Presidente da Comarca, ... Toda a gente achou bem que a Casa dos Magistrados ali ficasse. -----

Aliás, tentou-se lançar poeira para os olhos das pessoas dizendo que a Câmara assumiu fazer obras para o Tribunal do Trabalho. Falso. A Câmara nunca assumiu tal compromisso porque é algo que

tem a ver com a tutela da Justiça e é isso que eles vão fazer (vão custear esse investimento de cerca de meio milhão de euros). É ocupar essa casa e parte das traseiras do logradouro da mesma Casa dos Magistrados. Aí ficarão a funcionar todas as Conservatórias. O Tribunal do Trabalho ficará a funcionar onde atualmente está a Conservatória do Registo Civil da Covilhã. -----

Das últimas informações que tivemos, foi um pedido de viabilidade e já tínhamos antes um esquiço que tinha mostrado aos senhores Advogados. -----

25 de Abril – Ouviremos toda a gente, como é natural. -----

Ano letivo – Queremos alargar os nossos apoios e as nossas obrigações de facilitar a vida aos nossos estudantes e às famílias.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP): (Doc.19** com as alterações introduzidas na leitura do mesmo) *“Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes. -----*

Sem prejuízo da informação que o Sr. Presidente da Câmara apresente na Assembleia Municipal, recebemos a informação escrita antecipadamente. -----

Analisada a informação escrita apresentada não se percebe, eu, pelo menos, não consigo perceber, porque não nos apresentam, de uma vez por todas e de forma consistente, a informação escrita que legalmente nos é devida, apesar de isto parecer relevante só para alguns de nós. Aliás, a informação escrita é apresentada em Assembleias pelo País fora, mesmo em Municípios de dimensão muito superior à Covilhã e com informação muito mais detalhada. -----

De sessão para sessão a informação escrita que nos é apresentada vai sendo alterada, incluindo informação relativamente a certas divisões e gabinetes, ora incluindo relativamente e outros e mais parece que a Câmara trabalha por turnos, x meses por ano trabalham uns departamentos e divisões e nos outros meses outros e será esta a explicação para que, de assembleia para assembleia, o tipo de informação que nos é prestada varie. Ou é isso ou temos que concluir que não estão de folga, que estão a trabalhar, mas o resultado é zero porque o Senhor Presidente não vê relevância em transmitir isto a esta Assembleia. -----

Há áreas tão relevantes como a proteção civil e o turismo, por exemplo, que não constam desta informação escrita. Bem sei que estivemos de férias entre uma assembleia e hoje, mas não acredito que não se tenha trabalhado no turismo e na proteção civil e, se isso aconteceu, é muito grave. -----

Quanto à persistente e teimosa intenção de fechar os olhos ao que obriga a lei e de não prestar informação sobre a actividade da Câmara nas Empresas Municipais e sobre os resultados económico-financeiros destas, já nem sei o que diga porque a verdade é que não se percebe por que é que custa tanto a esta Câmara dar essa informação. Por que é que o Senhor Presidente não faz constar de uma vez por todas esta informação deste documento que em todas as assembleias tem que apresentar? Se não é teimosia, não sei o que dizer porque desconhecimento da obrigação legal que impende sobre o Senhor Presidente certamente não é. -----

O mesmo se diga sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes porque já tivemos essa informação, apesar de muito sucinta e que ninguém acreditou que fosse

correspondente à realidade. Depois tivemos a informação de que havia um problema informático e agora não temos informação nenhuma. Desapareceu. Portanto, não há problemas, não há reclamações, não há recursos hierárquicos, não há processos judiciais pendentes. Uma maravilha.

Não sei se o Senhor Presidente gosta de me ouvir falar nisto, tipo disco riscado, em todas as assembleias. A verdade é que, desde a primeira que falo nisto. A informação escrita melhorou. Está mais próximo daquilo que a lei exige, mas continua aquém daquilo que é a obrigação que impende sobre o Senhor Presidente. -----

Alargaram realmente a outras áreas e a outros departamentos que até há poucas assembleias atrás não constavam na informação, mas continua a não prestar toda a informação que deve. ----

Foram hoje aqui colocadas algumas questões que subscrevemos e que o Senhor Presidente tem respondido, mas há aqui mais duas ou três que gostaria de lhe colocar. -----

O Senhor Presidente referiu, não lhe sei dizem em que Assembleia (talvez na de abril), que o Teatro Municipal tinha um Mapa de Pessoal próprio e que poderia ser apresentado. O que é certo é que já pesquisei, não o encontro, apresentado também nunca o foi e, portanto, a questão que coloco é esta: o Teatro Municipal tem Mapa de Pessoal próprio ou as pessoas que estão a trabalhar no Teatro Municipal estão alocadas a outros gabinetes da Câmara Municipal? -----

Falou também no reforço da equipa técnica do Teatro Municipal. Já foi reforçado? -----

Parques infantis – Respondeu relativamente ao Tortosendo e pergunto-lhe relativamente ao resto do Concelho.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “é sempre com muito prazer que oiço as invetivas e as questões que coloca a Senhora Deputada. -----

Temos um invulgar poder de síntese, daí que a informação escrita seja muito condensada. Sei que há municípios onde quem redige a informação escrita são muito prolixos e põem lá tudo. Entendo que ela deve conter aquilo que é relevante, adequado e digno de ser discutido na Assembleia Municipal e não pormos lá todos os pormenores de tudo quanto se faz e realiza. Isso dava uma enciclopédia por cada sessão da Assembleia Municipal. Quero poupar-vos dessa maçada e entendo que devemos, apenas e só, circunscrever àquilo que é essencial. -----

Empresas municipais – Não há nada na “manga”. Aproveito para vos dizer que, muito proximamente, aos meus ilustres colegas da oposição e da posição trarei propostas muito concretas, objetivas e realistas para a resolução do problema dos efluentes no Concelho da Covilhã, tendo em vista a redução **substancial** da fatura dos covilhanenses, empresas e famílias e poderá ser neste contexto que se refira, de uma forma um pouco mais pormenorizada, a situação de cada empresa e, neste caso concreto, de duas empresas – Águas da Serra e Águas da Covilhã, sem prejuízo de trazermos também informação sobre a Parkurbis. -----

Teatro Municipal/Quadro de Pessoal – Efetivamente, não está formalmente criado. Estou a trabalhar em alterações que trarei aqui à Assembleia Municipal no nosso organograma. Temos bons quadros do nosso Município a trabalhar no Teatro Municipal, mas em rigor e formalmente estão alocados a outros serviços e aqui virá um organograma que contemple esse formalismo e

também um reforço porque sei que uma das boas “reivindicações” quer da Senhora Vereadora, quer do Senhor Diretor do Teatro é de que precisam de mais gente no Teatro com qualidade e conhecimentos técnicos específicos e qualificados para bem desempenharem aquela função. ----

Aproveito para dizer que não temos nada a esconder relativamente às questões dos processos de reclamações. Sabe que existe uma plataforma e, se quiser saber, sabe tudo o que quiser acerca do que está pendente relativamente à Câmara Municipal. Há até o entendimento de que não é obrigatório que tal conste, até por causa da Proteção de Dados.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “O Senhor Presidente falou da habitação e tenho que voltar à Carta Municipal da Habitação porque, no dia 25 de agosto, as juntas de freguesia receberam um email com o envio do documento e com o pedido de pronúncia das assembleias de freguesia até ao dia 28 de agosto. -----

Era um documento com 244 páginas e a minha pergunta é simples: quantas assembleias de freguesia e juntas se pronunciaram e qual o teor desta mesma pronúncia? -----

Uma pequena nota: no documento e segundo a nossa opinião, dispensava-se a lista de presenças nas reuniões havidas e que fazem parte das últimas 4 páginas do documento. Mas, essa é apenas uma nota. -----

A segunda pergunta tem a ver com a questão das obras que o Senhor Presidente falou e, de facto, há muitas obras para fazer e às vezes a pressa de fazer as obras é tanta que se conseguiram pintar os estacionamento na Frei Heitor Pinto antes do último tapete. -----

Os vídeos que surgiram nas redes sociais com aquela enxurrada que tivemos há uma semana (mais ou menos) permitiu ver que havia alguma deficiência no escoamento das águas pluviais, com vídeos de água a correr pela estrada, e também que há já passeios na Avenida que têm alguns inícios de buracos, com calçada a saltar. Atendendo que a obra não está definitivamente entregue, qual é que vai ser a intervenção ou a exigência da Câmara Municipal relativamente a este ponto?

Para concluir, existe um passeio na Estrada do Sineiro, junto à Universidade, que tem 40/50 centímetros de largura e que ainda tem um poste colocado a meio para dificultar a passagem das pessoas. Tem conhecimento disto? Há alguma intervenção prevista para isso?” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Espero que o Senhor Presidente, pelo menos nesta questão, se sinta, conforme eleito Presidente da Câmara da Covilhã, o legítimo representante dos interesses da cidade também fora dela porque, junto a abordagem de um Vereador da Câmara como também há bocado a expressão do Chefe de Gabinete, a EN 339 é nacional e, portanto, a Câmara não tem responsabilidade nenhuma. Claro que não. Mas, se está eleito, é para nos representar a nível nacional e “bater o pé” para nos defender. Era apenas isso que queria relembrar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o Senhor Deputado Municipal tinha razão “relativamente ao *timing* sugerido, requerido, pedido ou solicitado para pronúncia por parte das assembleias de freguesia. É verdade que o nosso país funciona como funciona, é o nosso querido mês de agosto e nem sempre as pessoas conseguem estar disponíveis e têm o direito constitucional às suas férias e ao seu repouso. Quer os Senhores membros, elementos e vogais das juntas quer membros das assembleias de freguesia, não têm que estar disponíveis a toda a hora e, se calhar, o período foi muito curto e muito em cima. -----

Portanto, temos que relançar esse pedido e solicitar-vos a gentileza de se pronunciarem o mais brevemente possível. -----

Disse, e bem, que a Avenida Frei Heitor Pinto não está ainda concluída. Ainda há coisas por fazer. Não conheço nenhuma obra perfeita. Se alguém conseguir apontar de que existe alguma obra perfeita que me a traga aqui e procurarei que lhe seja atribuído o prémio Nobel da perfeição, porque não existem. Existem é coisas que podem ser remediadas, resolvidas e compagináveis com a utilização que queremos dar às coisas. -----

Há uma variável que convirão que a Câmara Municipal, por mais medidas que tome, não pode fazer: dominar os elementos. Ainda não temos o condão de dominar o vento, nem a chuva, nem o sol.” -----

O Senhor Presidente prosseguiu e referiu que, tendo-lhe sido enviado vídeo do que estava a acontecer, “iria dar instruções aos serviços para conseguirmos evitar que isso volte a acontecer. Mas por mais desvios, grelhas ou condutas que arranjemos, nunca conseguiremos evitar quando a água é superabundante e vivemos numa cidade de montanha, para o bem e para o mal. -----

EN 339 – Fazemos o possível para que a EN 339 esteja aberta porque é benefício de todos. É obrigação da Covilhã. Quando os nossos vizinhos estão mal, não podemos estar bem. Propus, numa reunião do Conselho da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, uma moção no sentido de recomendar às Infraestruturas de Portugal que concluísse rapidamente aquilo e para que abrisse o mais depressa possível a estrada. Atenção, também sabemos que é difícil fazê-la com segurança porque os declives e os deslizamentos ocorrem com muita frequência naquela zona. -----

Não há dúvida nenhuma que temos que pugnar por aquilo que serve os vizinhos e que indiretamente nos serve a nós.” -----

- O Senhor **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que a EN 339 ligava a Covilhã à Torre e não a Manteigas. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “pensava que estava a falar da estrada de ligação a Manteigas, mas aplica-se-lhe, porque foi uma reivindicação do meu colega e parece-me que ainda não está como deveria ser.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Começar por esta questão das infraestruturas rodoviárias, que tem sido uma questão cara às populações e à nossa oposição. -----

Hoje, enfatizaram apenas a questão da estrada que liga a Covilhã à Serra da Estrela, que não é municipal. O Senhor Presidente já tinha dado nota que tem feito reivindicações necessárias junto às Infraestruturas de Portugal e junto do Estado no sentido dessa requalificação. -----

Senhor Presidente, vinha questioná-lo sobre as infraestruturas rodoviárias que são da responsabilidade do Município no Concelho da Covilhã. Já referiu alguns alcatroamentos que estarão em curso, mas pedia-lhe se poderia dar alguma explicação ou informação adicional sobre as intenções do Executivo Municipal quanto às infraestruturas rodoviárias do Sul do Concelho, nomeadamente as estradas municipais que ligam o Ourondo a Casegas, o Ourondinho ao Paul, Não é por serem mais distantes e com menos população que devem merecer menos atenção da Câmara Municipal. -----

A Covilhã consegue chegar ao ano em que estamos passando todos os quadros comunitários de apoio onde as infraestruturas desportivas eram elegíveis e não conseguimos construir um pavilhão municipal e estamos confrontados, neste momento, em ter que andar a assumir a responsabilidade pelo pavilhão do INATEL e a fazer as obras necessárias para a sua requalificação.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente, sabendo que já por mais do que uma vez o concurso público das obras ficou deserto com a dificuldade que existe na construção de obras públicas, se tem mais alguma informação adicional; e questionar também em relação à Avenida Frei Heitor Pinto. Quanto a esta última, sabemos que está em curso, que há um compromisso do Senhor Presidente no que respeita ao património arbóreo e queremos perceber se o prazo da execução da obra se mantém e se tem mais alguma informação que seja relevante para a vida dos Covilhanenses. -----

Era também relevante perceber se a estratégia dos parques infantis que o Senhor Presidente falou diz respeito apenas à zona urbana ou se ela, porventura, inclui também as freguesias mais afastadas do centro urbano do Concelho porque a Covilhã são as 21 freguesias e uniões de freguesias e não apenas o centro.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “relativamente à Frei Heitor Pinto, as obras ainda estão a decorrer e, portanto, não estão concluídas. Aquilo que não for feito ou não for feito de acordo com aquilo que está estabelecido no projeto será corrigido e se não for corrigido é para isso que existem caução. O prazo é até 31 de dezembro e, portanto, ainda faltam umas boas semanas até ao final da obra. -----

Toda a gente quer ter o espaço bem qualificado e requalificado, mas ninguém quer ter incómodos. Inevitavelmente, temos que incomodar os nossos concidadãos para fazer aquilo que querem, precisam e necessitam. Isto para dizer que a Frei Heitor Pinto tem dado muitos problemas e há um sobre o qual quero, desde já, aqui com toda a clareza, dizer o seguinte: -----

Numa reunião pública de Câmara, defendi que sou amigo da natureza e das árvores. Qualquer árvore que se tenha que cortar é uma pena, um constrangimento enorme e uma perda. Daí que tenha proposto que, por cada uma abatida, serão repostas cinco. Estamos a ver a melhor forma

de as substituir e nos sítios onde é possível serem novamente replantadas outras espécies mais amigas do ambiente urbano porque aproveitou-se as potentes raízes dos plátanos, como sabem, para segurar as estradas nacionais, mas no meio das cidades ou nos jardins ou nos passeios é um problema e algumas delas vão ter que ser abatidas. Pedi que se fizesse um relatório fitossanitário. Foi feito por cinco peritos (se não estou em erro) e pedi ajuda a quem também sabe desta arte e área para nos ajudar a complementar essa avaliação e a informação pública dando nota de que muitas árvores das que existem na Frei Heitor Pinto (mais do que aquelas que queria) vão ter que ser abatidas porque representam um perigo. Será ainda objeto de discussão na Câmara Municipal.

Estrada 512 – Ourondo/Casegas e Ourondinho/Paul: Estamos a falar de uma obra de 1 milhão de euros. Segundo os nossos serviços, as duas empreitadas estarão prontas para o final do ano, mas não é uma garantia absoluta. -----

Reabilitação da Estrada do Campo da Aviação – 150 mil euros. -----

Empreitada do Centro Interpretativo Mineiro – Cerca de 400 mil euros. -----

Regularização de bermas do caminho do Porsim – Estamos a tentar que fique tudo melhor nas povoações mais longínquas. -----

Requalificação dos pavimentos na Quinta da Várzea – Estamos a falar de 100 mil euros. -----

Obras de requalificação da habitação do Bairro da Biquinha – 250 mil euros, aproximadamente. --

Pavimentação da Belo Zêzere – 180 mil euros. -----

Pavimentação dos dois pontões e regularização/alargamento na estrada do Ferro e Peraboa. -----

Já foi aberto também o concurso para a contratação do projeto do pavilhão multiusos. É uma boa notícia para a nossa cidade e para a nossa região. -----

Parques infantis – Estamos a falar na Barroca Grande, Aldeia do Souto, Orjais, Vale Formoso, Vila do Carvalho, Casegas e Sobral de São Miguel para a 1.ª fase. -----

INATEL – Já foi começada a obra. -----

Requalificação da Escola Básica 2/3 do Paul – Estamos a falar de uma intervenção de 35 mil euros.

Ainda há outra muito importante, que é uma estrada que serve a Covilhã há séculos, antes quase como estrada romana e depois foi evoluindo ao longo do tempo, que é a que vai da Rua dos Irmãos Bonina até ao cruzamento do Intermarché. -----

Também estamos a trabalhar nas estradas verdes, designadamente na de Verdelhos até às Sarnadas, Cortes, Unhais. Esta última queremos avançar com ela no próximo ano, apesar da magnitude. Não é muito extensa; é complexa e cara. E nem sempre as condições meteorológicas são as melhores para realizarmos esta obra, mas ela há de ser feita como prometido.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Presidente da União das freguesias do Peso e Vales do Rio):** “Em relação aos parques infantis, perguntar para quando o do Peso porque é a única freguesia, se calhar, que não tem nenhum parque infantil.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o Peso não pode deixar de ficar sem ter o seu espaço, como é natural. Aliás, o Senhor é uma boa testemunha da sã colaboração que fizemos sempre ao longo destes 10 anos, tendo sempre cooperado e trabalhado em conjunto, independentemente das nossas pequeníssimas diferenças.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo):** “Uma vez que no dia 11 de agosto a nossa Freguesia do Tortosendo teve um incêndio na Freguesia, não queria deixar de aqui agradecer publicamente a todos os Bombeiros Voluntários da Covilhã e também à Câmara Municipal da Covilhã que acompanhou, minuto a minuto, o teatro das operações.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Presidente da União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho):** Solicitou esclarecimento relativamente ao novo Regimento em vigor no que diz respeito às inscrições dos Deputados Municipais Independentes (DMI). Uma vez que a inscrição tem de ser feita no início do ponto sob pena de não poder inscrever-se noutra momento, referiu que iria inscrever-se sempre para que, caso seja necessário, possa usar da palavra no final. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra):** “O meu camarada Vítor Reis Silva inscreveu-se naturalmente pelo Grupo Municipal e fez as questões de forma bastante rápida. Costumo intervir nestas assembleias municipais e tenho aqui 5 perguntas para fazer que não as consigo fazer por não ter tempo. Não sei se deva fazer estas perguntas por escrito ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas duas delas são de dois requerimentos de 2022 que não obtive resposta, ou se as deva dar ao Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, que ainda tem 6 minutos, para ver se faz as perguntas por mim, já que fez perguntas sobre a atividade do Município! -----

Das 149 vezes que o Regimento fala em “Grupos Municipais”, o único presidente de Junta que está num grupo municipal é prejudicado por causa disso.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “pode fazer as perguntas por escrito que poderão ser respondidas na próxima Assembleia ou antes disso, como diz o Regimento.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Partilhamos da preocupação expressada pelo Senhor Presidente Marco Gabriel que já foi respondida na última Assembleia, mas quanto aos

requerimentos podia ter questionado no ponto do PAOD onde diz especificamente “Pedido de informação” e onde perguntei também pelos requerimentos. -----

Senhor Presidente, a Carta Municipal da Habitação fala na necessidade do reforço da equipa para esta área. Gostava de perguntar: quantas pessoas, o que está planeado e para quando? -----

As obras da Avenida Frei Heitor Pinto, segundo resposta do Senhor Presidente, vão ser terminadas a 31 de dezembro, ou seja, tem um prazo de execução de 1 ano inteiro e tem, além dos erros cometidos e de pintar estacionamento e depois pôr alcatrão por cima, prejuízos inerentes para o comércio local e para os privados. Não estou a falar da mobilidade para a Universidade. Estou a falar das instituições hoteleiras, dos cafés, do mercado local que temos e que são prejudicados com este prazo de execução tão longo das obras. Questionar se a Câmara tem planeado alguma forma de apoio ao comércio local prejudicado. -----

Relembrar que temos adjudicadas as obras para a EM 511 – cruzamento das minas para Casegas, a EM 512 – entre o Ourondo e o cruzamento das mesmas minas, e ainda a estrada para o Paul, desde o cruzamento da estrada com Unhais da Serra. Se já estão adjudicadas estas obras, quando é que vão entrar em funcionamento e quando é que vão começar estas obras? -----

Além da Avenida Frei Heitor Pinto, precisamos também de uma grande intervenção na Avenida 25 de Abril. Está ou não planeada essa intervenção? Se sim, para quando? -----

O Senhor Presidente defendeu aqui muito bem o papel dos privados na revitalização da Serra da Estrela e no argumento que utilizou para o Turismo, posição que partilhamos em absoluto. Já que aplicou tantas medidas do nosso Programa Eleitoral às últimas autárquicas (isenção da Derrama, IMI no mínimo, TOS, etc.), gostava de perguntar se não se sente agora, além de melhor Presidente de Câmara, mais próximo do Partido Social Democrata.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “as fronteiras partidárias são muito ténues. De qualquer forma, sou social democrata. Não sei se o Senhor o é. Não sou é popular democrata. Sou da linha do socialismo democrático, da linha que o Dr. Mário Soares sempre defendeu e que afirmou ao longo de muitas décadas com a ajuda de outros partidos, como o próprio PSD, CDS e claro que nessa barricada não estava o Partido Comunista, mas isso faz parte de democracia. -----

Avenida 25 de Abril – É um exemplo paradigmático daquilo que pode dar uma boa discussão na Assembleia ou noutra fórum. Temos árvores que são da largura do passeio. Temos que refletir se suprimimos os estacionamento e alargamos o passeio e preservamos as árvores que lá estão de boa saúde (são poucas). Haverá ali que tomar decisões a esse nível. -----

E há uma coisa que temos todos que interiorizar e aqui nenhum de nós é mais amigo do que outros relativamente às árvores: os plátanos não são amigos dos passeios e das vias de comunicação citadinas ou urbanas. São amigos, sim, das estradas nacionais porque ajudam a conter aqueles taludes e a evitar que as estradas se desmoronam e que a plataforma das estradas se desfaça. ----

Isto não significa que tenhamos que abater todas as árvores que são plátanos. Não. Só e apenas aquelas que estejam doentes e ofereçam perigo para a vida, integridade física e bens dos nossos concidadãos. -----

Há outra reflexão que temos que fazer: manter os paralelos ou colocar alcatrão? Se colocamos ali alcatrão com a forma como se conduz (as pessoas, infelizmente, não respeitam as regras de trânsito) ... aquela estrada a descer e em alcatrão já estão a ver. Aquele prédio que está na curva é um sítio ótimo para os carros entrarem ali pelos andares adentro! -----

Não há lombas ou sinalização luminosa que vá resolver esse problema, ao passo que o ruído dos paralelos, ainda assim, ajuda a ter a noção da velocidade e as pessoas a conterem-se. É verdade que se estiverem muito limados também fazem deslizar e provocam acidentes.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Senhor Presidente Marco, sabe que o Regimento que esta Assembleia aprovou e que o Senhor se compromete respeitar, na qualidade de Deputado Municipal, tem estas regras. O Senhor tem o tempo que o Regimento lhe atribui, que é proporcional à representação que o Povo nos dá, à dimensão eleitoral que temos. -----

Creio que ficou esclarecida a questão regimental de o Grupo da maioria poder ceder à Câmara Municipal 2 minutos para responder (evoco o n.º 6 do artigo 50.º) e cedemos 2 minutos do tempo do Partido Socialista para o Senhor Presidente da Câmara poder responder às questões que o Partido Socialista coloca e utilizar o tempo como muito bem entende. -----

Creio que o Senhor Presidente pode esclarecer melhor esta Assembleia sobre aquilo que tem feito no âmbito da habitação porque aquilo que tem sido feito não se coaduna, nem é possível resumir no tempo que já teve, apesar de já ter falado muito sobre isso. -----

Portanto, para tranquilizar aqui algumas mentes, acho que o Senhor Presidente poderia explicar-nos o que tem sido feito no âmbito da habitação, no âmbito da Estratégia Local da Habitação e da Carta Municipal da Habitação, no âmbito da requalificação da habitação social que, quando chegámos em 2013, nunca um prego lá tinha sido pregado e, se calhar, vale a pena o Senhor Presidente, se tiver tempo e assim o entender, falar um pouco sobre isso. -----

Tal como era interessante falar daquilo que é o Regulamento de Taxas e Licenças que está para discussão, onde se prevê uma redução substancial de valores, que tem uma penalização financeira para o Município, mas que pode ter virtudes no âmbito da atividade privada no município, incluindo a reabilitação urbana e a construção de casas.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “muito nos custa que haja prejuízos com obras e com intempéries. Os bairros digitais vão ajudar, e muito, os nossos comerciantes que foram incomodados. Peço humildemente desculpas a todos os cidadãos que não puderam circular, estacionar, ... naquela zona durante as obras.” -----

Relembrou que “não é possível fazer obras em meio urbano, sobretudo numa zona que é densamente povoada e que tem acesso à Universidade, para melhorar também não só o acesso

dos nossos concidadãos às suas casas, mas também para quem se dirige à Universidade” sem que haja transtornos. “A avenida, depois de estar pronta, vai facilitar a vida a toda a gente. -----

Não temos previsto nenhum mecanismo direto de indemnização por prejuízos que as pessoas tiveram. São sempre difíceis de quantificar. -----

Disse e perguntou-me muito bem o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro relativamente às reduções de taxas urbanísticas. Todas as taxas referentes a operações urbanísticas, no âmbito das atividades de turismo, comércio e serviços são reduzidas em 50% relativamente àquilo que atualmente está em vigor. Na ARU pagarão apenas 50% das taxas que estão em vigor e estas serão reduzidas em mais de 25%. Ou seja, há uma redução de 75%.” -----

3.3 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE MOBILIDADE SUAVE PARTILHADA

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 08 e 22 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5395 de 22.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação deste ponto da Ordem do Dia, referindo que “o que se visa é regular a utilização dos veículos de mobilidade suave. Tem que haver algo que diga quando, como, onde e de que maneira é que esses veículos são recolhidos, utilizados, organizados, carregados, ... Tem que haver uma regulamentação mínima para que se possam utilizar esses mesmos veículos de mobilidade suave.” -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Presidente da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio):** “Perguntar qual é que é a frota de veículos de mobilidade suave que a Câmara Municipal tem, para nosso conhecimento, porque havia aquela questão do autocarro elétrico.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha de momento um número exato, mas que durante a sessão iria dar-lhe essa informação. -----

Relativamente a veículos elétricos de autocarros, neste momento não existe nenhum. O desejável é que eles existam.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: “A única nota pessoal que queria deixar é que continuo a ser um cético em relação a esta mobilidade e quando olho realmente aos custos que a mesma vai ter, na casa de meio milhão, a que crescem os custos com os consumos de energia elétrica relativos à operação das estações da própria mobilidade. Sendo que os benefícios, e falando do impacto ambiental, todos temos essa vontade que aconteçam. Mas, se calhar, faria mais sentido canalizá-los noutros parâmetros tal como já se falou aqui, nomeadamente nos autocarros, e que a frota fosse completamente diferente daquela que existe neste momento. -----

Se este meu ceticismo não tiver nenhum fundamento, também não terei problemas nenhuns em vir aqui e assumi-lo. Espero que assim seja. Ficaria contentíssimo, mas não posso deixar de dar esta nota e esta tónica.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Dizer que, quanto ao Regulamento, só tenho uma questão relativamente ao n.º 1 do artigo 8.º que diz “*A utilização do SPMSM é efetuada mediante a aplicação de uma tabela tarifária, sujeita a atualização, a definir pela concessionária.*” Eu aqui acrescentava “após aprovação da Câmara”. Não vamos deixar isto nas mãos da concessionária em que define o tarifário e a Câmara Municipal fica sem poder. -----

É o única questão que tenho e com a qual discordo se isto ficar assim nesses termos.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**: “A questão dos custos pode ser trazida para aqui. É uma questão política. O tempo dirá se os custos foram, como dizemos, grandes demais para a obra em si ou não. Esse debate está feito. -----

Questão diferente é: partindo do pressuposto que isto vai existir, quais é que são as garantias para os utentes de que os preços têm uma estrutura onde são tidos em conta os critérios sociais e culturais que o Município deve entender. E isso era o que gostávamos que ficasse garantido desde já e que não acontecesse depois, relativamente a este género de mobilidade, o mesmo tipo de disrupção que existiu quando entrou uma concessionária que mudou tudo, muda tudo e ficamos todos sem perceber. Tem a ver se a Câmara acautelou esse seu papel ou não.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**: (**Doc.20** com as alterações introduzidas na leitura do mesmo) “*Tomando hoje conhecimento neste órgão do regulamento de utilização deste tipo de veículos vamos claramente votar contra não pela parte técnica do documento* -----

propriamente dito, realmente uma iniciativa destas obviamente tem que ser bem regulamentada mas por aquilo que está na base desta regulamentação: este tipo de Mobilidade. -----

Entendemos que a Covilhã não está preparada para a utilização eficaz e em segurança deste tipo de equipamentos. Quer pelas estruturas de apoio que não existem ou por aquelas que existindo poderão não estar operacionais. Por outro lado, a orografia da cidade é pouco compatível com este tipo de veículos o que exigiria um projeto de implementação feito com outro cuidado e rigor. -----

Neste contexto aproveito para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o estado atual dos pontos de carregamento, uma vez que nunca foram utilizados. E se podemos saber o paradeiro e o estado atual das bicicletas que já foram adquiridas no anterior mandato e que também nunca foram utilizadas. Perguntamos: este material está obsoleto ou em perfeitas condições para ser utilizado?” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Para rematar já a posição do Partido Socialista, o mesmo irá votar favoravelmente este Regulamento, um regulamento que vem estabelecer aquilo que são as regras de conduta e de funcionamento da utilização da mobilidade leve, uma mobilidade que, pelos exemplos que temos a nível nacional, trouxe alguns problemas na vida e no quotidiano das cidades e, com base nessa realidade vivida, temos aqui um documento que dá garantias não só aos utilizadores, mas também aos cidadãos que não são utilizadores da mobilidade leve. -----

Quando estamos num debate sobre o Regulamento, é importante esta clarificação de posição, nomeadamente do PSD, que é contra a mobilidade leve na Covilhã. É surpreendente que o PSD não tenha a capacidade de verificar e de ver nas ruas da Covilhã que hoje em dia cada vez mais pessoas utilizam trotinetas, bicicletas e meios não poluentes para se deslocarem para o trabalho, para as aulas, para a Universidade e para aquilo que é o seu dia-a-dia enquanto cidadão da Covilhã. É uma constatação do desfasamento da realidade que o PSD tem com a Covilhã. -----

Apesar da dificuldade orográfica que a Covilhã tem para a mobilidade leve, não é por ser difícil que a mesma não possa existir e que não traga vantagens a esta cidade. -----

O que fica registado é que o PSD é contra a mobilidade leve no Concelho da Covilhã.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a nota que “o Regulamento está publicado em *Diário da República* e, portanto, já é conhecido e a questão que suscitou o Senhor Deputado Vítor Reis Silva apenas incide sobre as tabelas das tarifas do Anexo II. Os aumentos, se e quando existirem, não podem ultrapassar o que está previsto no Caderno de Encargos e a inflação, como é natural. Não é arbitrário. Não é chegar e impor um preço que muito bem desejarem para a utilização destes veículos. -----

Já tenho aqui informação mais detalhada sobre os números: são 120 bicicletas elétricas; foi também comprado um autocarro elétrico, cuja entrega ocorrerá até à primeira quinzena de outubro; e 2 veículos ligeiros elétricos que estão para serem entregues. -----

As bicicletas estão bem de saúde e utilizáveis. Obviamente que as baterias precisam de ser carregadas quando for para serem utilizadas. -----

É sempre discutível se a nossa cidade se harmoniza ou não com a utilização da mobilidade suave. Eu próprio e o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fomos a Bruxelas, há uns bons anos, tratar deste assunto e lá acharam interessante que uma cidade de montanha quisesse ter este tipo de mobilidade e saudaram-na.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento de Utilização de Veículos do Serviço Público de Mobilidade Suave Partilhada**, nos termos em que foi objeto de consulta pública, foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS e DMI's), 11 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV) e 06 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força” e os Senhores Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vale do Rio).** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso. -----

3.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DOS ERROS MATERIAIS CONSTANTES DO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO DE DURAÇÃO LIMITADA DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ E SEU ANEXO II

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5396 de 22.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação deste ponto da Ordem do Dia, referindo que “estes erros materiais ocorrem quando se legisla e quando se regula. -----

O que aconteceu? O horário de estacionamento contido no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento divergia do horário que consta do Caderno de Encargos e, portanto, houve aqui um desfasamento e tivemos que o harmonizar. É um erro de escrita, digamos assim. -----

Há outra questão correspondente ao tarifário, cujos períodos de utilização e valores unitários divergiam. A Lei impõe que se aplique tarifas de 15 em 15 minutos e não de meia em meia hora, como tínhamos. -----

Depois é uma questão conceptual e jurídica que tinha que ser corrigida. Havia uma confusão entre taxas e tarifas, que são conceitos jurídicos diferentes. Deixou de se lhe chamar taxa e passou a ser tarifa.” -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Que fique aqui bem claro que o Partido Social Democrata em tempo algum é contra a mobilidade suave. -----

A nossa posição é que achamos, relativamente à orografia da Covilhã, que este tipo de mobilidade pode-se tornar perigosa se não for bem planeada, bem organizada, bem estruturada, com equipamento adequado àquilo que somos – uma cidade de montanha. -----

Pelo exemplo que já tivemos, nomeadamente nas ciclovias e da maneira como foram planeadas e estruturadas, não nos parece que quem ande de bicicleta elétrica e de trotineta na Covilhã possa ter a melhor segurança que é exigida a quem o faz, a quem ande nelas e a quem ande na rua, que pode ter algum percalço. -----

É nesse sentido. Somos contra àquilo que está planeado e que nos parece não ter sido feito com melhor cuidado. -----

Relativamente a este documento, obviamente que se há retificações a fazer elas deverão ser feitas, mas aproveito também para voltar a sublinhar a nossa posição relativamente a esta questão do tarifário. -----

Vamos votar contra não pela parte técnica do documento mas por aquilo que está na base desta regulamentação: o Plano de Mobilidade da Covilhã. -----

Entendemos que a Covilhã e os Covilhanenses não precisam de um estacionamento à superfície tarifado, nos moldes que encontramos em Cidades como Lisboa ou Porto. E é nossa convicção que em quanto for possível, quer pela dimensão do território urbano, quer pelo volume de população, podemos e devemos poupar os nossos concidadãos a mais um encargo mensal e assim penalizar, ainda mais, quem insiste em viver em territórios do Interior como é o caso da Covilhã. -----

Não concordamos com os valores a cobrar muito menos com limites no período de permanência que na verdade penalizam os cidadãos. (Doc.21) -----

O meu colega e líder da minha bancada já referiu valores que fomos analisar, que fomos aos sites oficiais, que fomos ver e são relativamente mais caros em determinadas circunstâncias. Obviamente que, por exemplo nas avenças, se fomos analisar a questão de Lisboa elas são mais caras do que na Covilhã, mas mal seria. O normal é que sejam mais caras porque estamos a falar de Lisboa. O anormal é a Covilhã, uma cidade do Interior, ter em algumas situações tarifários mais caros e isso, em tempo algum, pode acontecer porque senão é injusto.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “O que estamos a fazer é aprovar um Regulamento de mobilidade suave de uma linha partilhada na Covilhã. As preocupações são legítimas quanto à segurança dos utilizadores das bicicletas e das trotinetas, mas não são resolúveis por iniciativa do Município ou de qualquer regulamento. Se andar na nossa cidade vai encontrar, em muitas horas do dia e em muitas ruas, bicicletas e trotinetas. Comungamos das mesmas preocupações e procuramos dar-lhes resposta na gestão do espaço público naquilo que são as intervenções feitas nos arruamentos e nos passeios. -----

Aquilo que está aqui em causa é uma coisa diferente. Antes não havia uma rede pública de mobilidade suave partilhada e vai passar a haver. -----

O que, para mim, não ficou claro é se o PSD está a favor que exista na Covilhã uma rede de serviço público de mobilidade partilhada. -----

Quanto à questão do estacionamento, tem idade para se lembrar daquilo que foi a governação do PSD e que tarifas são estas que hoje temos, quer da superfície, quer subterrâneas. As tarifas que hoje constam neste Regulamento de estacionamento à superfície e de silo-auto são exatamente as mesmas tarifas que foram negociadas por uma Câmara Municipal do PSD na concessão da Braga Parque, atualizadas com a inflação. -----

Compreendo a questão que coloca das tarifas. Aquilo que já foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara, que o Partido Socialista concorda e subscreve, é que o estacionamento tarifado não é uma forma de penalização dos cidadãos, de angariação de receita. É uma forma de gestão do espaço público. -----

Tivemos o exemplo de que, com a pandemia, a Câmara Municipal decidiu que os silos deveriam ser gratuitos. Tivemos, até há pouco tempo, manifestações e abaixo-assinados para que os silos passassem a ser pagos exatamente porque a circunstância de serem gratuitos não permitia que as pessoas estacionassem ordenadamente. -----

Este Regulamento procura dar resposta para que, nas zonas de maior pressão onde existam lojas, comércio, gabinetes de advogados, de engenharia, ... possam existir lugares disponíveis para que as pessoas possam ir e desenvolver a sua vida, não tendo que ir estacionar a 1 km do local onde pretendem ir.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente aos pedidos de avenças para o silo, esclareceu que “a circunstância do silo do Sporting estar a ser intervencionado, porque teve que ser objeto de um licenciamento e de obras (ventilação, cabos elétricos, iluminação, pintura, ...) que não estavam harmonizados com as exigências legais, leva mais tempo do que aquilo que a gente pretendia. Logo que o silo do Sporting esteja a funcionar, garanto-lhe que vão é ver o excesso de oferta de avenças e não de procura, como agora existe. -----

Questionei o responsável da empresa que respondeu que “se atribuímos avenças às pessoas, temos que garantir que os lugares estão lá quando elas quiserem lá estacionar.” Portanto, não

estando a funcionar o outro silo, obviamente que não se podem alargar nesse domínio, ou seja, não podem conceder mais avenças do que aquelas que seriam desejáveis e necessárias. -----

Outro problema que tem sido objeto de discussão na praça pública, e é natural que o seja, é a discrepância de valores entre os funcionários do Município e os que não o são. Limitamo-nos a seguir as regras que vinham de antes. Bem ou mal, antes havia esta destrição. Efetivamente, os funcionários do Município têm aqui um ligeiro benefício relativamente aos outros utentes. -----

Mas há aqui um aspeto que ainda hoje ninguém acentuou e que não é despiciente, que é o facto de a primeira meia hora ser gratuita, coisa que nunca foi. Dirão alguns “meia hora não é muito tempo”. Pois não. E se fosse 1 hora havia sempre alguém que dissesse que uma hora não é muito tempo, mas a verdade é que meia hora é gratuita.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Declaração de Retificação dos Erros Materiais constantes do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã e seu Anexo II – o Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã, na versão publicada na 2ª Série do Diário da República nº 149, de 02-08-2023 e respetivo Anexo II, já expurgado dos erros materiais que padecia, designadamente, no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento, que continha um erro de escrita no horário de estacionamento previsto contratualmente; no Tarifário constante do Anexo II, cujos períodos de utilização e valores unitários divergiam do acordado com a concessionária, e do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril; e, por último, procedeu-se à substituição da palavra "taxa" por "tarifa" e "taxas" por "tarifas, foi a mesma aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS e DMI's), 08 votos contra (PPD/PSD e CDS-PP) e 07 abstenções (CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferro, Peraboa e Tortosendo).*** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso. -----

- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade. -----

Não é verdade que as tarifas são iguais às que eram aplicadas no tempo do PSD. Relativamente à questão das avenças, os silos auto não estão cheios e o que me parece é que as avenças foram disponibilizadas, há uma percentagem de avenças que é definida e quando acaba essa percentagem acaba a possibilidade de compra (o funcionário do silo auto já me garantiu que o que está a acontecer no silo do Pelourinho vai acontecer no silo do Sporting). Portanto, não é porque o silo auto está cheio.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo):** “Assumi aqui a posição da Junta de Freguesia do Tortosendo. Fizemos a abstenção neste ponto porque no Tortosendo também tínhamos estacionamento pago à superfície e deliberámos terminar com esse estacionamento pago numa forma de dinamização do comércio local, numa forma de ajuda às famílias e, mantendo a coerência, não nos pronunciamos no que respeita aqui ao tarifário da Covilhã.” -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DECLARAÇÃO FUNDAMENTADA DE CARÊNCIA HABITACIONAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de julho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 5 e seguintes do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro, através do ofício n.º 4029 de 07.07.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Sobre esta nota justificativa e aquilo que é o diagnóstico que é feito, como é evidente, estamos de acordo. Só veio confirmar a minha intervenção inicial e de que as decisões do país têm influência na população do Concelho da Covilhã.” -----

O aumento das rendas, que aqui é referido, é uma realidade e era urgente definir o valor para não penalizar os arrendatários, caso contrário permite que o senhorio coloque a pessoa na rua se não aceita a proposta. Isto está a acontecer nos grandes centros urbanos. Portanto, isso acontece em Lisboa, mas também irá acontecer na Covilhã a breve trecho. -----

Esta questão dos custos de acesso à habitação e as taxas de juro é uma pressão sobre o mercado habitacional que colocam as pessoas a pagar as taxas de juro... Os bancos têm 11 milhões de lucro/dia e andamos aqui a esmifrar a quem teve a coragem de adquirir uma casa própria com prestações a pagar ao banco e que estão a viver essas dificuldades. Também na Covilhã isso acontece. Não é só em Lisboa ou no Porto. -----

No diagnóstico que é feito, também é indicado que mesmo na procura de habitação de renda apoiada já aparecem não só famílias carenciadas, mas famílias que, apesar de terem rendimentos não muito baixos, têm a necessidade de procurar este apoio junto do Município.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Permita-me que destaque o enquadramento que é feito na Declaração e onde está enquadrado na Carta Municipal de Habitação e salientar as 5 prioridades que aqui são referidas e que são estabelecidas no âmbito da Carta e das prioridades estratégicas da Carta Municipal de Habitação da Covilhã: -----

Prioridade 1 – Valorização habitacional e urbanística de bairros municipais; -----

Prioridade 2 – Promoção de uma oferta de habitação diversificada e inclusiva no centro da cidade; -----

Prioridade 3 – Criação de uma oferta de habitação acessível nas zonas de pressão habitacional e polaridades habitacionais emergentes; -----

Prioridade 4 – Revitalização habitacional dos aglomerados urbanos e rurais do concelho; -----

Prioridade 5 – Inovação para o desenvolvimento da política municipal de habitação e da qualidade habitacional. -----

Cinco prioridades que se desmontam em 19 medidas concretas, objetivas e muitas delas mensuráveis durante o prazo de implementação desta mesma Carta. São medidas que, em grosso modo, se traduzem num aumento de 35% de fogos naquilo que é o parque municipal habitacional. São números expressivos. É um compromisso muito significativo que o Município da Covilhã dá aos Covilhanenses e aquilo que nos faz acreditar que será executado, como referido anteriormente, é que algumas destas medidas já estão em prática. -----

Foi referido aqui “só para 2032.” Não. As medidas têm um enquadramento temporal até 2032. Há medidas, nomeadamente e dou-lhe aqui o exemplo do selo de qualidade atestado pelo Município a nível do arrendamento, que é uma medida para estar executada durante este período e que se prolonga até final deste período. -----

Isto quer dizer que não só do ponto de vista de mais habitação, da reabilitação urbana, da qualidade da habitação que temos ao serviço público e também privado (com este selo de garantia), mas também aqui se promovem outros aspetos, nomeadamente aquilo que é a importância da habitação no aspeto social, que já é hoje em dia desenvolvido em alguns bairros sociais exatamente para combater os fenómenos da guetização que, muitas vezes, podem acontecer nos bairros sociais. -----

Há aqui também outro ponto importante que me parece ser de destacar: aquilo que é o objetivo desta Carta Municipal de Habitação, que é a constituição de um Conselho Local de Habitação que chama a si diferentes entidades da sociedade civil para também com este, nesta Carta e nesta estratégia que o Município tem, colaborarem e darem de si aquilo que é a sua opinião. -----

Este é mais um exemplo da atitude positiva do Executivo Municipal naquilo que é a colaboração com todos os agentes e forças ativas do município da Covilhã. -----

O Partido Socialista não só se manifesta a favor deste documento, como louva a iniciativa que aqui é proposta.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Declaração Fundamentada de Carência Habitacional**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso. -----

3.6 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE TEIXOSO E SARZEDO – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS EB – ANO LETIVO 2022/2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5397 de 22.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Teixoso e Sarzedo – Fornecimento de Refeições nas EB – Ano Letivo 2022/2023.** -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E JUNTAS DE FREGUESIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO (PROLONGAMENTO DE HORÁRIO EM ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA) – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de julho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4034 de 07.07.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Fico com esta ideia de que, com os prolongamentos dos horários, há necessidades garantidamente distintas. Fazendo um bocado eco daquilo que me foi sempre transmitido durante estes dias, quer por parte de professores quer por parte de auxiliares da ação educativa, queixam-se que todos os dias chegam alunos imigrantes vindos dos mais diversos países e, como consequência, o número de alunos neste ano letivo aumentou substancialmente. -----

Neste momento, não há funcionários suficientes para fazer face a este aumento de alunos, ficando por vezes, em determinadas horas, pisos sem funcionários com os inerentes constrangimentos que se colocam ao normal funcionamento das escolas. -----

Deixo para reflexão também, uma vez que estamos aqui a falar de situações onde inclusivamente vai haver prolongamentos de horário, se já temos este problema a nascente vamos aumentá-lo garantidamente a jusante. -----

Tem que haver ajustamentos para que as escolas funcionem na sua plenitude começando, primeiro que tudo, a pensar nos alunos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra):** “Sobre estas matérias, a nossa posição é conhecida e reconhecemos também que tem havido algumas evoluções, pelo menos 2022/2023 para 2023/2024, sob o ponto de vista de que as escolas são importantes instituições, as nossas crianças são muito importantes e não é com precariedade que se faz um ensino de qualidade e que se tem escolas mais capacitadas, com melhores escolas e equipamentos para que as nossas crianças possam ter um ensino condigno. -----

O que observamos, relativamente ao prolongamento de horário das escolas básicas e jardins-de-infância, é que há uma redução de 12 freguesias para 4 freguesias a necessitar daquilo que é a contratação de funcionários relativamente ao ano passado à componente de apoio à família. Passamos de 232 mil euros para cerca de 70 mil euros. -----

A nossa questão aqui coloca-se sempre em assegurar os postos de trabalho para estas pessoas que aqui são contratadas e de uniformização dos procedimentos relativamente a outras crianças que andem em prolongamentos de horário, assegurados pela Câmara Municipal da Covilhã. -----

Quanto às escolas estarem a sentir um incremento em termos de alunos, quer seja pela população estrangeira quer seja pela fixação de pessoas, há de facto um problema de creches no Concelho da Covilhã, não se assegurando aquilo que o Estado colocou como direito das creches gratuitas e preocupa-nos também uma questão que lançámos o desafio à Câmara Municipal da Covilhã para podermos pensar em conjunto: detetámos este ano letivo que algumas crianças residentes na Boidobra não ficaram localizadas no Jardim-de-Infância da escola EB1 da Boidobra e tiveram que ser dispersas desde Santo António, ao Refúgio, Rodrigo e outras. -----

Isto é sempre dinâmico e temos a capacidade de nos adaptar à realidade. Sei que não é de um momento para o outro que se cria uma nova sala de jardim-de-infância, mas a Junta de Freguesia está disponível para avaliar a situação e para entregarmos também os dados necessários para

vermos esta realidade e para, em conjunto, arranjar uma solução até porque os pais gostam sempre mais de ter as crianças à porta e, pelos números que temos, já se justificaria a abertura de mais uma sala.” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: “Temos vindo a repetir ao longo dos anos que, na nossa perspetiva, estes contratos de delegação de competências, pelo menos os iniciais, podiam ser antecipados para a Assembleia anterior atendendo que as aulas já começaram e estamos agora a votá-los. Não estou a dizer com isto que as escolas deixaram de ter apoio, mas podiam ser antecipados e agora estarmos a votar apenas eventuais reforços, atendendo à atualização dos preços.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, “relativamente ao discurso sobre a questão populacional de que na Covilhã estamos a ficar sem gente, este ano (já no ano passado se tinha verificado) tivemos um incremento significativo de alunos e de turmas. E não estamos só a falar de estrangeiros. Houve pessoas que deslocalizaram a sua vida e vieram do litoral para o interior, para a nossa terra. Tem a ver com as condições de atratividade da nossa terra e isso é um facto incontroverso. -----

Pelo facto de estarmos a falar em estrangeiros, aproveito para colocar aqui uma questão que está muito na ordem do dia e que chega eco e não é só um exclusivo da Covilhã ou aqui da região: há muita gente a olhar de soslaio para os estrangeiros, às vezes pouco respeitosa. Um apelo humanitário e ético que faço é no sentido de se respeitarem os costumes, as religiões, os hábitos, o modo de vida, a cultura, a indumentária ... desses concidadãos do nosso planeta que vêm de outras zonas e outras latitudes para aqui e que vêm contribuir para que a nossa região se desenvolva. Todos gostámos que os nossos emigrantes fossem bem acolhidos quando foram para o estrangeiro e ficávamos todos revoltados quando ouvíamos histórias de discriminação. Apelo e agradeço a todos os Senhores Deputados Municipais para que façam essa pedagogia. -----

Relativamente à questão dos contratos, só para dar uma ideia: estamos em cerca de 50. Quer quiséssemos ou não, tínhamos que aceitar esta transferência de competências no domínio da Educação. Lembrar-se-ão que, na altura, defendi que o devíamos fazer o mais depressa possível para nos adaptarmos à nova realidade e ela é muito dinâmica. As circunstâncias alteram-se porque há muita gente que se reforma, há rácios do Ministério da Educação e não podemos ir além daquilo que são as nossas possibilidades, sendo certo que o vamos muitas vezes. -----

Este esforço de contratação não precária existe, mas também existem muitos contratos de emprego-inserção. A nossa vontade é a da estabilidade laboral desses nossos concidadãos. -----

Não é por acaso que temos insistido e feito diversos concursos para assistentes operacionais para colmatar estas insuficiências que temos no domínio da Educação, cumprindo os rácios do Ministério da Educação neste mesmo domínio.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia na área de Educação (Prolongamento de horário em escolas e jardins de infância) – Ano Letivo 2023/2024**, foi a mesma **autorizada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E JUNTAS DE FREGUESIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO (ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES) – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de julho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4031 de 07.07.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: A mesma intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra)**: “Relativamente ao acompanhamento de refeições, este ponto é diferente porque é, no fundo, uma contratualização de refeições que, naturalmente, a Câmara Municipal pode e deve fazer até porque ficam mais próximos, geralmente há mais qualidade, a comida chega melhor e em melhores condições. -----

Portanto, não temos nada a apontar.” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: A mesma intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia na área de Educação (Acompanhamento de Refeições) – Ano Letivo 2023/2024**, foi a mesma autorizada por unanimidade. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO – AAAF – PRÉ-ESCOLAR E CAF – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2023/2024 – REFORÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5122 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: A mesma intervenção feita no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra)**: “Aquilo que constatamos nestes contratos de delegação de competências e noutros a seguir é que agora já fala em contratos de trabalho, o que há alguns anos atrás não falava. -----

A Cláusula 2.ª, alínea b) fala que a Junta de Freguesia tem que contratar e fazer contratos de trabalho e, logo a seguir, existe um mapa onde se colocam, neste caso em concreto, 3

colaboradoras (2h30 + 0h30 + 0h30) e 1 colaboradora (4h30). Em que é que ficamos? Se são trabalhadoras, elas são colaboradoras. Ou seja, fazer a distinção se são mesmo contratos de trabalho ou se continuam a recibos verdes e como é que vai ser feito esta contratação. -----

Relativamente à questão das atividades de apoio à família nos jardins-de-infância e da componente de apoio à família nas EB1, constatamos exatamente a mesma coisa quando fala em contratos de trabalhos e depois fala em colaboradores, para não acontecer o mesmo que tem acontecido nos outros anos reconhecendo efetivamente que tem havido menos incidência nesta forma de contratação. -----

Alertar que a Câmara Municipal continua a fazer contratos de emprego-inserção com assistentes operacionais para apoio às escolas. Uma vez mais, reafirmamos que um posto de trabalho que é permanente não deve ter alguém que é precário ou que todos os anos renova a sua situação ou onde não se pagam férias, ... Portanto, deve corresponder a um posto de trabalho e em todas as situações que o Município tenha em escolas ou noutros equipamentos como contratos de emprego-inserção que isso seja absolutamente temporário e que signifique a contratualização com a pessoa do posto de trabalho, naturalmente com a abertura de concurso. -----

Resumindo, tudo o que seja pontos relacionados com a contratação de trabalhadores, a nossa posição é aquela que já transmitimos de outras vezes.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Presidente da União das Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho):** Esclareceu que na sua freguesia existe “o Agrupamento “A Lã e a Neve” que é, talvez, dos agrupamentos mais modernos da cidade, extremamente bem organizado e, dos contratos, nenhum é a recibo verde e trata-se de uma cooperação entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Sede do Agrupamento para 4 estabelecimentos de ensino que necessitam de horas devido a crianças com necessidades especiais e o prolongamento de horário muitas vezes muda de ano para ano. Nenhuma pessoa está a recibo verde. -----

Aliás, tenho 7 pessoas na Junta de Freguesia e estão todos colocados na função pública.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União das Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho – AAAF – Pré-Escolar e CAF – 1.º Ciclo – Ano Letivo 2023/2024 – Reforço**, foi a mesma **autorizada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV).**

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA – AAAF – PRÉ-ESCOLAR E CAF – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5123 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: A mesma intervenção feito no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra)**: Intervenção com o mesmo teor do ponto anterior da Ordem do Dia. -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: A mesma intervenção feito no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União das Freguesias de Barco e Coutada – AAAF – Pré-Escolar e CAF – 1.º Ciclo – Ano Letivo 2023/2024**, foi a mesma **autorizada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A JUNTA DE FREGUESIA DE PERABOA – FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LETIVAS E NÃO LETIVAS E REFEITÓRIO DA EB E JI DE PERABOA – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5120 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: A mesma intervenção feito no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra)**: “Nada temos a apontar. São despesas de funcionamento para o refeitório escolar de Peraboa.” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: A mesma intervenção feito no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de Peraboa – Funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano Letivo 2023/2024***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.12 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E AS JUNTAS DE FREGUESIA DA ERADA E DE CORTES DO MEIO – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5121 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra):** “Já aqui dissemos que mais situações destas se podiam desencadear para responder às necessidades. Estranhámos que o valor seja o mesmo do ano passado para este ano face àquilo que é a inflação, os custos, ... Portanto, que o valor seja o mesmo e não tenha havido esta compensação relativamente aos custos associados ao custo de vida.” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** A mesma intervenção feita no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** sublinhou, “mais uma vez, algo que não corresponde à verdade. Ninguém fica na paragem do autocarro por não ter o passe. Garantiram-me os responsáveis da empresa que deram instruções a todos os motoristas para que aqueles estudantes/crianças/jovens que não tendo ainda conseguido adquirir o título definitivo ou o passe fossem transportados sem pagar o que quer que seja. Admito que possa haver um caso ou outro de má vontade, mas as instruções que existem e que me foram ditas, face a esse relato, eram no sentido de ninguém ficar na paragem do autocarro, mesmo que não tenham o título. -----

Porque estamos a falar de transporte/parqueamento/tarifas, lembrar que no dia 2 de outubro entra em vigor o pagamento das tarifas do estacionamento à superfície e, por cada sítio que é tarifado, existem 9 lugares vagos disponíveis sem serem tarifados.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e as Juntas de**

Freguesia da Erada e de Cortes do Meio – Transportes Escolares – Ano Letivo 2023/2024, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.13 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A JUNTA DE FREGUESIA DO PAUL – AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO LETIVO 2022/2023 – REFORÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5125 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra)**: “Nada a dizer. Parece-me tratar-se aqui de um reforço. -----

Já em relação ao aquecimento nas freguesias, passamos de 15 para 13 freguesias (de 77 para 50 mil euros/ano). -----

Achamos que o Município ganharia em fazer um contrato pelo todo, ganharia ganhos de escala e, portanto, esta distribuição depois às escolas não faz muito sentido que o Município transfira verba para as freguesias e que elas, a seguir, entreguem ao fornecedor do bem ou serviço. -----

Pelo que percebemos, o valor médio do ano passado rondava os 3.200 € e este ano ronda os 2.800 €. Estava sobrevalorizado? Houve aqui alguma questão relativamente a isso? -----

Quanto ao aquecimento, naturalmente não iremos reprovar nenhum destes pontos, mas vamos fazer diferenciação na votação, aprovando alguns e fazendo abstenção noutros.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023 – Reforço**, foi a mesma **autorizada por**

maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV). -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.14 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E JUNTAS DE FREGUESIA – AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO LETIVO 2023/2024

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5126 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

-

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra):** Intervenção com o mesmo teor do ponto anterior da Ordem do Dia. -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** A mesma intervenção constante no ponto 3.7 da Ordem do Dia. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2023/2024**, foi a mesma **autorizada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 03 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

3.15 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de setembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5118 de 11.09.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Quando vi o tema do projeto de Regulamento Municipal de Toponímia queria lançar o repto que me parece de elementar justiça. -----

O Dr. Mário Vitória, e perdoe-me a emoção, não tem ainda o seu nome numa rua do Tortosendo. Acho inconcebível que isso continue a acontecer. O Dr. Mário Vitória não era só um médico. Efetivamente no Concelho, no âmbito da sua atividade, lidou com toda a gente, sempre disponível para tudo e para todos, mas foi mais do que isso. Sendo um socialista, ele fez sempre questão nessa sua área, vontade e convicção partidária, quer 25 de Abril quer pós 25 de Abril, de participar em muitas atividades, em muitas sessões de esclarecimento, ... -----

Foi um homem da Democracia e fez questão de ir esclarecendo todo o nosso Concelho numa fase em que muita gente não tinha acesso a muitas coisas e até a conhecimentos sobre o que era a Democracia. Em prejuízo das horas de trabalho, sempre se disponibilizou no que diz respeito à comunidade e à sociedade. -----

Era isto que pretendia dizer: que fosse feita justiça, de uma vez por todas, a esse homem e que houvesse o nome de rua no Tortosendo.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo):** Esclareceu que “a Comissão solicitou à Junta de Freguesia um nome para a rua onde está situado o Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã e a Junta de Freguesia do Tortosendo, com a anuência da filha do Dr. Mário Vitória, propôs o nome do Dr. Mário Vitória. Levámos essa proposta à Comissão e, segundo o que nos chegou, pelo facto de ser na Zona Industrial, foi chumbada a proposta da Junta de Freguesia.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)** referiu que “não tinha conhecimento desta situação, mas ainda assim continuo a pugnar que, se for possível, o nome seja dado numa rua da Vila do Tortosendo. Acho que é uma justiça devida a este homem.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, por ter trabalhado com o Dr. Mário Vitória, sugeriu que fosse feita uma proposta para ser apresentada e votada numa Assembleia Municipal. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu sobre o assunto que “é com toda a justiça que também me associo à defesa da colocação do nome do Dr. Mário Vitória num sítio digno e condigno. Não estou a dizer que o Parque Industrial não seja um sítio digno e condigno. -----

É uma questão de nos sentarmos à mesa, sendo certo que extravasa, do ponto de vista regimental, esta Assembleia neste contexto. No Executivo lembrar-nos-emos de encontrar a melhor forma, pedindo sugestões e alternativas ao Senhor Presidente da Junta e aos membros da mesma para homenagearmos uma personalidade da grandeza e humanismo de que era portador.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra):** “Tinha alertado, na última vez que o Regulamento cá esteve, que havia placas toponímicas nas diferentes freguesias do Concelho da Covilhã que não cumpriam o modelo que estava estipulado no Regulamento anterior. -----

Se percebi muito bem, o modelo gráfico desaparece, mas continua a constar que devem ser em aço ou galvanizado... Pergunto se há exceções para placas que já existem diferentes porque, depois no anexo, o modelo o que diz é esse aço galvanizado. -----

Outra questão é relativamente aos números de polícia. Já tem sido feito a atribuição pelos números de loteamento. Isso também está contemplado?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD subscreve inteiramente as declarações feitas pelo Grupo Municipal do “Covilhã Tem Força” e aproveitamos este momento para relembrar a Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara que foi aprovada neste plenário uma proposta do PSD no mesmo sentido aquando o falecimento do nosso ex-companheiro Paulo de Oliveira. -----

Tanto quanto sei, e posso estar errado, creio que ainda não foi dado seguimento dessa deliberação da Assembleia Municipal. Vemos com muito bons olhos também esse reconhecimento ao ex-companheiro fundador do PSD, mas sobretudo Covilhanense e empresário Paulo de Oliveira. -----

Sobre o Regulamento, votaremos a favor e, com toda a boa-fé, quero apenas dar uma recomendação: este é um Regulamento que decorre da lei, mas como já se falou aqui tanto em regulamentos, cartas, conselhos municipais, não devemos cair no risco de fazer uma “caldeirada com todos os tipos de peixe que depois não sabe a nada”. Às vezes, o excesso de regulamentação

também cria obstáculos ao regular funcionamento e à agilidade e à escassez, cremos nós, de Democracia, sobretudo nas autarquias locais que, por si só, já são excessivamente burocráticas. – Se o Senhor Presidente da Assembleia me permitir, dar a informação que foi um gosto participar nesta Assembleia Municipal, mas entregarei amanhã a suspensão do meu mandato por razões profissionais.” -----

- **António Paulo Pereira Ranito (PS): (Doc.22** com as alterações introduzidas na leitura do mesmo) *“O atual regulamento já tem sete anos e é necessário adaptá-lo às novas realidades.* -----

Foi elaborado um projeto de regulamento com várias alterações, nomeadamente: -----

- 1- *Revisão das normas relativas às competências transferidas para as juntas de Freguesia;* -----
- 2- *Atualização das disposições relativas à composição e competências da Comissão Municipal de Toponímia, passando a contemplar:* -----

Um ou mais cidadãos de reconhecido mérito que vão ser chamados a cada reunião (reuniões periódicas de 3 em 3 meses; -----

Um representante do CTT – Correios – Era uma vontade deles fazerem parte da Comissão porque também estão no terreno e sabem bastante de toponímia; -----

Um representante das Forças Armadas de Segurança Pública – A PSP está sempre a pedir-nos informações sobre a toponímia e, portanto, sempre que houver uma reunião irão estar presentes. -----

- 3- *Com a salvaguarda e especificação do apoio administrativo e técnico à Comissão – equipa multidisciplinar;* -----

- 4- *Com apresentação de alguns princípios orientadores da atribuição de topónimos;* -----

- 5- *Com a introdução de normativos de orientação e de apoio à gestão das placas toponímicas, enquanto instrumento de apoio que visa salvaguardar a devida uniformização e coerência no Concelho da Covilhã, salvaguardando situações relativas às Freguesias que se encontram integradas na Rede das Aldeias do Xisto, na Rede de Aldeias de Montanha e na Rede de Aldeias Históricas de Portugal. Essas placas serão diferentes das que iremos colocar no resto do Concelho.* -----

Este projecto de regulamento foi enviado a todas as juntas de freguesia para que, no prazo de 30 dias, pudessem enviar os contributos que entendessem. -----

Nenhuma junta ou união de freguesias enviou qualquer resposta, pelo que, ficou implícita a concordância das mesmas. -----

Sendo assim, no momento o documento deverá ser aprovado pela assembleia municipal. -----

Este Regulamento vai melhorar e abarcar situações que não existiam e que nos foram colocadas ao longo do mandato.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 03 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Carlos do Carmo Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e do Canhoso). -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Setembro de 2023

Declaração política

Exmos Senhores

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Membros do Executivo Municipal
Deputados Municipais
Público presente
Jornalistas

Num quadro de tempo restrito de intervenção, aprovado em sede de regimento pela maioria PS e PSD, torna-se difícil qualquer abordagem política mais aprofundada.

Trago, ainda assim, à Assembleia Municipal, a relevância de um inquérito público promovido pelo DN, JN e TSF, que contraria os comentadores e os órgãos de comunicação da classe dominante, que diariamente nos entram em casa.

Questionados se o governo deveria avançar com uma nova taxa sobre os lucros extraordinários da banca, 79% dos inquiridos responderam que sim.

Esta expressiva opinião vem de encontro à proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República de se pôr os lucros dos bancos a pagar o aumento das taxas de juro que penalizam as prestações das habitações e o funcionamento das pequenas e médias empresas.

Esta proposta foi rejeitada pelo voto contra do PS e IL e a abstenção do PSD e Chega.

Na questão relativa ao aumento das rendas e qual deveria ser a atitude do governo, 68% responderam que o governo deveria suspender a lei em vigor fixando um teto máximo de aumento das rendas.

O PCP apresentou na Assembleia da República a proposta para se impedir aumentos das rendas superiores a 0,43%.

A proposta foi rejeitada pelo voto contra do PS, PSD e IL. O Chega absteve-se.

Perante a pergunta se o Governo e o Banco de Portugal deveriam ter um papel mais ativo para se tentar diminuir o fosso entre os juros cobrados a quem pede empréstimo e os juros pagos a quem tem depósitos, 90% respondeu que sim.

O PCP já tinha proposto na AR um spread máximo de 0,25 a ser implementado pela CGD para o crédito à habitação.

A proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD e IL e a abstenção do Chega.

Questionados, ainda, sobre a melhor solução para se ajudar os alunos a suportar as propinas no ensino superior, 45% responderam torna-lo gratuito e 34% a redução do seu valor.

O PCP já tinha proposto na AR a eliminação das propinas, taxas e emolumentos.

A proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD, IL e Chega.

Que conclusão se pode retirar ?

Que quem vive do seu trabalho quer direito à habitação, controlo da especulação e dos lucros colossais da banca e o fim das propinas.

Tudo propostas que o PCP fez e faz e que PS, PSD, Chega e Iniciativa Liberal chumbam.

Mas o que estes números mostram é que esses partidos não chumbam apenas propostas ao PCP.


Estes números mostram que PS, PSD, Chega e IL **rejeitam as soluções que o país exige**, entregando-o aos interesses de **uma absoluta minoria** (que vive do rentismo, parasita o nosso trabalho e que se apropria das nossas vidas) **a quem esses partidos obedecem.**



Mas, a principal conclusão a retirar é que PS, PSD, Chega e IL **são essa minoria absoluta.**

Disse

O Grupo Municipal do PCP



Intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia
25 de Setembro de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;
Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;
Exmos. Senhores Jornalistas;
Caras e caros concidadãos,

Nenhum outro partido governou tanto tempo em Portugal como o PS.
Se considerarmos os tempos da governação de Mário Soares (1976-1978 e 1983-1985), de António Guterres (1995-2002), de José Sócrates (2005-2011) e de António Costa (desde 2015 até hoje), compreenderemos a forma como formataram com as suas políticas o essencial do modelo económico e social do país.

Ao longo destes anos, lideraram a Esquerda que sobredimensionou o Estado, colonizou a administração, bateu recordes de despesa pública e carga fiscal, obrigou a resgastes sucessivos, degradou mesmo assim a capacidade e eficiência dos serviços públicos essenciais, reduziu os rendimentos disponíveis das famílias, comprometeu a competitividade das empresas, minou as escolas com ideologia, comprometeu a autoridade de professores, das famílias e das forças de segurança e assumiu, o preconceito em relação à propriedade e à iniciativa privada.

Aos dias de hoje, e antes que a maioria socialista nos apresente hoje aqui a sua versão romântica da história actual, acuse a oposição de tacticismo, de alarmismos e/ou de desconhecimento das medidas e políticas em vigor, olhemos com exigência para o dia-a-dia do nosso país:



Urgências do SNS onde há doentes que esperam mais de 10 horas, 16 horas no caso mais mediático na semana passada no Hospital de Loures.

Profissionais do SNS em greves constantes, reclamando o que tem direito e que lhes foi prometido em sucessivas campanhas eleitorais.

Investimentos congelados que aguardam rúbricas prometidas no quadro do PRR.

Ausência de resposta do SNS à procura pública. Prova disso mesmo é a crescente procura e investimentos dos privados.

No ensino, mais greves diárias, professores afastados das famílias com encargos superiores aos rendimentos.

Escolas fragilizadas pelas ideologias. Alunos impossibilitados de escolherem a sua escola, libertando o acesso e privilegiando a diferenciação pela qualidade.

Tribunais parados resultado de greves sucessivas dos seus profissionais.

Valores recorde de dívida pública, despesa pública e carga fiscal, reduzindo mesmo assim a qualidade e a eficácia dos serviços públicos.

O atraso na implementação das medidas e linhas do PRR. Em Outubro, a pouco menos de um ano e sem reprogramação, teremos executado apenas 17% deste plano.

Oito anos de governação de António Costa, não eliminamos portagens e SCTUS, com promessas de descontos e de demissões, o certo é que se mantêm e são um fardo pesado para as empresas e populações.

Reparemos nas ruas do nosso país. Não seria correcto nesta matéria tão delicada ousar de comparações, mas atentem ao número de pessoas a viver sem tecto, nas ruas das nossas cidades.

Se Passos convidou os jovens a emigrar, Costa escancarou-lhes as portas. A onda de emigração não para de aumentar. Recentemente foi notícia que Portugal é o segundo país europeu a pagar pior aos jovens, apenas ultrapassado pela Grécia. E no exacto



oposto do que deve ser o normal funcionamento de um elevador social, a classe média vem minguando em número e nos rendimentos e são cada vez mais os jovens que procuram fora de fronteiras outras oportunidades.

Qualquer empregador que queira aumentar salários, é confrontado com um encargo totalmente desproporcionado, ponderado o benefício para o trabalhador e aquilo que o Estado confisca. Para um salário bruto de 2000 euros, uma empresa abre mão de 2475 euros, ficando o Estado com 45% (1113 euros) e o trabalhador somente com 55% (1362 euros).

Ultrapassaria certamente o tempo que nos cabe com exemplos desta falência do Estado. Importa-nos não deixar ninguém de fora e no mesmo tempo fazer crescer e diferenciar Portugal.

Queremos agora, olhando ao pouco tempo que nos resta, reflectir sobre a nossa cidade e as políticas em vigor.

De festas e certames, nada a melhorar. Ruas cheias, comunidade envolvida, associações comprometidas com o sucesso. Opinião pública favorável, com exceção no que se refere ao ruído – tema aliás amplamente discutido em diversas reuniões. Mas não foi para uma comissão de festas que fomos eleitos. São importantes, são. Movimenta a economia, sim. Mas não se devem esgotar nelas mesmas as acções e políticas do executivo.

Estamos preocupados e alertas para o ordenamento do nosso território. Com a expansão de áreas de parques solares na nossa cidade e da ocupação de solos agrícolas. São investimentos importantes, o reforço da nossa capacidade da produção de energia mais limpa e sustentável. Importa assegurar que a protecção do território, de contrapartidas públicas aos investimentos.

A este propósito, olhando para aquilo que seriam projectos de construção na nossa cidade, sem que para o caso interesse reflectir sobre o peso urbanístico, das



infraestruturas e serviços públicos que deveriam ser exigidos, como o caso dos projectos junto ao *data center*, seria relevante acautelar que projectos que não avancem nos próximos anos garantam contudo a estabilização dos solos, as drenagens, os passeios públicos e limpezas correctas, para mitigar o impacto negativos destes empreendimentos adiados na sua construção.

Falando em infraestruturas e, sendo este um dos eixos essenciais sufragados pelo PS nestas últimas eleições autárquicas, onde estão as obras prometidas para a construção do pavilhão desportivo multiusos ou o complexo de piscinas.

Temos repetidamente referido nesta Assembleia da urgente necessidade de investir nos acessos e caminhos rurais. Há um notório afastamento das políticas públicas desta autarquia do mundo rural e de um sector tão relevante para o nosso município.

Gostaríamos ainda de nos poder referir ao recente anúncio da criação da ULS da Cova da Beira. Medida que julgamos relevante, desejo antigo de diversos governos e agentes políticos. Queremos acreditar que de tudo faremos, nós enquanto município e no diálogo com os municípios que irão compor esta nova forma de gestão da saúde na nossa região, para assegurar que esta oportunidade é factor de diferenciação e atracção de novos profissionais de saúde. Não poderemos perder esta oportunidade de nos organizar para nos afirmarmos nesta área

Em jeito telegráfico, queremos ainda deixar-lhe preocupação relativas aos novos desafios que se colocam à nossa cidade e ao nosso país. Olhemos por exemplo à nova realidade da imigração no nosso concelho, aos desafios e oportunidades deste mesmo movimento. Temos de nos manter alertas para as necessidades das populações que escolhem a nossa cidade para viver.

Covilhã, 26 de Setembro de 2023

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular

Adolfo Mesquita Nunes, Joana Petrucci Rocha e Nuno Reis



MOÇÃO

Utilização do Pavilhão do Unidos do Tortosendo por parte da Escola Básica 2/3 do Tortosendo

A Assembleia de Freguesia de Tortosendo, no dia 18 de setembro, aprovou uma moção que visou a utilização temporária, por parte da Escola Básica 2/3 do Tortosendo, do pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo para a prática das aulas de Educação Física, em espaço fechado.

Como é por todos sabido, as crianças que frequentam a Escola Básica do Tortosendo, não têm condições condignas para a prática do desporto.

Esta utilização tem como objetivo a prática das aulas de Educação Física e Desporto Escolar, em espaço fechado até a construção deste equipamento no recinto da escola, que possa permitir aos alunos a prática desportiva o ano todo independentemente das condições climatéricas.

O Pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo, é um espaço com todas as conformidades, que acolhe vários desportos federados, auditado anualmente e que está apto, para receber todos os alunos da Escola Básica 2/3 do Tortosendo.

A construção deste equipamento é de real importância para os alunos desta escola, para a comunidade escolar e para toda a freguesia mas até esta obra estar consumada, deverá a Escola EB 2/3 do Tortosendo utilizar, provisoriamente, o pavilhão do Unidos Futebol Clube do Tortosendo para a prática das aulas de Educação Física, pelo que vem a Junta de Freguesia de Tortosendo associar-se à Moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Tortosendo e apresentá-la nesta Assembleia Municipal para sua aprovação.

Assinado por: **DAVID JOSÉ CARRIÇO RAPOSO DA SILVA**

Num. de Identificação: 10300720

Data: 2023.09.21 15:19:33+01'00'

Certificado por: **Secretaria-Geral do Ministerio da**

Administração Interna

Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo

Atributos certificados: **Presidente da Junta de Freguesia**

de Tortosendo





União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'H. P.' or similar, with a large 'P' below it.

VOTO DE LOUVOR

Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta um voto de louvor ao Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, que durante 16 anos assumiu a liderança da Entidade Regional Turismo do Centro de Portugal, desenvolvendo um vasto trabalho de promoção e valorização do nosso território, desenvolvido em conjunto com as equipas que o acompanharam, cessando funções no dia de hoje.

Pessoa afável, dedicada e com visão de futuro, foi o rosto do desenvolvimento turístico da região centro, com especial atenção para a zona da Serra da Estrela e toda a região interior, tendo, por exemplo, solicitado a suspensão do pagamento de portagens nas ex-Scut, para incrementar o turismo na região no pós pandemia.

De entre as várias iniciativas e outros projetos desenvolvidos na nossa zona, com vista à promoção do nosso território, destaca-se a recente integração da New Hand Lab na Rede Nacional de Turismo Industrial, a realização do Fórum “Vê Portugal” no nosso território ou a escolha de uma empresa (Lobby Productions) sediada no nosso concelho para ser a produtora das várias campanhas publicitárias de promoção da região centro.

Também recentemente tinha visitado vários locais do nosso concelho e trabalhado em conjunto com vários parceiros, institucionais e privados, de modo a potenciar o nosso turismo.



Por tudo isto e pelo trabalho de excelência realizado em prol do turismo do centro, da nossa região e também do nosso concelho, é apresentado o presente voto de louvor.

Covilhã, 25 de Setembro de 2023

União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



(Doc.05)

Handwritten signatures and initials in blue ink.

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO
MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Voto de Louvor à Prof Carolina Pires, proprietária do lugar nas Estrelas pelo prémio Melhor Alojamento na 4ª edição dos Prémios Internacionais Starlight.

A União das Freguesias do Peso e Vales do Rio apresenta um voto de louvor ao Lugar nas estrelas, na pessoa da sua proprietária, Carolina Pires, pela promoção da nossa freguesia e concelho no âmbito do Turismo.

Com organização da Fundação Starlight, os Prémios Internacionais Starlight (International Starlight Awards) procuram distinguir as instituições, associações, administrações e empresas públicas ou privadas, ou indivíduos, dentro ou fora de território certificado Starlight, em quatro categorias: Astroturismo, Educação e Difusão da Astronomia, Iluminação Inteligente e Inovação, e Melhor Alojamento Starlight.

Foi nesta última categoria que o Lugar nas Estrelas, localizado na aldeia do Peso, concelho da Covilhã, se destacou, sendo a única entidade portuguesa na lista de premiados. Situado no Peso, onde as condições para apreciar o céu escuro são excelentes, o alojamento promove diversas atividades de observação do céu noturno, incentivando os seus hóspedes a olhar para cima e explorar as estrelas.

São estas iniciativas que promovem as nossas Aldeias em especial a nossa União das Freguesias de Peso e Vales do Rio.

Após a sua aprovação propomos que seja dado conhecimento aos próprios.

Covilhã 25 de Setembro de 2023



(Doc. 06)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Setembro de 2023

Moção

38 e.
3 A. 40
2

Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 25 de Setembro de 2023 delibera:

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;
- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos

cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;

- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.

Os proponentes

Grupo Municipal do PCP
Vitor Reis Silva
João Vasco Batista
Marco Gabriel



[Handwritten signatures and initials]

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Senhoras e Senhores do Staff Municipal

Senhoras e Senhores da Comunicação Social

Senhoras e Senhores deputados

2.5.3 - Moção Rendas e Prestações Bancárias da Habitação - PCP

O PCP, mais uma vez vem colocar para apreciação e votação nesta assembleia um documento, populista e demagógico sobre um tema central da vida dos portugueses e sobre o qual o Governo do Partido Socialista se assume como principal responsável e impulsionador dos principais avanços que se têm dado nesta matéria.

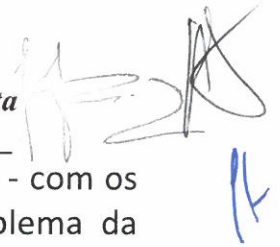
Uma vez mais esquece ou faz-se esquecido que foi por iniciativa e responsabilidade do Governo do PS que Portugal tem hoje uma Lei de Bases da Habitação, a Lei 83/2019, de 3 de setembro;

Que tem sido o PS, contra a vontade da direita e da esquerda demagógica, o único a promover e a incentivar a elaboração das Estratégias Locais de Habitação, como as Cartas Municipais de Habitação, ou a promoção (através do IHRU e das autarquias) de uma bolsa pública de habitação a rendas acessíveis;

Que tem sido o PS a promover medidas que mitiguem as dificuldades criadas pela subida exorbitante das taxas de juro que nos têm sido impostas pelo Banco Central Europeu, entidade, diga-se, com quem o PCP deveria mostrar aqui a sua indignação e não ao Governo por mais uma vez estar a apoiar os portugueses.

O mesmo PCP da Covilhã que evidencia esta falta de memória, lembrou-se agora de apresentar este documento, num momento em que o Conselho de Ministros acabou de deliberar, na passada 5ªfeira, 21/9, no sentido, de reforçar os apoios à habitação com medidas para mitigação do aumento dos juros e das rendas. Pelo que esta moção, o que demonstra é uma enorme falta de oportunidade e sentido político.

A única explicação é tratar-se de um documento policopiado na direção central do partido com indicações para que seja apresentado em todas as assembleias locais, pelos seus eleitos locais, não contando nem antevendo naturalmente as medidas que o Governo tem vindo a tomar e que recentemente tomou.



Mas os portugueses não esquecerão, eles sabem que não é com o PCP - com os seus preconceitos ideológicos e cristalização temporal - que o problema da habitação se resolve, mas sim que é o PS que cá estará para tomar as decisões que forem necessárias.

Por tal e em face do exposto, a bancada do Partido Socialista não tem outra decisão possível que não a de votar contra a Moção do PCP, porque a mesma não defende os portugueses.

Covilhã, Assembleia Municipal, 23 de setembro de 2023

(Doc.08)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



C-24
A-4
F. 12

Recomendação – Implementação do Plano de Mobilidade da Covilhã

25 de Setembro de 2023

No seguimento das várias intervenções feitas nesta Assembleia Municipal, pela Bancada do PSD , ultrapassados que estão os prazos de implementação do actual Plano de Mobilidade da Covilhã e após a contestação publica dos cidadãos da Covilhã no passado dia 07 de julho , vem esta bancada apresentar a presente recomendação :

Face ao exposto recomendamos:

- A revisão imediata do tarifário praticado nos lugares á superfície definidos no plano de mobilidade;
- A revisão, atualização e aumento das linhas/percursos/rotas dos autocarros por forma a servirem melhor as necessidades dos Cidadãos
- A criação de mais pontos carregamento do diversos tipos de passes
- A Substituição imediata dos abrigos de passageiros
- A revisão imediata do tarifário praticado no estacionamento dos vários silos auto.
- O aumento do numero disponível de avenças nos Silos Auto.
- A alteração da tipologia de alguns autocarros por forma a serem mais compatíveis com as dimensões das rodovias,vias e caminhos .



Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 25 de Setembro de 2023 aprove esta recomendação por forma a que a mesma seja implementada pelo executivo camarário .

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Lino Torgal



Covilhã, 25 de setembro de 2023

2.5.4. – Implementação do Plano de Mobilidade da Covilhã

Exmos:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

~~Sr. Presidente da Câmara,~~

~~Sras e Srs Vereadores,~~

~~Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,~~

~~Presidentes de Junta de Freguesia,~~

~~Comunicação Social,~~

~~Minhas senhoras e meus senhores,~~

A recomendação que, hoje, a bancada do PSD apresenta nesta Assembleia Municipal são as angústias dos covilhanenses traduzidas num documento.

Porque a nossa missão é ouvir os nossos concidadãos e representá-los, neste órgão, apresentamos, dentro daquilo que é a implementação do plano de mobilidade da Covilhã as seguintes recomendações .

1ª –A revisão imediata do tarifário praticado nos lugares á superfície definidos no plano de mobilidade

A par de se poder questionar o pagamento do estacionamento á superfície numa cidade com a dimensão da Covilhã, questionamos claramente o tarifário que se vai praticar nestes lugares de estacionamento.



Estamos a falar de preços inoportáveis tendo em conta que o salário médio dos Covilhanenses está a baixo da média nacional. Estamos a falar de valores desajustados e inclusivamente superiores aos praticados em outras cidades do país mas também da região.

2ª - A revisão, atualização e aumento das linhas/percursos/rotas dos autocarros por forma a servirem melhor as necessidades dos Cidadãos

Esta foi a gota de água que levou ao desespero dos covilhanenses. As rotas já não eram as melhores mas a alternativa imposta pelo famoso plano de mobilidade transformou a vida cotidiana dos cidadãos num inferno. Conclusão: face á pressão mediática as linhas antigas foram repostas e os cidadãos ficaram sem o melhoramento prometido. Aqui uma vez mais não andámos para a frente , andámos para trás.

3ª - A criação de mais pontos de carregamento do diversos tipos de passes

4ª - A Substituição imediata dos abrigos de passageiros

O Sr. Presidente da Câmara proteu, olhos nos olhos, aos covilhanenses que iria exigir á concessionária a mudança imediata dos abrigos. Até á data nada aconteceu. Os covilhanenses, com o atual estado do clima, já sentiram na pele o que são ou não são estes abrigos.



5ª - A revisão imediata do tarifário praticado no estacionamento dos vários silos-auto.

Para além de continuarmos sem o silo-auto do sporting, não existindo previsão de abertura, o tarifário praticado nestes espaços é no mínimo surreal.

A Covilhã têm aos dias de hoje um tarifário, de estacionamento coberto, digno de qualquer capital europeia...efectivamente só nos falta ser uma capital europeia.

6ª - O aumento do numero disponível de avenças nos Silos Auto.

Estamos condicionados com o numero reduzido de avenças disponíveis, para compra, no silo auto do pelourinho. É inacreditável que á data de hoje as avenças estejam esgotadas e exista uma fila de espera a aguardar desistências. Sim, ouviram bem , desistências porque em momento algum a TRANDEV está a ponderar o aumento das mesmas.

E por ultimo ...

7ª - A alteração da tipologia de alguns autocarros por forma a serem mais compatíveis com as dimensões das rodovias,vias e caminhos .



Para terminar a minha intervenção relembro a todos que na última Assembleia Municipal estávamos com 5 meses de execução do Plano de Mobilidade, o descontentamento dos Covilhanenses crescia e a oposição á direita fazia o seu trabalho : alertar para todas as incoerências do plano, para os problemas e dificuldades que obviamente iriam gerar.

Nessa mesma Assembleia o sr. Presidente de Câmara só proferiu uma frase relativamente a este assunto e passo a citar: “ Sr. Deputada, relativamente ao plano de mobilidade isto não é como começa é como acaba” , fim de citação.

A frase pareceu-lhe feliz, imagino, e fez sorrir a bancada do partido socialista, o objetivo era descredibilizar todos os alertas da oposição e minorizar as angústias já manifestadas pelos covilhanenses.

Bastaram 11 dias para os Covilhanenses lhe responderem, Sr. Presidente. 11 dias depois os passos do concelho são invadidos por cidadãos desesperados, perante um executivo que não os ouve, numa situação inédita na história da democracia covilhanense.

Sim, Dr. Vitor Pereira foi no seu mandato que isto aconteceu, sim, sr.(s) Deputados do Partido Socialista foi convosco no poder que isto aconteceu e sim Sr. Chefe de Gabinete Dr. Hélio Fazendeiro foi por causa do fantástico plano de mobilidade que a CMC foi invadida.

Foi invadida e apareceu em horário nobre nas principais televisões portuguesas. Todo um país assistiu: de um lado um povo revoltado e do outro lado um “ homem só “ a prometer aquilo que sabe á partida que não vai conseguir cumprir. Prova disso foi a promessa de que tudo estaria resolvido até ao final de Agosto.



É Obvio que os ultimatots feitos á concecionária pouco ou nada farão e este plano vai acabar pior do que começou .

Sr. Presidente é agora que vai começar a ouvir-nos e a dar-nos razão ou continuará a tomar só boa nota e a esperar tranquilamente pela próxima invasão á Camara pelos Covilhanenses, aqueles que prometeu ouvir, proteger e defender .

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira

Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional

A história do serviço postal e dos CTT, dilui-se em grande parte da história de Portugal.

A sua origem remonta a 1520 quando o Rei D. Manuel I criou o primeiro serviço de correio público de Portugal e o cargo de Correio-Mor do Reino.

Desde então o Serviço de Correio Público tem permitido encurtar distancias e garantir um serviço público de correio que cumpre a missão de aproximar pessoas e entidades e promover a coesão territorial.

Essa missão está hoje colocada em causa face às falhas e deficiências da operação que se fazem sentir, sobretudo nos territórios de baixa densidade e nas aldeias mais afastadas dos centros urbanos.

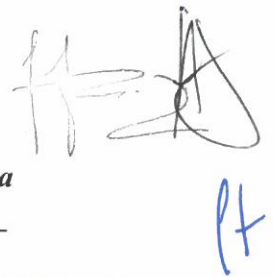
O serviço publico de correios é ainda o meio pelo qual grande parte dessas populações recebe a sua pensão de reforma, recebe a marcação de consultas e exames médicos, as faturas de agua e luz, as noticias da família e outras comunicações postais relevantes.

A informação que estas populações nos transmitem - ampliadas pelos seus legítimos representantes das Juntas de Freguesia - relatam situações inacreditáveis às quais não podemos ficar indiferentes e que não respeitam os requisitos mínimos de serviço publico, como sejam erros de destinatários, interrupções de distribuição que chegam aos 30 dias, marcações de exames médicos que chegam já depois da data do exame, avisos de corte de fornecimento que nalguns casos chegam já depois da tentativa de corte por parte do fornecedor do serviço.

A Lei Postal - Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, faz o enquadramento regulamentar aplicável da prestação do serviço postal universal (SU), que deve assegurar a satisfação de padrões adequados de qualidade, nomeadamente no que se refere a prazos de entrega, regularidade e fiabilidade do serviço.

Os CTT, enquanto entidade concessionária da prestação do SU, estão obrigados a prestar os serviços que integram o SU de acordo com os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho fixados pela entidade reguladora (ANACOM).

Esses parâmetros de qualidade de serviços e objetivos de desempenho são apurados no período correspondente ao ano civil, e o cumprimento ou incumprimento dos mesmos é apurado globalmente para a área geográfica de todo o país, e não a nível regional ou de centro de distribuição.



Considerando as deficiências apontadas e as obrigações legais de serviço parece-nos essencial que se proceda a uma alteração dos parâmetros de avaliação de desempenho de qualidade de serviços, nomeadamente no que respeita à área geográfica considerada.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, exorta o Governo e a Assembleia da República a proceder às alterações legais necessárias para que os parâmetros de avaliação do desempenho de qualidade e serviço público de correios dos CTT seja avaliada com base nos resultados dos serviços regionais de distribuição e não com base na área de todos o território nacional continental e, subsequentemente, se intensifique a fiscalização do cumprimento dessas obrigações pela entidade reguladora, ANACOM.

Sendo aprovada, esta Moção, deverá ser enviada ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-ministro e ao Senhor Ministro da Economia.

Covilhã, 25 de setembro de 2023

Os proponentes:

Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Covilhã

Hélio Fazendeiro

(Doc. 11)

Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã

ARTIGO 1.º

(Objeto)

O presente regulamento tem por objeto a captação e transmissão áudio e vídeo, em direto e online, das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã, conforme previsto no artigo 68.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã.

ARTIGO 2.º

(Definição)

Entende-se por “transmissão em direto” a captação das reuniões públicas da Assembleia Municipal através de meios técnicos eletrónicos e a transmissão do áudio e vídeo captados, em tempo real, através da internet, por forma a que referida transmissão seja visionada no sítio institucional do Município na internet.

ARTIGO 3.º

(Meios de Recolha e Transmissão)

- 1 - Os meios de recolha e transmissão de áudio e vídeo das reuniões da Assembleia Municipal deverão ser da exclusiva responsabilidade do Município, estando os mesmos vedados a qualquer entidade exterior.
- 2 - Aos membros de órgãos da comunicação social é permitida a cobertura das reuniões nos termos estatutários e legais aplicáveis, em coordenação com os serviços municipais responsáveis pela Comunicação da Autarquia.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, é proibida qualquer outra transmissão de áudio e vídeo das reuniões sem prévia autorização da Mesa da Assembleia que, para o efeito, pode auscultar o Plenário.

ARTIGO 4.º

(Direitos dos Intervenientes)

- 1 - O Município da Covilhã salvaguarda a observância do princípio da legitimidade e da participação individual, segundo o qual, e por regra, só com o consentimento da pessoa em causa pode ser levado

a cabo o tratamento de dados a si respeitantes, nos termos do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável.

2 - O consentimento a que se refere o número anterior deve ser prestado pelos eleitos, funcionários e cidadãos que estejam no exercício de funções ou do direito à participação, mesmo que este se traduza apenas na mera presença ou assistência nas reuniões da Assembleia Municipal.

ARTIGO 5.º

(Transmissão de Deputados Municipais e Membros da Câmara Municipal)

1 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal devem ser devidamente informados que as reuniões da Assembleia Municipal são transmitidas em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados.

2 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto das suas participações nas reuniões da Assembleia Municipal, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo I ao presente regulamento.

3 - Os Deputados Municipais e os membros da Câmara Municipal são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros.

4 - A não concessão de consentimento a que se refere o presente artigo não implica qualquer limitação ao exercício das funções de Deputado Municipal ou membro da Câmara Municipal.

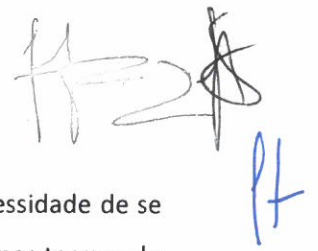
5 - Sempre que um Deputado Municipal pretenda intervir na reunião e não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção.

6 - Caso tal se afigure necessário, a Mesa da Assembleia Municipal deve proceder a uma reorganização dos lugares dos Deputados Municipais, assegurando um espaço no plenário destinado aos Deputados Municipais que tenham manifestado o seu não consentimento à transmissão, por forma a que a sua imagem não seja transmitida.

ARTIGO 6.º

(Transmissão de Funcionários e Não-Eleitos)

1 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã,

Handwritten signature in black ink and the initials 'PT' in blue ink.

devem ser devidamente informados que estas são transmitidas em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados.

2 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto das suas participações nas reuniões da Assembleia Municipal, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo II ao presente regulamento.

3 - Os funcionários do Município que se encontrem em funções na Assembleia Municipal e os não-eleitos, aos quais se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros.

4 - Sempre que a palavra seja concedida a um não-eleito, ao qual se refere o artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, e este não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção.

ARTIGO 7.º

(Transmissão do Público)

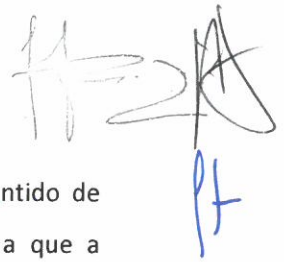
1 - Todos os cidadãos que participem nas reuniões da Assembleia Municipal, quer através de intervenção ou pela mera presença, devem ser devidamente informados que a reunião é transmitida em direto e da necessidade de se pronunciarem sobre o seu consentimento, bem como de todos os direitos inerentes, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados.

2 - Os cidadãos manifestam por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto da sua participação na reunião, nos termos do modelo de consentimento constante do Anexo II ao presente regulamento.

3 - Os cidadãos interessados em participar são igualmente informados do facto de as imagens e/ou o som, uma vez disponibilizados online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros.

4 - A não concessão de consentimento a que se refere o presente artigo não implica qualquer limitação ao exercício do direito à participação dos munícipes nas reuniões da Assembleia Municipal.

5 - Sempre que um cidadão pretenda intervir na reunião e não tenha dado consentimento nos termos dos números anteriores deve a transmissão ser suspensa durante o período da sua intervenção.



6 - A Mesa da Assembleia pode alterar a ordem de intervenção dos cidadãos no sentido de intervirem consecutivamente aqueles que não autorizaram a transmissão, por forma a que a suspensão da transmissão da reunião seja contínua.

7 - Deve ser assegurado um espaço destinado aos cidadãos que pretendam assistir à reunião e que, previamente, tenham manifestado o seu não consentimento à transmissão, por forma a que a sua imagem não seja transmitida.

8 - Sem prejuízo dos restantes números deste artigo, a transmissão das reuniões deve evitar o visionamento da área reservada ao público.

ARTIGO 8.º

(Suspensão e Proibição da Transmissão das Reuniões)

1 - Sempre que as circunstâncias e o teor das intervenções o exijam e, nomeadamente, sempre que do facto possa resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro dos intervenientes, a Mesa da Assembleia Municipal poderá, no decurso da reunião, ordenar a suspensão da transmissão áudio e vídeo.

2 - A suspensão prevista no número anterior será feita sem prejuízo das limitações técnicas dos meios de captação e transmissão utilizados e da normal prossecução dos trabalhos da Assembleia Municipal.

3 - A Assembleia Municipal pode, em qualquer momento, deliberar fundamentadamente a não transmissão da respetiva reunião.

ARTIGO 9.º

(Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

ANEXO I

(a que se refere o nº 2 do artigo 5.º)

Eu(nome completo), portador(a) do cartão de cidadão/bilhete de identidade nº , válido até/...../....., residente em , declaro que:

1 - Autorizo a captação, utilização e divulgação de imagens e áudio (som) obtidas durante a realização de reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã, a ocorrer até ao término do mandato autárquico em 2025, renunciando, desde já, a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar.

2 - As imagens, fotografias e áudio (som) poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital, magnético, tecido, plástico, entre outros) e integrados em qualquer outro material (fotografia, desenho, ilustração, pintura, vídeo, animação, entre outros) conhecidos ou que venha a existir, bem como através de qualquer meio de comunicação utilizado pelo Município, exclusivamente para os efeitos decorrentes da ação do Município da Covilhã, designadamente a recolha e divulgação de imagem/vídeo/áudio em publicações municipais, no sítio institucional do Município na internet e para a transmissão em direto ou diferido das reuniões dos órgãos municipais através de plataformas digitais e para integração do arquivo municipal.

3 - Tomo conhecimento do facto de as imagens, fotografias e áudio (som), uma vez disponibilizadas online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros.

4 - Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados, tomo conhecimento dos direitos de consulta, acesso, retificação, atualização, oposição ou apagamento dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do registo, mediante comunicação, para o efeito, para o e-mail , dirigido a

5 - Mais, tomo conhecimento que a conservação de dados será feita pelo Município da Covilhã, entidade que respeita a sua conservação, garantias de sigilo e confidencialidade preconizados ou RGPD, pelos prazos legalmente e regularmente estipulados.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai assinada por mim.

Covilhã, de de

Assinatura (conforme CC ou BI):



ANEXO II
(a que se refere o nº 2 do artigo 6.º)

Eu(nome completo), portador(a) do cartão de cidadão/bilhete de identidade nº , válido até/...../....., residente em , declaro que:

1 - Autorizo a captação, utilização e divulgação de imagens e áudio (som) obtidas durante a realização de reunião da Assembleia Municipal da Covilhã do dia/...../....., renunciando, desde já, a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar.

2 - As imagens, fotografias e áudio (som) poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital, magnético, tecido, plástico, entre outros) e integrados em qualquer outro material (fotografia, desenho, ilustração, pintura, vídeo, animação, entre outros) conhecidos ou que venha a existir, bem como através de qualquer meio de comunicação utilizado pelo Município, exclusivamente para os efeitos decorrentes da ação do Município da Covilhã, designadamente a recolha e divulgação de imagem/vídeo/áudio em publicações municipais, no sítio institucional do Município na internet e para a transmissão em direto ou diferido das reuniões dos órgãos municipais através de plataformas digitais e para integração do arquivo municipal.

3 - Tomo conhecimento do facto de as imagens, fotografias e áudio (som), uma vez disponibilizadas online, serem suscetíveis de ser reutilizados e difundidos por terceiros.

4 - Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados, tomo conhecimento dos direitos de consulta, acesso, retificação, atualização, oposição ou apagamento dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do registo, mediante comunicação, para o efeito, para o e-mail , dirigido a

5 - Mais, tomo conhecimento que a conservação de dados será feita pelo Município da Covilhã, entidade que respeita a sua conservação, garantias de sigilo e confidencialidade preconizados ou RGPD, pelos prazos legalmente e regularmente estipulados.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai assinada por mim.

Covilhã, de de

Assinatura (conforme CC ou BI):

Streaming

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Estimados colegas Deputados Municipais,

Aprovamos na sessão de Junho um novo Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã. Um novo regimento que, conforme tive oportunidade de referir na altura, resulta em diversas vantagens, desde oferecer mais momentos de debate até conferir maior transparência ao processo deliberativo. Uma dessas mais valias que este regimento prevê, consensual entre todos os grupos com representação neste plenário, é a possibilidade da transmissão online das nossas reuniões.

Para o Partido Socialista, que votou várias vezes contra propostas de deliberação para um streaming sem regras, este sempre foi o caminho. Conforme sempre afirmamos, era antes de mais fundamental fazer constar regimentalmente a possibilidade das transmissões online, algo que fizemos em Junho, para agora definir em regulamento os parâmetros sobre os quais tal se deve processar.

Desde que garantidos todos os direitos conferidos pela lei, em particular pelo Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), a transmissão via streaming é uma ferramenta fundamental tanto em termos de publicitação dos trabalhos da Assembleia Municipal como em termos de aproximação aos nossos concidadãos.

Este regulamento que hoje apresentamos, naturalmente baseado em regulamentos existentes noutras assembleias, tem a particularidade essencial de ir de encontro a preocupações levantadas pela Comissão Nacional de Proteção Dados em pareceres recentemente emitidos, sendo a principal das quais a obrigatoriedade de todos os intervenientes terem de consentir que a sua imagem e som sejam transmitidos.



Segundo a CNPD, entidade responsável por controlar e fiscalizar o cumprimento do RGPD, o consentimento prévio e expresso de todas as pessoas abrangidas pela filmagem e transmissão aparece como única condição suscetível de legitimar o streaming. Desta forma, é para o Grupo Municipal do Partido Socialista crucial que tal obrigatoriedade esteja prevista neste regulamento.

Estamos em crer que as transmissões online das reuniões da Assembleia Municipal da Covilhã configurarão um significativo passo evolutivo na nossa política local e por isso contamos com a eficiência do executivo e dos serviços para que na próxima sessão agendada para este auditório tal já possa estar implementado.

-

PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR

José Luís Mendes

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal propõe um voto de louvor ao Seleccionador Nacional de Futsal Sub 19 José Luís Mendes.

Tal como divulgado por alguns tabloides o primeiro título europeu da seleção nacional de futsal sub19 tem “dedo” covilhanense, uma vez que o seu treinador é natural da “cidade-neve”.

José Luís Mendes conduziu, no passado dia 10 de setembro, a Seleção Nacional Sub-19 de Futsal ao primeiro título de campeão europeu da categoria.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Covilhã quer assim evidenciar este feito.

Tal facto justifica que esta Assembleia Municipal se congratule pelo êxito alcançado e aprove um voto de louvor ao Seleccionador Covilhanense, alargado aos seus atletas.

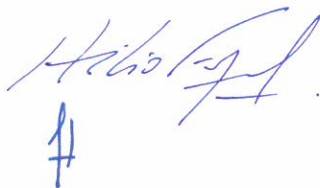
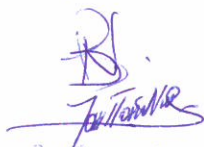
Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao próprio.

Os dois votos de louvor pretendem, ainda, que este reconhecimento se traduza num estímulo para continuarem a melhorar o seu desempenho (cada um deles na sua área desportiva), a dignificarem o desporto e a representarem tão condignamente não só o país, mas também o Concelho da Covilhã.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 25 de setembro de 2023



PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR A SAMUEL BARATA

Foi com grande orgulho que observámos a notícia do feito de mais um Covilhanense.

Samuel Barata, 30 anos e natural da Covilhã, fez no passado dia 10 do presente mês um excelente resultado nos 10 quilómetros, ao percorrer a distância em 27.45 minutos em Brasov, na Roménia, apesar do record não ser homologado pelas entidades oficiais por um erro na medição dos 25m da distância da prova.

Mas este não foi o único feito do atleta, que terminou a prova na 7.ª posição, sendo o primeiro não queniano a cortar a meta. Samuel Barata passou aos 5 km de prova em 13m33s, fazendo cair a melhor marca nacional nesta distância, que pertencia a Paulo Guerra desde 1996.

A marca obtida por Samuel Barata aos 10 km é a 3.ª melhor europeia do ano e a 8.ª melhor europeia de sempre.

A Federação Portuguesa de Atletismo convocou o atleta, que será o único português a competir nos Campeonatos do Mundo de Estrada, na distância de meia maratona, prova que se realiza em Riga nos dias 30 de setembro e 01 de outubro.

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã quer assim evidenciar este feito.

A excelente prestação de Samuel Barata para além de ter sido de excelência, eleva o nome da Covilhã até aos altos patamares do desporto e é fruto de muito trabalho, perseverança e resiliência para ultrapassar os inúmeros obstáculos que todo o desporto de alta competição tem.

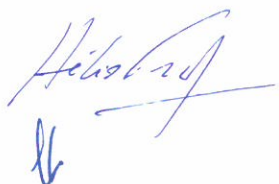
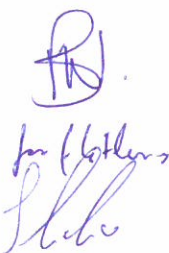
Como reconhecimento do seu trajeto, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve a sua conquista.

Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao atleta.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 25 de setembro de 2023



Proposta

Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luís Manuel Santos Silva Patrão, de 68 anos.

Nascido na Covilhã e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, teve um notável percurso profissional e político, tendo desempenhado funções relevantes na vida da Juventude Socialista, do Partido Socialista e do País.

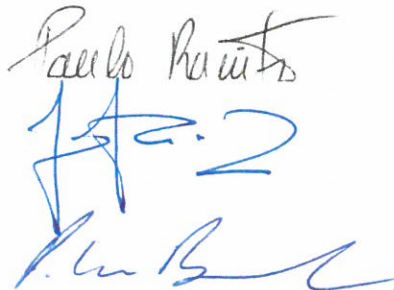
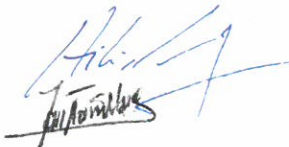
Exerceu funções de deputado nas II e VII Legislaturas, foi Chefe de Gabinete dos Primeiros-ministros dos XII e XVII Governos Constitucionais, foi Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000, foi Presidente do Turismo de Portugal entre 2006 e 2011 e foi ainda Secretário Nacional para a Administração e membro da Comissão Permanente do PS desde 2014.

Foi, pois, um distinto covilhanense que ao longo da sua vida defendeu os interesses da Covilhã e que, com a discrição que o caracterizava, se afirmou pela competência, ponderação, dedicação e integridade.

A título de reconhecimento pelo apoio que sempre deu à Covilhã, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista





Sr. Presidente, por economia de tempo, cumprimento na sua pessoa todos os presentes nesta Assembleia,

Neste novo modelo de funcionamento da Assembleia Municipal da Covilhã, onde o espaço para o debate toma parte e dá oportunidade aos representantes políticos apresentar soluções para os Covilhanenses, a bancada do Partido Socialista não poderia deixar de propor como primeiro tema de debate a “Habitação”.

Convicto que a resolução do problema da Habitação passa por mais e melhor habitação, num sistema habitacional alargado, protegido de fenómenos especulativos onde a Habitação publica deve ocupar papel central na resolução de situações de carência social, mas também como bitola para um preço de arrendamento justo e adequado à realidade social e económica dos portugueses, em especial para os mais jovens, onde poucas serão as soluções com resultados imediatos.

A Habitação em Portugal é nos últimos tempos tema de debate público e político, fruto da pressão num mercado habitacional desregulado, onde o parque habitacional envelhecido se traduz muitas vezes em condições indignas onde muitos portugueses vivem, acentuando assimetrias e desigualdades sociais.

Um debate, muitas vezes centrado numa realidade vivida em grandes centros urbanos, mas que em boa verdade afeta de igual forma concelhos como o da Covilhã com especificidades e desafios próprios, fruto de um concelho em crescimento.

Nomeadamente:

- Um concelho onde o louvável crescimento da Universidade da Beira Interior em número de alunos acrescenta uma pressão no mercado habitacional, nomeadamente no mercado de arrendamento.
- Um concelho com uma forte atividade turística, onde leva a cada vez mais investimento no âmbito do alojamento local, induzindo uma maior pressão sobre o mercado habitacional, através de aumento de preços e uma maior escassez de oferta de habitação familiar.
- Uma população idosa, onde grande parte reside em habitações degradadas e muitas vezes inadaptadas às limitações de mobilidade decorrentes da idade.
- Uma realidade demográfica onde se verifica um crescimento acentuado de agregados unipessoais
- Uma procura, cada vez mais elevada por parte de cidadãos estrangeiros, entre eles nómadas digitais, que escolhem a Covilhã como concelho para uma nova vida.
- Um concelho onde a sua realidade económica confere a existência de 25% dos profissionais por conta de outrem com formação superior.

São alguns dos fatores que assumem a Habitação como um desafio amplo, estrutural e de complexidade elevada não só pela diversidade de fatores socioeconómicos, como também a consciência de um elevado investimento financeiro necessário, onde muitas vezes as soluções demoram tempo a serem executadas.

São por isso necessárias soluções integradas, onde setor público, setor social, proprietários e setor privado, estejam empenhados na criação de um sistema de habitação alargado com uma oferta crescente de habitação, diversificada e adequada à capacidade financeira de cada família.

E é aqui, Senhores e Senhoras Deputados, com soluções integradas que registamos uma Covilhã e o Executivo do Partido Socialista, e apesar da complexidade referida, apresentar resultados no imediato, e com humildade e empenho, comprometer-se com mais e melhor habitação para os Covilhanenses no futuro.

Se pelo lado do setor privado, a dinâmica de construção habitacional é visível desde a zona do Jardim das Artes, à Rua Mário Soares, passando pela Quinta das Rosas, pela Rua Cidade do Fundão, pelo Centro Histórico entre outras ruas, zonas e freguesias, a confiança de investimento denotada em obra, é sinónimo de um concelho atrativo onde quem investe vê um concelho em crescimento.

Um crescimento sustentado, quando anunciados novos investimentos no parque habitacional da Covilhã, como por exemplo a requalificação do Bairro da Alegria ou a Torre de Santo António, reforçam que hoje a Covilhã dá garantias a quem investe. Assume a Covilhã como um concelho de futuro.

Por outro lado, no setor social, é com enorme reconhecimento, que vemos ser alargada a oferta para a população idosa com a reabilitação e requalificação do antigo hospital por parte da Santa Casa da Misericórdia, num investimento aprovado no âmbito do PRR, de 2,4 milhões de euros, que irá ter a capacidade para 74 utentes.

Um reconhecimento extensível ao Centro Social de Vales do Rio pela recente notícia, de aprovação da candidatura ao PRR para a construção de uma nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, que vai permitir a oferta de 26 novas camas, num investimento em cerca de 1,3 Milhões de euros.

Se o setor social e o setor privado dão estas e outras provas de investimento, o setor público, através do Município da Covilhã tem concretizado também o seu compromisso.

Um compromisso transversal no apoio e colaboração para o investimento do setor social e setor privado, mas também no compromisso visível de cuidar e aumentar o parque habitacional público na Covilhã.

Esta realidade não é de hoje, e certamente também não se esgotará amanhã. A Habitação é uma prioridade para o Partido Socialista da Covilhã onde muito trabalho se tem desenvolvido, e onde a Estratégia Local de Habitação que entre reabilitação, reconstrução e construção habitacional prevê um investimento de 15 milhões de euros no parque habitacional do município, é porventura, o melhor exemplo dessa mesma prioridade.

Aquilo que para alguns eram promessas eleitoralistas, começa agora a ter resultados práticos, onde a beneficiação de 20 habitações no bairro social da Quinta da Alâmpada, num investimento superior a meio milhão de euros, é uma realidade.

Mas também o compromisso no investimento de 7,4 milhões de euros que irão dar à Covilhã 40 novos fogos habitacionais em renda acessível, resultante do protocolo celebrado com a CIM Beiras e Serra da Estrela, com financiamento também através do PRR.

Às quais se somam 18 fogos habitacionais a atribuir a famílias carenciadas em regime de renda apoiada, ou ainda 8 fogos destinados a alojamento urgente e temporário, integrados na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, com vista à inclusão social e combate às desigualdades.

Um compromisso do Executivo Municipal com mais Habitação no concelho da Covilhã, quando recentemente anunciou que em breve iremos votar nesta assembleia um regulamento que propõe a redução para 50% das taxas urbanísticas fora das 28 áreas ARU's, e para 25% dentro das áreas ARU. É mais um exemplo da visão integrada para investimento na habitação do concelho da Covilhã, não só para resolver as carências habitacionais, mas também para tornar a Habitação como fator de fixação de novas famílias no concelho da Covilhã.

Antes de terminar, e como referido no início, um dos fatores que mais influencia o aumento das rendas da Covilhã, prende-se pela elevada procura decorrente do sustentado e louvável crescimento em número de alunos da Universidade da Beira Interior. Atualmente a UBI tem perto de 9000 alunos, com uma oferta de habitação pública através das suas residências estudantis com capacidade para 800 camas. Quando ambicionado um crescimento de mais 3000 alunos até 2030, conforme vertido no Plano Estratégico da UBI, e com um aumento previsto de apenas 24 novas camas, a capacidade de resposta das suas residências irá diminuir para perto de 7%. Uma percentagem particularmente baixa e que merece reflexão e a ponderação de investimento em mais residências universitárias como fator diferenciador e captação de novos alunos, mas também como fator regulação do mercado de arrendamento na Covilhã.

Senhores e Senhoras Deputadas, termino com um desafio.

É tempo para um debate alargado, onde todas as forças políticas presentes nesta assembleia devem dar o seu contributo para um tema central na vida presente e futura dos covilhanenses.

Turismo

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Estimados colegas Deputados Municipais,

Nestes primeiros “Debates entre Grupos Municipais”, espaço de confronto de ideias criado pelo novo Regimento, o Partido Socialista trás para discussão um tema central da atualidade a nível nacional, a Habitação, e um tema que, além de fundamental motor de desenvolvimento do país, tão relevante é para nós enquanto covilhanenses: o Turismo.

Penso que seja aqui consensual que vivemos num Portugal com drásticas desigualdades territoriais, em que o turismo infelizmente também acompanha essa tendência. Em 2022, e segundo o Instituto Nacional de Estatística, dos 45 municípios com mais de 200.000 dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, apenas 3 se situam no interior: Évora, Covilhã e Viseu. Depois do profundo golpe que significou a pandemia para este setor, tudo indica que em 2023 o nosso concelho vá atingir novos máximos, crescendo em relação aos valores de 2019 e, muito provavelmente, ultrapassando as 300.000 dormidas. Dos 3 municípios do interior que mencionei anteriormente é mesmo o que mais cresce e isso será com certeza razão para nos deixar a todos satisfeitos.

A Serra da Estrela é, e será sempre, o nosso ex libris e naturalmente será em grande parte sobre ela este debate. Mas não é de menozar a evolução que a própria cidade tem tido nos últimos anos, apresentando cada vez mais razões para ser devidamente visitada. A Arte Urbana que invadiu as nossas ruas, e que se renova ano após ano, é já uma marca distintiva da Covilhã, sendo de inteira justiça salientar o papel que o movimento Wool tem tido em criar e recriar este autêntico museu a céu aberto. O novo Museu da Covilhã, resultado de uma candidatura de 500.000€ e participado a 85%, é outro caso de inquestionável sucesso. Aberto ao público há pouco mais de 2 anos, e

premiado em diversas ocasiões incluindo com o título de “Melhor Museu do Ano”, o mais alto galardão atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia, recebeu já mais de 15.000 pessoas que o visitaram e levaram conhecimentos da Covilhã para os quatro cantos do Mundo.

É por isso com a maior das expectativas que também olhamos para o projeto “Covilhã, História entre Ribeiras” que o município está a levar a cabo em parceria com o Museu de Lanifícios e o New Hand Lab. Creemos que esta candidatura, num valor global de cerca de 480.000€, permitirá potenciar a riqueza das nossas ribeiras, criando assim mais uma relevante oferta turística para a nossa cidade.

E não é só no núcleo urbano do concelho que se tem procurado investir no turismo. A candidatura de turismo mineiro, apresentada conjuntamente pelos municípios da Covilhã e Fundão e com investimento previsto de cerca de 600.000€, é prova disso, consistindo numa oportunidade única para reconhecer devidamente o papel que as Minas da Panasqueira tiveram e continuam a ter na história da Covilhã.

Para o Grupo Municipal do Partido Socialista o turismo é fulcral na estratégia de desenvolvimento da Covilhã. Foi por isso com regozijo que vimos o Fórum de Turismo Interno, “Vê Portugal”, realizar-se este ano na nossa cidade, e nele ouvir o executivo anunciar a criação do Conselho Municipal do Turismo, no que se pretende que seja uma nova plataforma de debate de ideias e que permita aproximar os intervenientes do setor.

O “Vê Portugal” na Covilhã, em que os vários intervenientes destacaram o peso da marca “Serra da Estrela”, serviu também para reabrir o debate da organização do Turismo em Portugal. Para nós, urge corrigir o erro cometido em 2013 que retirou à Serra da Estrela a autonomia fundamental ao seu desenvolvimento, criando para tal um polo específico que priorize o aumento da sua atratividade. Pergunto: Estamos juntos nessa luta?

Centremos então o debate na Serra da Estrela. Há 10 anos a Covilhã deixou de viver de costas para ela e começou a apostar na sua valorização turística.

Criaram-se 4 miradouros com vistas panorâmicas únicas, num investimento superior a 600.000€, que hoje são paragens obrigatórias para quem quer que nos visite. Apostou-se no regresso de eventos, como a Volta a Portugal em bicicleta, que levem a serra até casa das pessoas. Homologaram-se mais de 200km de percursos pedestres que se encontram devidamente sinalizados para que os amantes da natureza deles possam usufruir em segurança (recordo que em 2013 não havia nem um centímetro de percurso homologado).

Quer isto dizer que está tudo feito? Não. Há muito por fazer, obviamente que sim. Não temos problemas para resolver? Claro que temos. Há que saber antes de mais reconhecê-los e falar deles sem tabus.

Em vários fins-de-semana de época alta defrontamo-nos com um problema novo: o intenso trânsito nos acessos à torre. Eu estive lá e admito, se fosse um simples turista vindo do litoral, tão depressa não voltaria. Horas de fila desde o Miradouro do Covão até ao alto, para dar a volta à rotunda e voltar para baixo, porque naturalmente não havia lugar para deixar o carro.

Penso que estes debates devem servir sobretudo para falar sobre os problemas e discutir soluções para os mesmos. Deixo-vos o repto para apresentarem as vossas ideias e propostas para mitigar este obstáculo ao desenvolvimento turístico.

O que defendem para o alto da torre? Criar mais zonas de estacionamento? Ou são a favor do corte de trânsito rodoviário entre os Piornos e a Lagoa Comprida? Ou defendem que se pague para subir à Torre?

Recentemente o governo instou a Turistrela a apresentar um projeto para potenciar o turismo no maciço central. Qual a vossa opinião sobre esse projeto? São a favor dos teleféricos como forma única de acesso à Torre? Ou como forma complementar? Ou são contra os teleféricos?

Faço-vos este desafio de dizerem aqui o que defendem para o desenvolvimento da nossa serra. Não desperdicemos a oportunidade de expor as nossas ideias e de as colocar a debate. Só assim chegaremos à melhor solução.



(Doc. 18)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Setembro de 2023

3.2 – Apreciação da informação escrita do Sr Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira

Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Tendo em conta o nosso tempo de intervenção e do tempo de resposta do Presidente da Câmara às nossas questões, mordaza imposta pelo PS e PSD nesta Assembleia Municipal, e lido com atenção o documento que nos foi enviado, temos cinco questões que consideramos pertinentes neste momento.

1 – A constituição da Comissão Organizadora das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Recordamos que foi aprovada uma moção nesta Assembleia Municipal para a sua constituição.

Recordamos que o Sr Presidente afirmou que tinha a mesma perspetiva e que, talvez como metodologia de trabalho, assim o entendemos, estava a procurar um cidadão para presidir à Comissão.

Desde já nos disponibilizamos, no quadro da participação dos partidos políticos e no âmbito dos direitos da oposição, a participar nesta comissão, reservando-nos o direito de concordar ou discordar do cidadão convidado por V.Ex^a.

Aproveitamos a oportunidade para sugerirmos ao Sr Presidente consensualizar a escolha com a consulta prévia aos partidos inseridos no Estatuto do Direito de Oposição.

A questão que se coloca é – quando é que concretiza a constituição da Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 ?

2 – Ano letivo 2023 – 2024

Solicito para resposta imediata informação sobre a implementação dos auxílios económicos no 1º CEB.

Recordo que no relatório de atividades de 2022, os serviços de educação informavam que tinham previsto auxílios com uma despesa de 6.520,00 € e que só tinham executado 256,00 €.

Recordo, ainda, que tinham previsto 508 apoios a crianças inseridas no escalão 1 e 2 do abono de família e que só 24 é que beneficiaram.

O que fez a Câmara Municipal, através dos serviços de educação, para fazer chegar o direito das crianças às famílias no presente ano letivo ?

Vai a Câmara Municipal descentralizar nas Juntas de Freguesia ou nos Agrupamentos de Escolas a verba relativa aos auxílios económicos?

3 – Estrada Municipal 509 – EN 339 – Unhais da Serra – Nave de Santo António

No Plano e Orçamento para 2023 o Executivo tem para a requalificação deste troço o montante de 200.000€, numa despesa plurianual (2023-2025) de 1.400 mil €.

A questão que coloco é – qual o grau de execução ? que trabalhos já foram realizados e que montante já foi executado ?

4 – Tribunal de Trabalho da Covilhã e a Casa dos Magistrados

As últimas notícias é a de instalação de outros serviços (registo civil, registo predial) na Casa dos Magistrados.

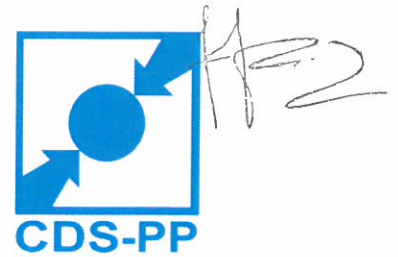
Para além da delegação da Ordem dos Advogados já anteriormente anunciada.

Anunciaram-se projetos e verbas para requalificação do edifício para instalação do Tribunal de Trabalho.

Afinal onde vai funcionar o Tribunal de Trabalho em condições dignas para os utentes e trabalhadores ?

5 - Para a falta de iluminação na Rua Cidade do Fundão e controlo ou dissuasão do excesso de velocidade que se registam constantemente na Alameda Pêro da Covilhã e Alameda Europa, principalmente durante a noite. O que pensa fazer ?

O Grupo Municipal do PCP



Assembleia Municipal da Covilhã

25 de Setembro de 2023

3.2. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes.

Sem prejuízo da informação que o Sr. Presidente da Câmara apresente na Assembleia Municipal, recebemos a informação escrita antecipadamente.

Analisada a informação escrita apresentada não se percebe, eu, pelo menos, não consigo perceber, porque não nos apresentam, de uma vez por todas e de forma consistente, a informação escrita que legalmente nos é devida, apesar de isto parecer relevante só para alguns de nós. Aliás, a informação escrita é apresentada em Assembleias pelo País fora, mesmo em Municípios de dimensão muito superior à Covilhã e com informação muito mais detalhada.

De sessão para sessão vão sendo alteradas as áreas de actividade na informação que prestam. Trabalhará esta Câmara por turnos, x meses por ano trabalham uns departamentos e divisões e nos outros meses outros?

Não se percebe a escolha e selecção na informação que é prestada ao invés de ser prestada toda a informação necessária.

Bem sabemos que podem nada informar por nada ter sido feito...

Mas áreas tão relevantes como a protecção civil e o turismo? Sobre estas nada consta. Estiveram de folga desde a última sessão da Assembleia?



Quanto à persistente e teimosa intenção de violar a lei e de nos negar informação sobre a actividade da Câmara nas Empresas Municipais e sobre os resultados económico-financeiros destas, já nem sei o que diga.

Sr. Presidente, porque lhe custa tanto dar essa informação que é obrigatória? É só teimosia?

Sr. Presidente, a lei é clara: tem de nos prestar essa informação.

Admito que goste de me ouvir falar nisto aqui, Assembleia após Assembleia, mas cumpra a lei.

O mesmo se diga sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes.

Depois de muita insistência nossa alargaram finalmente o leque da informação que nos prestam. Não custa assim tanto, mais um esforço para que se cumpra a lei e eu possa “mudar o disco”.

Entretanto, Sr. Presidente, foram hoje aqui colocadas algumas questões que subscrevemos mas gostava também de lhe perguntar sobre o Mapa de Pessoal do Teatro Municipal. Já tem esse Mapa para nos apresentar como prometeu? Já existe Mapa de Pessoal? O reforço da equipa técnica do Teatro Municipal já aconteceu?

Joana Petrucci Rocha



3.3 – Proposta de regulamento da utilização de veículos de serviço público de mobilidade suave partilhada

Tomando hoje conhecimento neste órgão do regulamento de utilização deste tipo de veículos vamos claramente votar contra não pela parte técnica do documento propriamente dito mas por aquilo que está na base desta regulamentação: o Plano de Mobilidade.

Entendemos que a Covilhã não está preparada para a utilização eficaz e em segurança deste tipo de equipamentos. Quer pelas estruturas de apoio que não existem ou por aquelas que existindo poderão não estar operacionais. Por outro lado, a orografia da cidade é pouco compatível com este tipo de veículos o que exigiria um projeto de implementação feito com outro cuidado e rigor.

Neste contexto aproveito para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o estado atual dos pontos de carregamento, uma vez que nunca foram utilizados. E se podemos saber o paradeiro e o estado atual das bicicletas que já foram adquiridas no anterior mandato e que também nunca foram utilizadas. Perguntamos: este material está obsoleto ou em perfeitas condições?

Obrigada,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.



3.4 – Proposta de declaração de retificação do regulamento geral das zonas de estacionamento tarifário

Vamos votar contra não pela parte técnica do documento mas por aquilo que está na base desta regulamentação: o Plano de Mobilidade da Covilhã.

Entendemos que a Covilhã e os Covilhanenses não precisam de um estacionamento á superfície tarifado, nos moldes que encontramos em Cidades como Lisboa ou Porto. E é nossa convicção que em quanto for possível, quer pela dimensão do território urbano, quer pelo volume de população, podemos e devemos poupar os nossos concidadãos a mais um encargo mensal e assim penalizar, ainda mais, quem insisti em viver em territórios do Interior como é o caso da Covilhã.

Não concordamos com os valores a cobrar muito menos com limites no período de permanência que na verdade penalizam os cidadãos.

Obrigada,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.

Alteração do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia da Covilhã

O atual regulamento já tem sete anos, e é necessário adaptá-lo às novas realidades.

Foi elaborado um projeto de regulamento com várias alterações, nomeadamente:

1- Revisão das normas relativas às competências transferidas para as juntas de Freguesia;

2- Atualização das disposições relativas à composição e competências da Comissão Municipal de Toponímia, passando a contemplar:

Um ou mais cidadãos de reconhecido mérito;

Um representante dos CTT- Correios;

Um representante das Forças de Segurança pública;

3 - Com a salvaguarda e especificação do apoio administrativo e técnico à Comissão – equipa multidisciplinar;

4- Com apresentação de alguns princípios orientadores da atribuição de topónimos;

5 – Com a introdução de normativos de orientação e de apoio à gestão das placas toponímicas, enquanto instrumento de apoio que visa salvaguardar a devida uniformização e coerência no Concelho da Covilhã, salvaguardando situações relativas às Freguesias que se encontram integradas na Rede das Aldeias do Xisto, na Rede de Aldeias de Montanha e na Rede de Aldeias Históricas de Portugal.

Este projeto de regulamento, foi enviado a todas as juntas e uniões de freguesia para que, no prazo de 30 dias, pudessem enviar os contributos que entendessem.

Nenhuma junta ou união de freguesias enviou qualquer resposta, pelo que, ficou implícita a concordância das mesmas.

Sendo assim, no momento o documento deverá ser aprovado pela assembleia municipal.